



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Cultura, Esporte e Lazer



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Cultura, Esporte e Lazer

índice

18.11.1999	003
28.11.1999	045
29.11.1999	087
29.11.1999	134

Cultura, Esporte e Lazer

18.11.1999

- Hamilton Pereira - Deputado. Coordenador do grupo temático Cultura, Esportes e Lazer
- Jesus Eris - Agitar Eventos
- Fábio Magalhães - Diretor do Memorial da América Latina
- Bruno Assami - Representante do Instituto Itaú Cultural
- Marcos Gadelho - Universidade de Guarulhos. Ex-Diretor do CEPAM e do CONDEPHAAT
- Victor Losec - Designer Gráfico
- Maria Antonieta -
- Barbosa Nunes - Assessora Parlamentar de Marcos Mendonça
- Celene Margarida -
- Cruz - Associada da Pró-Reitoria de Extensão da UNICAMP
- Carlos Roberto Mantovani - Assessor Cultural do Espaço Cultural dos Metalúrgicos de Sorocaba
- Vera Ravagnano Jós - Professora de História da Universidade de Sorocaba
- Aldo Vanuque - Reitor da Universidade de Sorocaba
- Maria Regina Vanuque Leme - Professora de História da Universidade de Sorocaba
- Célia Padilha - Representante do Sindicato dos Técnicos de Cinema

SR. HAMILTON PEREIRA – Entre os 16 temas escolhidos para serem tratados no Fórum Parlamentar, coube a mim a Coordenação do tema Cultura. Fizemos uma relação e as sugestões vieram tanto do Conselho Geral do Fórum, como algumas feitas por nós mesmos. Algumas pessoas enviaram justificativas. É o caso do Dr. Roberto Muylaert. Não conhecemos pessoalmente todos os presentes. Então, seria interessante que fizéssemos uma rodada de apresentação, que as pessoas dissessem, inclusive, de onde vêm, qual a área em que atuam, para que possamos nos conhecer.

SR. JESUS ERIS – Bom-dia. Sou da Agitar Evento. Estou em parceria com o Agita São Paulo e uma série de outras organizações, colocando em discussão o fato da base cultural da população relacionada a eventos de lazer e outros.

SR. FÁBIO MAGALHÃES – Bom-dia. Sou Diretor do Memorial da América Latina.

SR. BRUNO ASSAMI – Estou representando Ricardo Ribemboin, do Instituto Itaú Cultural.

SR. MARCOS GADELHO – Sou da Universidade de Guarulhos.

SR. VICTOR LOSEC – Sou *Designer* Gráfico e atuei em várias áreas do campo cultural.

SRA. MARIA ANTONIETA BARBOSA NUNES – Estou representando o Secretário de Cultura, Marcos Mendonça, de quem sou Assessora Parlamentar.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Não é Margareth, é Margarida. Sou da Unicamp, especificamente do Instituto de Letras. Trabalho com Linguagem, Português e Francês. No momento, estou como associada do Pró-Reitor de Extensão na Unicamp.

SR. CARLOS ROBERTO MANTOVANI – Sou Assessor Cultural do Espaço Cultural dos Metalúrgicos de Sorocaba.

SRA. VERA RAVAGNANO JÓS – Sou Professora Titular de História da América, da Universidade de Sorocaba e criadora da Semana do Tropeiro em Sorocaba.

SR. ALDO VANUQUE – Sou o número 11 da lista, Reitor da Universidade de Sorocaba.

SRA. MARIA REGINA VANUQUE LEME – Sou Professora de História da Universidade de Sorocaba.

SRA. CÉLIA PADILHA – Estou representando o Antônio Ferreira de Souza Filho, que é o “Hamilton Pereira” do Sindicato dos Técnicos de Cinema.

SR. HAMILTON PEREIRA – Na realidade, os senhores e as senhoras notaram a exposição do Deputado Arnaldo Jardim, que fez uma grande síntese do papel do Fórum Parlamentar Século 21, da maneira como foi pensado e a que se propõe e de algumas atividades já desenvolvidas. Na realidade, hoje foi a cerimônia de posse dos Conselheiros Temáticos. A partir de agora, todos compomos um Conselho que tratará da política cultural para o Estado de São Paulo.

Esta é a primeira reunião, digamos assim, para estabelecermos um cronograma de trabalho. Já havíamos discutido, no Conselho Geral, pelo menos um apanhado de alguns temas pertinentes a este grupo temático. Sendo assim, apontamos para o tratamento sobre a aplicação da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Na realidade, são indicações de temas pertinentes a este grupo temático:

- parcerias de projetos culturais entre Estado e Sociedade – o Eli trabalha comigo, no meu Gabinete, e está nos auxiliando neste grupo;
- patrocínio de projetos culturais pelo setor empresarial;
- importância do marketing cultural;
- produção e divulgação dos eventos culturais;
- papel da TV Educativa;
- museus e arquivos, sua importância para a preservação e recuperação de nossa história;
- o CONDEPHAAT, a defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico do Estado;
- utilização da TV Cultura para a divulgação das várias manifestações culturais do Estado de São Paulo;
- realização do censo cultural do Estado e elaboração do calendário anual cultural paulista;
- utilização dos campi universitários como pólos de irradiação cultural no Estado de São Paulo.

Temos também uma ausência justificada aqui, do nº 9, o Casimiro Pascoal Coelho, que é um companheiro também. É Professor da USP e militante do combate ao racismo, que está participando, inclusive, de um seminário a respeito do

tema, e prepara as manifestações relativas à raça negra, ao movimento negro, em comemoração aos 500 Anos do Brasil. Ele também justificou sua ausência. E o ator Sérgio Mamberti, que se encontra gravando *A Muralha*, um minissérie para a Rede Globo, no Rio de Janeiro.

Então, poderíamos aqui dar início. Talvez fosse interessante fazer uma rodada para ouvir um pouco a expectativa dos senhores e das senhoras, e acrescentarmos, se for o caso, outros temas, que porventura os senhores e as senhoras tenham trazido como contribuição, a esta lista de indicações já feitas pelo Conselho Geral do Fórum.

Abriremos, então as inscrições.

SR. – Qual vai ser a rotina de nossos trabalhos, em função de horários e tudo o mais, para podermos disciplinar um pouco isso. Por exemplo, hoje, já avançou um pouco o horário e estou um pouco aflito por estar sentado aqui neste momento. Então, eu queria saber qual vai ser a rotina proposta pelo senhor, em relação aos dias e horários, para que possamos nos programar com mais tranquilidade para o evento.

SR. HAMILTON PEREIRA – Nós não definimos. Ficamos de definir neste conjunto. Na realidade, hoje, na programação que todos receberam constava que faríamos o trabalho até o meio-dia. A Mesa, posteriormente, resolveu dilatar pelo menos até meio-dia e meia, porque entendia que haveria um atraso natural, não é? Nós definiremos aqui um calendário, com as reuniões periódicas deste grupo. Inicialmente, talvez fosse interessante, e é isso que eu gostaria de propor, que fizéssemos apontamento de temas que pudéssemos acrescentar a este elenco já indicado pela Coordenação Geral. A partir daí, definiríamos, então, as datas e passaríamos a tratar especificamente de cada um desses temas. Gostaria também de, se houver sugestões de eventos, por exemplo, haver proposta de que façamos um debate com outras figuras que não necessariamente constem aqui do conjunto

de Conselheiros, sobre determinados temas que interessem ao Conselho. Aí definiríamos datas também para realizarmos esses eventos aqui. Poderiam ser na Assembléia, mesmo. Temos outros auditórios mais amplos aqui, que poderiam tranqüilamente patrocinar esses debates, esses eventos.

Então, gostaria de abrir as inscrições para as pessoas que tivessem sugestões adicionais a esses conjuntos de temas aqui.

SR. FÁBIO MAGALHÃES – Eu queria pedir a palavra, Deputado, e queria sugerir a inclusão de tema que não está aí listado, que é a questão internacional. O Memorial da América Latina vem fazendo um esforço muito grande, desde sua inauguração, de um fomento, de uma relação maior entre os povos do continente Latino-americano. Acho que este é um tema importante para tratarmos na questão da cultura, porque ela vem sendo, cada vez mais nos tempos presentes, a expressão mais forte de relacionamento entre os povos, não é? E, sem dúvida nenhuma, o Brasil esteve durante muito tempo, e não apenas o Brasil, os outros países da América Latina também, voltados para a Europa, voltados para os Estados Unidos, e praticamente desconhecendo seus vizinhos. Acho que esta é uma realidade que está mudando. Temos propostas nesse sentido. Temos feito uma ação grande nessa área. E, hoje, essa relação, sobretudo na zona do Mercosul, e não apenas nela, já tem uma intensidade expressiva, não só no âmbito cultural, mas também, e sobretudo, no industrial e no comercial. De maneira que seria um tema interessante para tratarmos. Eu poderia voltar a esse tema de maneira mais extensa e profunda.

SR. HAMILTON PEREIRA – Ótimo. Agradecemos e incorporamos esse tópico ao temário geral.

SR. ALDO VANUQUE – Gostaria de fazer algumas observações quanto aos temas. Pessoalmente, acho que a lista está muito boa. O acréscimo sugerido pelo

Conselheiro Fábio Magalhães também acho muito pertinente. Gostaria de fazer um primeiro reparo. Olhando a lista dos 20 nomes, noto, com muita sinceridade, que ele está exageradamente paulistano. Além de Guarulhos, Sorocaba, São Carlos e Campinas, que aqui estamos, sinto falta da região de Prudente, de Ribeirão Preto, de São José do Rio Preto, do Vale do Paraíba. Esta é uma primeira observação.

Uma outra observação: quanto ao nosso modo de trabalhar, gostaria de sugerir, até por causa da primeira sugestão, que não precisássemos vir a São Paulo para cada reunião, que fizéssemos estudos, debates, aprimoramento dos temas em base regional. Depois, sim, uma, duas, três vezes, ao longo do Ano 2000, se chegarmos lá, nos encontraríamos aqui, para uma reunião para “amarrar” as coisas. Acho que se fizermos uma agenda de reunião mensal, quinzenal ou semanal em São Paulo, fica muito difícil porque, pela simples apresentação, já vimos que todos somos gente de sete instrumentos.

SR. HAMILTON PEREIRA – Agradeço a contribuição, porque ela me permite, inclusive, falar um pouco sobre os primeiros debates que antecederam a proposta da criação do Fórum Século 21. Nesse debate, que envolveu Deputados de todas as bancadas, ele surgiu originalmente diante de uma necessidade da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, vista como um poder que na realidade representa todas as regiões do Estado, ou pelo menos deveria representar, em tese, e todas as correntes de pensamentos também expressadas pelas várias ideologias partidárias, de fazermos com que os representantes do povo paulista saíssem deste prédio e fossem ao encontro da sociedade, no sentido de produzir, inclusive, políticas para o Estado de São Paulo, em consonância com a sociedade organizada. Então, a idéia original era exatamente essa.

Queria aproveitar a sugestão do Professor Aldo Vanuque, para propor isso mesmo. Isso está embutido dentro do espírito que deu origem ao Fórum Parlamentar Século 21, de realizarmos inclusive reuniões em regiões.

Tenho um projeto de lei, inclusive, que tramita nesta Casa, Projeto de Lei nº 254/99, onde propomos a alteração da Lei nº 9.849, que é a Lei de 26 de setembro de 1967, que deu origem à Fundação Padre Anchieta, e por sua vez à TV Cultura, no sentido de criarmos, por meio da TV Cultura, um espaço onde a própria TV pudesse, viajando as várias regiões do Estado, mostrar um pouco o que é o Estado de São Paulo, as potencialidades regionais, os costumes culturais, enfim, retratar um pouco o que é o Estado de São Paulo. Acho que a TV Cultura poderia cumprir esse papel. Esse projeto hoje já tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça. Ele encontra-se com o Relator Especial, e esperamos que em breve seja votado. Gostaríamos, inclusive, de também colocar como um tema de debate, aqui, o papel da TV cultural em relação às potencialidades do Estado. Mesmo os aspectos culturais, folclóricos do Estado, para que pudéssemos socializar um pouco esses costumes regionais, essas culturas regionais que poucos de nós conhece. De certa forma, a proposta é ampliarmos também o Conselho Temático, com pessoas que representem essas expressões culturais regionais. Vamos procurar fazer isso. Acho interessante essa proposta.

Mais alguma sugestão de tema?

Nosso Conselheiro Fábio Magalhães, inclusive, ao fazer aquela proposta, na realidade suscitou-nos aqui talvez a possibilidade de se pensar a própria utilização do espaço do Parlatino para fazermos...

SR. FÁBIO MAGALHÃES – O Memorial da América Latina está aberto também para ceder seus espaços para reuniões que venham a acontecer e a sugestões que possam surgir também na Assembléia. Acho muito importante essa relação nova que a Assembléia Legislativa, por meio deste Fórum, propõe com a sociedade. De modo que o Memorial da América Latina está perfeitamente aberto para a discussão dos temas todos que estão envolvidos nesta questão.

E mais, Deputado. O Memorial da América Latina tem discutido diversos temas, muitos deles, digamos assim, fora da área da cultura estrito senso, não é? Fizemos uma discussão internacional importante sobre a questão das drogas. E essa foi a primeira discussão que houve no continente latino-americano fora da égide do governo norte-americano. Fizemos uma primeira reunião em que o governo norte-americano não participou, como faz em todas as reuniões de discussão da droga. Porque queríamos ter um olhar diferenciado daquilo que já conhecemos do Departamento de Estado. Essa reunião sobre drogas trouxe à luz, digamos assim, uma visão nova, uma conceituação nova na discussão dos problemas que são comuns aos países da América Latina.

Trouxemos também ao Memorial da América Latina uma discussão importante sobre o protagonismo juvenil, o papel do jovem no Século 21, e sobretudo que relação o Estado deve ter com a juventude.

Então, estes são temas que temos abordado. Gostaria que o Deputado pudesse até encaminhar para as outras Comissões Temáticas que o Memorial está aberto, portanto, para trazer essa discussão à luz da sua instituição.

Quanto à questão da TV Cultura, Deputado, também sou membro da Fundação Padre Anchieta. A Fundação tem estado bastante preocupada com essa questão que Vossa Excelência está levantando, sobretudo de ter uma abrangência maior em relação ao Estado de São Paulo. Também a TV Cultura trata temas que são de grande significação, não apenas para o Estado de São Paulo, mas para o Brasil todo. E a Televisão Cultura tem ganho, o que é uma alegria para todos nós, os mais importantes prêmios internacionais. Quer dizer, nós, da TV Cultura, portanto com o esforço do Estado de São Paulo, temos criado uma televisão que é orgulho internacional, mundial. Ela ganhou todos os prêmios mais importantes dos Oscars da televisão educativa no mundo inteiro. E ela vem-se voltando de maneira importante na discussão da formação da juventude. O tema da relação da criança com a televisão, do jovem com a televisão tem sido um dos centrais.

Outro tema que a televisão tem buscado e discutido muito é o de criar alternativas de educação, profissional e complementar.

Não tenham dúvida de que a televisão acolherá essa idéia que Vossa Excelência está propondo na Assembléia de maneira muito positiva, porque é muito importante que a televisão retrate a riqueza e a diversidade cultural que temos no Estado de São Paulo.

SR. MARCOS GADELHO – Essas colocações que foram feitas são muito oportunas. Queria propor algumas coisas. Evidentemente, ficamos entusiasmados pelos temas, e já participamos de algumas situações e de alguns eventos, talvez não com essa amplitude. Mas isso faz com que relembremos algumas coisas e também busquemos, nessa experiência vivida, trazer alguma contribuição para um momento como este.

Dos aqui presentes, vários estão envolvidos com Universidades, e nos assusta um pouco como nosso alunado universitário está distante de nossa realidade. Tive a oportunidade, há uns 30 dias, em abrindo uma semana cultural, abordar um pouco sobre políticas públicas. Esse tema políticas públicas, o desconhecimento do que que sejam políticas pelo nosso alunado.

Então, fico imaginando que um evento como este, este Fórum São Paulo Século 21, para que ele tenha êxito, seria muito importante que conseguíssemos envolver nesse processo, nesse Fórum, nessas discussões, esse alunado que efetivamente vai ser o alunado que vai estar na ativa no próximo século.

Então, seria o caso de vermos quais são os mecanismos que teríamos para poder envolver esse alunado, não só nos resultados desse trabalho que pretendemos produzir, mas no processo desse trabalho. É um desafio muito grande esse tipo de coisa.

Tive o privilégio de, na atividade em instituição pública, dirigir dois órgãos neste estado, e um deles foi um divisor de águas na minha vida, que foi a Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, que eu dirigi durante cinco anos. Posteriormente,

também fiquei dois anos no Conselho de Defesa do patrimônio, dirigindo o CONDEPHAAT. Naquela oportunidade, já notávamos, pelo vínculo que temos com a universidade, o distanciamento entre o que produzíamos e o alunado. E vimos que esses alunos, ao se formarem, não estavam aptos a participar desses órgãos, porque o distanciamento é total. As universidades, em seus currículos, com raras exceções, agora que estão começando a integrar esses conhecimentos para os alunos.

Então, à medida que estamos discutindo políticas públicas na área de Cultura, por exemplo, para um Estado como São Paulo, vamos ter, de qualquer maneira, de envolver esse alunado, para que eles participem da elaboração dessas políticas públicas, para que eles entendam o que elas são. E que isso não fique restrito simplesmente, como sugestão, como fez o próprio Professor Fábio, não fique restrito a este Conselho. Acho que os demais Conselhos, que os demais grupos temáticos também deveriam levar isso em conta, principalmente porque a desmotivação é muito grande desse alunado, e eles entendem que política pública é obrigação e missão de quem detém mandato. Não entendem que isso é um exercício do cidadão, de cidadania.

Eu acho que a sugestão do Professor, que é o Reitor da Universidade de Sorocaba, é uma sugestão muito interessante. Eu acho que se conseguirmos, inclusive, eu sei que dá muito trabalho, talvez seja muito difícil isso, mas se conseguirmos ter essas reuniões com uma itinerância, que permitisse fazer com que isso fosse um evento muito importante, em Sorocaba, por exemplo, em determinada manhã, em determinado dia. E motivar os alunos daquela Universidade, que na verdade eles não são restritos a Sorocaba, são de uma região toda. Entende? E que eles se envolvessem nesse processo e entendessem: “Olha, estamos discutindo coisas que vocês vão trabalhar em cima, que vocês vão ser as pessoas responsáveis daqui a dois, três, quatro, cinco anos.” Ou seja, é fazer com que esse alunado envolva no processo.

O grande problema nosso é darmos o prato pronto, a fórmula acabada. Entendem? E como sei o espírito das pessoas que elaboraram o conceito deste Fórum, acho que essas idéias poderão ser vencedoras no processo.

Sei que dá muito trabalho, é difícil, mas se conseguirmos, por exemplo, fazer essa provocação com esse alunado, será muito importante, porque costumamos dizer que a universidade, por mais distante que seja, por menor que seja, ou por pior que seja, é o núcleo de excelência daquela região.

Então, seria muito importante que conseguíssemos levar isso adiante, inclusive nas demais Comissões Temáticas.

O distanciamento dessa juventude é muito ruim para todo o país, e principalmente para o Estado de São Paulo, pelo que significa no contexto nacional.

Há outra coisa que eu queria propor, Deputado. Não sei se teríamos condições de fazer isso regularmente, mas se conseguíssemos fazer com que esse alunado, e demais pessoas, jovens e interessados, participassem de uma sala conosco na Internet, em algum bate-papo. Entende? Talvez se tivéssemos um dia específico, e falássemos: “Vamos nos reunir aqui na Assembléia, numa Quarta-feira, às 8 horas da noite. E vamos tentar estar integrados com Sorocaba, com Campinas, enfim, com as universidades, e fazer com que os jovens participem de uma discussão sobre o que é cultura para eles; o que é política pública na cultura das coisas.” Entendeu? É uma sugestão, porque a juventude está muito apegada à Internet. Vejo por meus filhos, qualquer coisa é Internet. Talvez achar uma maneira de provocá-los para participarem do processo.

SR. HAMILTON PEREIRA – Muito bom. Agradeço, Dr. Marcos.

Na realidade, gostaria de fazer algumas considerações. Os 16 temas, na realidade, desdobram-se. Por exemplo, nosso grupo, coordenado pelo Deputado Paschoal Thomeu e eu, englobou esporte, lazer e cultura, como se essas coisa fossem unidas, não é? Existe uma outra sala onde o Deputado Paschoal Thomeu está tratando com os esportistas e aqueles que militam na área do Lazer. Achamos

por bem separá-los, para, num primeiro momento, espalharmos para depois juntarmos. Porque tudo tem a ver.

No Estado de São Paulo, hoje, existem várias iniciativas de Fóruns de Desenvolvimento Regional, tentando juntar a contribuição das universidades e dos diversos segmentos organizados da sociedade.

Então, a idéia é fazermos exatamente essa integração. E o jovem é fundamental nesse processo. Acho que foi muito feliz, inclusive, a colocação do Dr. Marcos, porque efetivamente essa geração que está vindo aí que está se preparando para assumir o nosso lugar na sociedade. E, infelizmente, o que estamos assistindo, por meio de alguns órgãos de comunicação de massa, é uma estigmatização da questão política, como se se pensasse: “participar dela não é comigo”. É bem isso mesmo: “Eu sou detentor de cargo eletivo. Não tenho nada a ver com isso.” Infelizmente, isso tem contribuído para desenvolver uma certa mentalidade, digamos assim, meio que delegativa, não é? As pessoas sempre acham que os problemas da sociedade não são com elas. Os problemas devem ser tratados por aqueles que detêm cargos, por autoridades do Poder Judiciário, alguém tem de resolver, ou a polícia. Enfim, as pessoas não se envolvem. Estamos em um momento, em uma conjuntura onde o tecido social está se esgarçando. Estamos assistindo o crescimento da violência em função de uma realidade nova, inclusive.

Costumo citar uma entrevista da própria revista *Veja*, de uma educadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tereza Gurin, onde ela falava um pouco da situação dos jovens nos dias de hoje, que não é a situação dos jovens de 15 ou 20 anos atrás. É uma situação totalmente modificada, alterada, onde o jovem tem um mercado de trabalho extremamente competitivo, ele não entra com facilidade nesse mercado de trabalho, ainda que esteja preparado, do ponto de vista da escolaridade, do conhecimento, ele tem muita dificuldade. Ela dizia da extensão, digamos assim, do período que nós, conceitualmente, entendíamos como de adolescência. Ela falava que hoje nós temos adolescentes de mais de 25 anos, que são aqueles que não conseguiram entrar no mercado de trabalho, ficaram

dependentes da família, do pai, da mãe. O pai tem de dar uma mesada quando pode. A mãe continua cozinhando, lavando, passando. Ele não pode assumir responsabilidades perante a sociedade.

Ou seja, ele recebe uma carga muito grande, como se essa situação toda fosse culpa dele, e acaba se frustrando. Hoje, sabemos que o caminho do alcoolismo, das drogas atraem, na realidade, esses jovens por conta dessa frustração geral. Então, essa proposta é fundamental. Achei-a extremamente feliz e temos de incorporá-la, porque não ela não é discutida. Hoje, o aspecto cultural, que é um tema muito abrangente, diz respeito a uma série muito grande de questões, e não se discute isso com o jovem alijado desse processo. Acho fundamental, nesse contexto, o papel da própria universidade. Como produtora de conhecimento, produtora de cultura, ela é uma contribuidora extraordinária nesse processo. Depois, quando formos tratar do cronograma de funcionamento do Conselho, gostaria até de não só assumir, como reforçar essa idéia de fazermos esses encontros itinerantes.

Poderíamos, talvez, produzir, a partir do local onde atuamos, ou seja, nós todos aqui, encarados como produtores de propostas, de alternativas, gerarmos isso, termos esse Conselho como um centro catalisador dessas propostas, e que sirva também para sintetizá-las, e nos encontrarmos na realidade, quer dizer, enquanto Conselho, mais espaçadamente, trimestralmente, e não necessariamente fazermos reuniões com um periodicidade muito próxima, mas fazermos reuniões mais espaçadas do conjunto geral, e fazermos reuniões, eventos mais localizados e mais itinerantes, com aqueles que possam freqüentá-los. E, na realidade, com isso, irmos juntando essa produção toda, para termos uma política, uma proposta cultural mais abrangente, inclusive como somatória de todas essas contribuições.

SR. MARCOS GADELHO – Está- me ocorrendo alguma coisa neste momento, e eu até queria que os demais, por favor, se manifestassem. Acho que tem um sentido prático essas reuniões e, para que haja uma motivação, é interessante que esse sentido prático seja efetivado. Temos, na capital, mais de 10

milhões de habitantes, hoje. Temos diversas universidades na capital, como, também, na Grande São Paulo e no interior. Está certo?

Eu acho que esses temas todos que aqui estão colocados são de fundamental importância, muito apropriados aos demais.

Contudo, tem uma questão aqui. Não poderíamos reunir essas universidades em termos de capital, num contexto, a Grande São Paulo e o interior também? E sair com algumas propostas de imediato, que pudessem ser levadas concretamente ao Ministério da Educação?

Essa é uma contribuição de imediato, que pode ter alguns desdobramentos. Por exemplo, a discussão, hoje, que deveremos ter nas Universidades. Temos algumas iniciativas. O Sindicato das Escolas, o Semesp, aqui em São Paulo, em que tenho participado de algumas reuniões, tem brigado muito, no sentido positivo, para ver como é que essa parte de extensão da universidade envolve-se com a comunidade. Como a Universidade consegue, efetivamente, transpor os muros e atingir a população, para inteirar com ela seus conhecimentos. Está certo?

Uma discussão que se faz necessária, hoje, que não existe, e acho que é um dos motivos pelos quais essa juventude está tão distante, tão alienada, é a discussão sobre a cidadania.

Acho que esses temas todos aqui precedem uma discussão sobre a cidadania.

Não seria o caso – estou sendo precipitado e extemporâneo, reconheço de imediato isso – de propor alguma coisa que o próprio Ministério da Educação permitisse, que tivéssemos matérias novas na universidade, não aquela coisa que era obrigatória antigamente, da Moral e Cívica, aquele discurso, que era muito bom, também. Mas que tivéssemos alguma coisa no momento, com criatividade, que gerasse a motivação de trazer esse aluno para uma discussão como essa. E pode ser no laboratório de informática essa discussão, por meio de computadores, alguma coisa. Mas algumas coisas concretas, como falar: “A Assembléia Legislativa, seus Deputados, junto com a comunidade, estão apresentando

propostas de motivação.” Porque se ficarmos só em propostas, olha, eu tenho várias coisas para falar. Acho que o que tem o CONDEPHAAT, por exemplo, a legislação, temos no pleno exercício do entulho autoritário no CONDEPHAAT. É arriscado eu falar isso? É, mas temos de reconhecer que o que acontece no CONDEPHAAT é isso hoje, está certo? Tem de haver uma grande modificação. Mas vejo que, antes disso, como é que se motiva essa garotada toda, esse alunado, para vir participar disso?

Então, acho que tem de ter alguma coisa, em termos de Ministério, que motive, que autorize os Estados. Cada Estado tem uma peculiaridade, para introduzir na universidade.

Acho que este Fórum, na Assembléia Legislativa, pode ser o grande mentor disso. Quais são as iniciativas que têm de ter na universidade para trazer esse alunado para uma discussão como essa? Na verdade, é uma discussão muito clara sobre cidadania.

Esse termo, que o senhor abordou há pouco, sei, porque tenho filho adolescente, o tema político: “Ah, você vai em coisa política!” Isso tem um sentido pejorativo muito grande. Agora, como é que se reverte isso? Este é que eu acho o grande desafio.

Não sei se não seria uma excelente contribuição nossa se conseguíssemos reverter esse quadro – é pretensioso querer isso, não tenham dúvida. São coisas que se enraizaram durante muito tempo, está certo? Mas é preciso tomar uma iniciativa para trazer esse pessoal.

Se me permite mais um minuto, Deputado, tivemos a pretensão, para não dizer a petulância, quando estávamos no Governo Montoro, na Fundação Faria Lima – CEPAM (vimos o seguinte, que tínhamos de ter uma discussão, o CEPAM sempre fazia um seminário para os novos Prefeitos e os novos Vereadores) –, de dizer o seguinte: que que podemos fazer para auxiliar Prefeitos e Vereadores, se eles são detentores de mandato? É muito pretensioso querer ensiná-los alguma coisa. Perfeito. Mas vimos o seguinte: medida que trouxemos Prefeitos e

Vereadores que tinham uma formação muito boa, eles nos ensinaram o que poderíamos oferecer, para Prefeitos e Vereadores, que contribuiria para o exercício de seu mandato. Compreendem?

Acho que é o caso de reproduzir um modelo desses. É trazer alunos aqui para dentro, com professores, formadores, educadores, e dizer o que que está faltando para essa juventude, para exercerem a cidadania.

Então, estou colocando isso até meio emocionado, porque acho que é um momento ímpar, na história desta cidade. E tomando uma iniciativa dentro desta Casa de Leis, que é estigmatizada, acho que é uma maneira de reverter esse processo.

Desculpem por eu me alongar, Senhores.

SR. HAMILTON PEREIRA – Até pela oportunidade, Dr. Marcos, poderíamos, quer dizer, no roteiro construído aqui para a nossa reunião, a idéia era sairmos daqui, inclusive, com uma proposta de realização de um evento ainda este ano. Era escolhermos determinado tema e nos debruçarmos sobre ele ainda este ano. Talvez possamos fazer um evento já envolvendo isso. Quer dizer, o jovem, a cidadania. Existe um grupo temático discutindo cidadania. Não sei se eles vão chegar a isso. Se eles chegarem, ótimo, podemos fazer isso juntamente com o Grupo de Cultura. Se não chegarem, poderemos propor fazer isso conjuntamente, como uma atividade de ambos os grupos. Acho que poderíamos estabelecer uma data, como sugestão, e nos esforçarmos aí, para, juntamente com as universidades, promover um evento dessa natureza.

Quanto à sugestão, não há problema. Acho que é perfeitamente possível nos manifestarmos enquanto Assembléia, enquanto Fórum Parlamentar Século 21. E acho que a própria Mesa da Assembléia assumiria isso, em nome de todas as bancadas dos partidos da Casa e se manifestar junto ao Ministério da Educação, no sentido de introduzir no próprio currículo o debate sobre cidadania, para afastarmos efetivamente esse que é um dos lados, digamos assim, obscuros ainda da

discussão. Porque a escola discute. Notamos isso. Até por nosso cotidiano, eu recentemente tive uma lei aprovada nesta Casa, a Lei nº 10.312, onde eu propunha o enfrentamento à violência nas escolas a partir da composição de grupos multidisciplinares de profissionais que pudessem reorientar os educadores, mas abrindo a escola para a comunidade, chamando a comunidade para dentro da escola, agindo, na realidade, inversamente às várias propostas desenhadas pelo senso comum hoje, que é o da escola fechada, da escola com polícia na porta, da escola com muro alto, enfim. Propusemos isso. Aprovamos recentemente. Mas, por conta disso, temos participado de muitos debates em escolas, conferências chamadas pelas entidades que representam os professores, os educadores. E notamos isso. Quando vamos para um debate dessa natureza na escola, para falar sobre o papel da comunidade em relação à escola, que aquilo ali é um espaço que pertence à comunidade, notamos assim: “Lá vem político”, e o jovem se retrai. Ele não tem mesmo essa abertura e essa disposição. Ele sequer sabe de seu papel inclusive como ator social nesse processo. Ele que é a maior vítima desse processo, do crescimento da violência e tal, que o atinge às vezes não só dentro da escola, mas no entorno da escola. Temos notado isso. Então, acho interessantíssimo, importantíssimo que isso tenha vindo à tona no debate nesta Comissão, e entendo inclusive que temos de materializar isso de alguma maneira, como uma atividade, inclusive, desta Comissão.

Pois não, Professor Aldo Vanuque.

SR. ALDO VANUQUE – Agradaram-me muito as observações do Dr. Marcos. Gostaria de continuar um pouco na linha dele. Antes, porém, fazendo um mero lembrete. Não esquecer que o primeiro e o segundo grupo temático são já sobre cidadania. Mas acho que se a universidade está disseminada pelo Estado todo, e se cada universidade, como ele bem lembrou, é um pólo de influência, de vivência, de difusão cultural, acho que deveríamos (seria uma coisa muito prática e direta, imediata), por meio do Fórum São Paulo Século 21, oficialmente, entrar em contato

com as universidades do Estado de São Paulo, e temos as duas federais, a de São Carlos e a UNIFESP, São Paulo, capital, as três paulistas, UNESP, UNICAMP e USP, a Municipal, Taubaté. Depois temos as estritamente particulares, acho que são umas 20, por aí. E temos as 10 comunitárias no Estado de São Paulo. A UNISO, a de Sorocaba, é uma das comunitárias. E me desculpe chamá-lo de você, porque é de Sorocaba também.

SR. ALDO VANUQUE – Se você, por exemplo, com o Presidente da Assembléia, sei lá, com a cúpula deste Fórum, oficia a todos os Reitores das universidades paulistas, falando do Fórum e pedindo alguma coisa concreta, acho que essa idéia do Dr. Marcos caminha, porque realmente nós, da direção das universidades, às vezes subestimamos o potencial que temos. E ele lembrou muito bem, essa juventude que está aí, em grande parte, realmente não só está fora do problema como até faz questão de estar, dada a estigmatização da classe política ultimamente. Essa generalização de que todo político é falso, é desonesto e que só nos procura em tempo eleitoral. Isso é terrível. Nenhum de nós tem saudade da ditadura. Nenhum de nós quer que a coisa volte. Mas já começamos a escutar, e até ler em jornais, vozes aí falando, comparando: “Isso não acontecia no tempo dos coronéis, dos generais.” Isso é terrível. Que a gente realmente acorde. Acho que Reitor, Reitoria, Pró-Reitores, Professores, a Universidade, enfim, tem uma força muito grande. Mas eu acho que precisaria um contato oficial, direto, da cúpula deste Fórum com os Reitores, marcando, por exemplo, um encontro em São Paulo, para falar deste Fórum aos Reitores, aos Pró-Reitores. Cada Universidade mandaria seu Reitor ou Pró-Reitor, Comunitário ou de Extensão, para realmente sair daqui com coisa concreta no campo universitário.

Sei que a fala do Dr. Marcos e a minha estão sempre muito voltadas para a universidade. Mas é que os outros temas aí são também importantíssimos. Só que talvez não sejam todos eles de uma atuação possível tão direta da universidade.

Claro que também temos muito interesse em marketing cultural, em aplicação da lei da cultura, tudo isso aí. Só que acho que a descentralização, a ramificação, a influência estadual do assunto, a presença estadual forte deste Fórum no Estado pode ter essa canalização via universidade, de forma assim muito direta.

SR. HAMILTON PEREIRA –Acho que é isso. Poderíamos, então, passar aqui à definição de uma data e de um primeiro evento, relacionado com esse tema mesmo. Acho que poderíamos envolver a universidade. Porque temos aqui, na realidade, um grande Conselho, que é o Conselho Geral da Sociedade Civil, empossado já há algum tempo, onde todos os Reitores de Universidades foram convidados. Então, já existe um contato, uma comunicação deste Fórum Parlamentar Século 21 com todos, absolutamente todos os Reitores de universidades. E poderíamos, como contribuição desta Comissão Temática aqui, levar esta proposta. Poderíamos, talvez, realizar um evento envolvendo essa questão do jovem e a política.

Foi instalado aqui na Casa, recentemente, também, por proposta da Mesa, que tem a participação de diversos partidos políticos, o Parlamento Jovem. A idéia foi exatamente essa. Foi contactar duas universidades, e também as escolas de segundo grau, e sugerido que eles procurassem nessas unidades até escolher ou elegeer determinados alunos para virem aqui compor o Parlamento Jovem, que é uma espécie de Parlamento paralelo, para podermos exatamente ter uma noção e receber a contribuição da juventude, e, a partir daí, inclusive, podermos comparar qual é a visão da juventude em relação a uma instância política.

Ontem, o Presidente da Assembléia apresentou, durante a sessão ordinária inclusive, um balanço disso. Quer dizer, os jovens acabaram elencando aí cerca de 300 questões pertinentes à juventude, à adolescência hoje, o que eles acham que a classe política deveria estar tratando, ou a sociedade, o poder público deveria estar tratando etc., o que, de certa forma, faz parte das reivindicações, digamos assim, dos jovens.

Então, poderíamos tentar universalizar um pouco isso. Expandir isso com as universidades. Fazer disso uma prática mais permanente e não simplesmente a constituição, durante um curto período, de um Parlamento Jovem, que depois se desfaz e você apenas toma conhecimento, mas não estabelece uma relação com esse universo.

Vamos tentar encaminhar isso como uma proposta aqui deste Fórum. Poderíamos, então, partir aí para a definição, onde nós pudéssemos realizar um evento que tenha essa natureza, inclusive, discutindo o papel do jovem na sociedade atual, o jovem e os poderes constituídos. Então, teríamos de discutir, na realidade, a data e de que forma faríamos isso. Se em um único local ou se fazemos um circuito, integrando isso de alguma maneira. Essa idéia de uma interação, por meio da Internet, achei interessantíssima, porque ela permite uma expansão e uma abrangência muito maiores. Poderíamos definir, então, uma data.

SR. BRUNO ASSAMI – Uma ferramenta mais adequada da realidade desse universo estudantil talvez.

SR. BRUNO ASSAMI – Uma ferramenta que poderemos apropriar como um instrumento do Fórum por setores.

Eu só queria colocar que me parece que a Comissão tem uma característica das pessoas aqui presentes, voltadas a alguns universos heterogêneos. Acho que seria muito importante relatar uma experiência que estamos tendo com o empresariado filantrópico, que são grupos de instituições de fundações empresariais que atuam na área do Terceiro Setor, especificamente. Nós, pelo Itaú Cultural, na questão do setor cultural, onde estamos identificados. Na verdade o processo cultural tem sua característica por meio de etapas desse processo. Então, estamos percebendo que existem instituições nas quais a questão do fomento, especificamente o fomento, é a origem e o objetivo dessas instituições. Há outras

instituições e a questão da difusão cultural em si. Em outras instituições, há a questão da formação. Em outras, a preservação.

Não gostaria de terminar a reunião deste grupo de Conselheiros sem que entendêssemos um pouco o processo cultural, para que pudéssemos voltar um pouco ao foco de nosso grupo de trabalho, e que também pudéssemos entender esse processo. Porque, muitas vezes, quando o desenvolvimento desses temas estiver sendo abordado, com certeza, se não tivermos muito claro as características de cada uma dessas questões dentro do processo cultural, vamos sempre estar tendo uma relação muito difusa de nossas discussões.

Então, é muito importante que tentemos entender que os equipamentos culturais em instâncias mundiais, federais, estaduais e municipais têm-se caracterizado por meio dessas entidades.

E a partir disso, evidentemente, o sistema educacional representa, certamente, o grande foco na área da formação.

Não é à toa que hoje temos poucas instituições, fora do segmento educacional, onde a questão da formação sobre a produção cultural, sobre a questão da criação cultural, ou mesmo sobre o agente cultural não está dentro do fórum educacional, do fórum universitário.

Podemos avaliar essa questão também, se isso é significativo, ou se é distante, como o Conselheiro relatou. Talvez a falta desse comprometimento. Talvez a falta, esse distanciamento que tem ocorrido. Mas temos de entender que o processo cultural tem-se caracterizado e se identificado dentro dessas questões. E dentro dessas identidades de cada uma das instituições. E para isso precisamos também nos identificar, apesar de ter percebido que a maioria aqui atua no campo universitário. Mas precisamos nos identificar enquanto instituições, para podermos enriquecer esta discussão.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Eu gostaria de, rapidamente, continuar a fala do Conselheiro. Eu estava dando uma olhada na outra folha a respeito das

propostas dos Esportes e Lazer. E estava pensando, fazendo uma comparação com os tópicos das atividades culturais. Seria bastante interessante se conseguíssemos aqui, hoje, tentar fazer, dentro desses tópicos, algumas coisas que eles fizeram, que me pareceram bastante interessantes. Porque, sinceramente, todos vocês aqui presentes mexem bastante com cultura. Eu sou Professora. Claro, obviamente mexo com cultura. E no momento estou, durante quatro anos, o período do atual Reitor da UNICAMP, na Pró-Reitoria de extensão em Assuntos Comunitários. Então, algumas coisas que estão escritas, claro que sei uma série delas, mas me parece um pouco vago. Eu acho que seria muito interessante se este grupo temático fizesse propostas do tipo incremento da atividade esportiva como meio preventivo de combate ao uso indevido de drogas; formação técnica e requalificação para professores de educação física da rede pública de ensino. Cito que essa segunda parte está com propostas mais concretas. Por exemplo, os Conselheiros, que eu não sei os nomes, disseram, todos, coisas bastante interessantes. Em relação ao primeiro Conselheiro, quando falou do jovem, da inserção do jovem, acho que qualquer atividade que envolva a cultura, obviamente, vai envolver o jovem. Acho que seria isso.

Essa área de cultura é uma área muito interessante, porque ela imbrica com a Educação, com a Cidadania. Por exemplo, aqui, na UNICAMP, estamos instituindo, este ano, o trote cidadão, que já é uma coisa da USP. Eu, como sou Professora da área de Linguagem, já acho que o trote cidadão é cada jovem ensinar um analfabeto. Cada um tem sua visão. Contudo, isso não é tema desse grupo. Este eu acho que seria o tema do grupo Educação. Então, eu sugeriria que pensássemos em campanhas assim. Desculpe Deputado, mas, realmente, me parece muito vaga sua proposta do evento: o papel do jovem na sociedade atual, o jovem e os poderes constituídos. Sinceramente, eu não os vejo. Claro que a cultura, o jovem, a sociedade, tudo está imbricado. Mas eu proporia algo, vamos dizer, mais dirigido. Um evento que fizesse um pouco. E é isso, minha fala é nessa linha.

SR. HAMILTON PEREIRA – Perfeito. Você sugeriria um tema específico, mais direto?

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Olha, eu penso assim. Não sei mais quem falou, essa coisa de envolver a sociedade, a comunidade, esse grupo pensar alguma coisa assim, sei lá. Eu sou universidade. Então, já penso na Marilena Chauí falando sobre a experiência dela na Secretaria de Cultura Municipal. Tive o prazer de convidá-la para um evento que eu fiz. Estou discutindo, lá em Campinas. O evento se chama “A Universidade num contexto de crise. Quais as alternativas?”. Já tivemos três mesas-redondas. Na segunda mesa-redonda., contamos com a Marilena e com o Ivan Valente, o ex-Deputado Federal.

SR. HAMILTON PEREIRA – Ivan Valente.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Na última mesa-redonda, contamos com vários Reitores. E todos estamos... Eu proporia uma coisa nessa linha. Mas sei que tenho uma formação viciada. Sabe, vejo sempre assim eventos dessa linha. Acho que seria muito interessante discutirmos a proposta que alguém fez de introduzir Cultura no currículo. Acho muito interessante. Porque na área de Humanas, a Cultura está lá. Ela faz parte do cotidiano. Acho que quando o Conselheiro falou, ele estava pensando em introduzir Cultura nas áreas técnicas, Matemática, nas ciências duras, não é? Porque nas Ciências Humanas, a Cultura passa, não é? Faz parte de nosso cotidiano. Então, eu pensaria numa coisa nessa linha, Deputado.

SR. MARCOS GADELHO – Vivemos experiências, falo coisas já de um bom tempo, na época do Governo Montoro, que eu acho que foram interessantes, até pelo contexto em que aconteceram, de uma ruptura de ideologias de governo, enfim, umas coisas bem radicais. Mas vivemos uma experiência que nos chamou

muito a atenção e é o grande desafio que vamos ter aqui hoje, Deputado. Porque quando você tem idéias, consegue ter idéias, você é entusiasta, consegue levá-las adiante. O grande problema é estabelecer a via de mão dupla. Ou seja, com é que você traz as pessoas para participar. É a falta de cultura de participação que temos no país, que todo mundo está cansado de saber, não é? Reunião de condomínio em prédio, você fala: “Não, você vai lá, que você é muito bom e você me representa.” Essa história sempre se repete.

Isso vale em qualquer processo que se crie. A grande dificuldade é: como você envolve as pessoas no processo?

Então, eu também não tenho a fórmula acabada. Só acho que se formos, neste Fórum, chegar no final e falar: “Olha, o melhor para o CONDEPHAAT é tal coisa. A melhor coisa da Lei de Incentivo à Cultura é tal projeto. As parcerias são estas, estas e estas”, a iniciativa privada está aqui e mostra que dá resultado. Eles fazem as coisas, elas acontecem. Têm audiência. Têm Ibope. Têm participação. Por quê? Porque eles trabalham com o produto final já definido. Está certo? Então, isso é muito claro quando propõem alguma coisa. Eles têm o marketing ao lado deles porque, enquanto instituição privada, na hora em que estão na área da Cultura, eles têm interesse também em estar numa situação de ponta, e fazem com muita competência.

Então, o que estou imaginando que poderíamos fazer é mais ou menos por aí. Como se modifica esse processo? Acho que para discutir, por exemplo, CONDEPHAAT, aqui, se trouxermos três ex-Presidentes do CONDEPHAAT, certamente eles vão dar um depoimento fantástico. Só que esse depoimento nem sempre está vinculado à realidade das transformações. São as dificuldades que encontraram ao exercer os seus mandatos.

Então, o que vejo, e acho que é o que a Professora está propondo também agora, é verificar quais os mecanismos para envolver pessoas nesse processo. Este é um grande desafio.

Agora, para sair com uma proposta, Deputado, com temas definidos, isso me assusta um pouco. Eu não sei qual é o prazo que o senhor tem para finalizar trabalho. Eu não sei qual é o prazo que nós temos nesse processo, mas acho que vamos ter um pouquinho mais de trabalho em relação a isso e trazer algumas pessoas.

Isso passa pela universidade, pela instituição privada, que é muito competente. Está certo? Discutir-se como é que eles organizam as coisas, a universidade, qual a contribuição que ela pode dar e o que esse aluno está querendo na área de Cultura. Qual é a grande dificuldade que ele vê para elaborar política pública? Porque se nós, daqui, concluirmos, como já mencionei, algumas coisas, e falar: “Olha, está aqui, acabado”, é mais um papel que vai para a gaveta, para a prateleira. E é um ótimo tema para Mestrado e Doutorado.

Então, desculpe-se se sou um pouco cético em relação a essas coisas. É que eu já assisti esse filme algumas vezes e sabemos que ele se transforma num monte de papel sem resultado.

Acho que nenhum de nós aqui tem tempo suficiente para poder perder no que não seja um resultado efetivamente concreto, de substância para essa geração que está vindo aí e para nós mesmos, nos anos de vida que temos ainda.

Então, Deputado, acho que devemos ousar um pouco mais. Talvez essa ousadia passe por fazer, nesse momento, trazer algo. E aí tem que haver um empenho do Deputado muito grande, porque existe também um descrédito nas organizações quando recebem um convite. Sempre mandam um preposto para fazer tal coisa. Então, talvez seja o caso de o Deputado passar a mão no telefone e falar: “Senhor Reitor, ou é o senhor ou é o Pró-Reitor em tal área que tem de estar aqui. Estamos querendo discutir o futuro deste país, desse alunado seu.” Esse tipo de coisa, entende? Trazer para uma reunião talvez menor, para dizer qual é o tema que vamos discutir. Como é que se faz esse tipo de coisa. Porque acho que daqui, não sei, pelo menos não tenho forma acabada.

Essa preocupação que a Professora mencionou agora é uma preocupação nossa permanente, entende? Qual é o tema? O que se coloca? Vamos agregar? Pode. Olha, eu vou dispensar 10 professores e vocês vão ter de estar comigo lá, mas eu acho que não é por aí a coisa. Qual é a motivação que vamos ter? Esses empresários que estão aí, como é que eles conseguem ter profissionais competentes? Eles pagam muito bem, evidentemente. Está certo? Mas qual é o estudo que eles fazem para saber os temas que agregam pessoas em seus eventos? Quais são os temas que fazem com que essas instituições sejam permanentes e não simplesmente sazonais? Como montam esse cronograma de atividades deles? Baseados em quê? Para falarmos sobre a questão da produção cultural neste Estado de São Paulo, precisamos ter essa integração. Isso é um desafio. Ele acabou de dar um depoimento agora importantíssimo. Esses depoimentos, eu acho que têm de ser enriquecidos. Criar talvez uma tarde ou uma manhã e trazer um Reitor que tem um trabalho muito grande – vamos identificar –, ou um Pró-Reitor da área, então falar para ele dar seu depoimento.

Como vamos trabalhar com nossos alunos em relação a isso? Essa tal da participação é difícil, Deputado. Sabemos disso. É o grande desafio nosso. Como envolver as pessoas. Acho que o que a Professora falou tem todo fundamento.

SRA. MARIA ANTONIETA BARBOSA NUNES – Vou fugir um pouco do tema universidade e queria entrar um pouquinho mais no campo social. Essas parcerias em projetos culturais, Estado e sociedade, o patrocínio de projetos culturais pelo setor empresarial, acho que tem de ser uma sugestão deste Fórum. Voltar um pouquinho mais também, não para a carência da população, não substituir o Estado, obviamente, e não, também, ser um megaevento, em que a pessoa tem acesso para assistir um belo artista de graça. Não. É trabalhar projetos sociais mesmo. Vou dar um exemplo, que é o Projeto Guri. É estender ao máximo essa questão de você levar projetos às comunidades carentes, favelas, conjuntos

habitacionais, sei lá. Temos o Projeto Guri, no Pontal do Paranapanema, de filhos de militantes do MST.

Então, acho que essa questão de você formar uma orquestra sinfônica com crianças semialfabetizadas, algumas analfabetas, as crianças da FEBEM, menores infratores, tocam violino, constroem seu instrumento em seis meses.

Então, acho que a iniciativa privada talvez pudesse ajudar um pouco mais nesses projetos de socialização da formação cultural – não é que não se deva fazer eventos abertos à população, deve-se também –, ter também uma preocupação com a formação cultural daqueles que não têm possibilidade de acesso economicamente garantido pela própria família.

SR. BRUNO ASSAMI – É evidente. Quando estamos colocando essas questões, são as instituições empresariais que estão justamente preocupadas com esses enfoques. Diria mais. Nunca foi tão difundida a questão do Terceiro Setor. O que é o Terceiro Setor? É a participação da sociedade civil nas ações à comunidade. Então, nesses últimos anos, nunca foi tão falada a questão da participação do Terceiro Setor e de sua formação nesse sentido. O que antecede essa discussão, e foi isso que, na verdade, eu quis trazer para que não fugíssemos deste Fórum, é que tentássemos definir as identidades e os objetivos de cada um de nós. Porque somente por meio dessa clareza sobre nossos objetivos, sobre o objetivo de cada instituição que estamos aqui representando e a identidade que essa instituição tem sobre seu papel no processo cultural é que vamos poder entender de forma mais clara e complementar nosso trabalho. Porque, evidentemente, seja na ordem de um projeto em si, seja na ordem do objetivo, existem sobreposições, existem imbricamentos, existem complementaridades. E é sobre essas questões que temos de nos entender. Quantas vezes estamos desenvolvendo projetos cujos parceiros – e como parceiros digo entidades, inclusive, do próprio sistema financeiro, os quais chamaríamos “concorrentes” –, estão criando projetos comuns, e nós não nos aliamos? É uma aliança estratégica

que é definida quanto ao perfil de objetivo-fim. E qual é o objetivo-fim? Não é o objetivo mercadológico. O objetivo-fim é a questão que está sendo tratada enquanto produto cultural, seja ele um evento, seja um produto, seja o que for, um curso, uma formação, um acesso à criança carente. Quer dizer, não importa a questão. Importa o objetivo. E é sobre essa garantia que temos de tentar entender e identificar aqui. Porque, se não, estaremos apenas sempre se sobrepondo um ao outro.

Estou lhes dizendo isso por nossa experiência. Somos 60 empresas que atuam dentro da área social. Dentre essas 60 empresas, 15 são especificamente da área cultural, pelo Brasil. E, evidentemente, que recursos também vão uma variável limitante. Evidentemente que, por mais que a iniciativa privada possa atuar, sempre serão fatores limitantes. Como o Estado, também, atuando sempre será um fator limitante dos recursos, sejam eles humanos, sejam eles financeiros.

Então, temos de entender isso muito claramente, onde estamos imbricando, onde estamos nos sobrepondo, onde estamos nos complementando nessa relação. E só dá para realizar, digo isso de uma forma muito particular, mas só dá para termos isso quando tivermos a clareza sobre nossos objetivos-fim enquanto instituição.

SR. HAMILTON PEREIRA – Eu acho que o encontro foi pensado do ponto de vista de reunirmos exatamente pessoas de diversos segmentos, para que pudéssemos ter um apanhado geral, porque a cultura é algo quase impossível de se definir, não é? Ela perpassa, obviamente, todas as atividades do ser humano.

A Professora estava falando, e agora o Conselheiro, o Bruno, e eu estava imaginando se o Professor Casimiro estivesse aqui. O Professor Casimiro é uma pessoa que fala muito sobre a cultura afro-brasileira, sobre o combate a qualquer tipo de preconceito, discriminação racial principalmente. Muito provavelmente ele estaria puxando o assunto para sua área. Eu acho que fizemos aqui um longo debate, onde fomos nos identificando. Ou seja, se a identificação não aconteceu na

rodada de apresentação, ela está acontecendo agora, à medida que o debate começa a ocorrer.

Por conta disso, acho que já conseguimos aqui uma coisa importante, extraordinária até, que é nos descobrirmos nesse debate. Quero retirar aqui a proposta feita pelo Conselho Geral para este grupo temático, de que temos de sair daqui com a realização de um evento ainda este ano. Quero concordar que realmente faltam atores sociais, faltam pessoas aqui para contribuir, inclusive com suas visões no meio onde atuam. Acho importante quando a Professora toca na questão das crianças sem terra, de um projeto inclusive que trabalhe com essas crianças.

SRA. MARIA ANTONIETA BARBOSA NUNES – Só para retificar. Eu não sou Professora, mas tudo bem.

SR. HAMILTON PEREIRA – Sim, achei que a senhora fosse uma Professora. Realmente, a diversidade é muito grande de questões que imbricam a cultura. Por conta disso, não temos condições, e estou me apercebendo disso agora, de definirmos algo, por enquanto, porque incorreríamos aqui no equívoco, às vezes, de fazermos uma coisa extremamente pontual, que não contribui muito para esse caráter meio universal da questão cultural. Acho que temos de, efetivamente, ampliar. De qualquer maneira, algumas contribuições, acho que várias falas, aqui – tentei pinçar pelo menos o fundamental, o eixo principal da fala das pessoas –, apontam para uma angústia meio geral de que devemos tratar a questão cultural, introduzi-la juntamente com o elemento cidadania, no dia-a-dia das pessoas, sobretudo aquelas pessoas que vão estar daqui a pouco construindo uma nova sociedade. Estamos, afinal de contas, no Fórum Parlamentar Século 21, tentando pensar essa sociedade para além deste século que termina, deste milênio que se encerra.

Então, efetivamente, a coisa é muito mais ampla e os desafios são muito maiores do que, inicialmente, pensávamos. Acho que este debate deu para mostrar um pouco disso.

O que gostaria de deixar, então, como sugestão – acho que esta é a grande produção deste grupo temático –, é que cada Conselheiro, em seu setor de atuação, procurasse apresentar contribuições. Acho que o Bruno fala um pouco nessa linha, quer dizer, nós outros, aqui, não conhecemos o setor que você representa, e que rapidamente você acabou pincelando algumas nuances. Acho que temos pessoas que atuam em outros setores. Como nos faz falta aqui o Professor Casimiro, por exemplo, não é? Se essas pessoas pudessem produzir uma síntese mais ou menos do setor em que atuam e, nesses setores, quais são as questões fundamentais que hoje a sociedade está meio que insensível para elas, não é?

Temos aqui entre nós o Roberto Mantovani, que nem falou, mas que, por exemplo, trabalha num projeto. Num determinado momento, um sindicato, o Sindicato de Metalúrgicos, resolve – e estou falando de algo que participei – fazer uma auto-análise. O Sindicato resolve deitar num divã. E fala o seguinte: “Olha, quem somos nós? Somos uma entidade que representa os metalúrgicos e que se relaciona com essa categoria no horário comercial, na entrada da fábrica e na saída da fábrica. Quando essa pessoa sai da fábrica e vai para seu bairro, ela encontra lá problemas com seu posto de saúde, com a escola de seus filhos, com o transporte coletivo, com a rua sem asfalto etc. E o Sindicato, que deveria defender o trabalhador enquanto cidadão integral, enquanto ser humano, só se relaciona nas questões salariais e nas condições de trabalho. Não acompanha esse trabalhador em seu cotidiano, em seu local de moradia, com todos os problemas que o envolvem nesse local.” A partir daí, o Sindicato fez um projeto chamado Sindicato Cidadão, em que resolveu, inclusive, chamar o Roberto Mantovani, que trabalha na área da produção cultural, para também trazer cultura, trazer o trabalhador para se envolver com a questão cultural, com o teatro, com a música, com as oficinas culturais, com a dança, enfim. O trabalhador passou a ser visto pelo Sindicato, e o

Sindicato descobriu-se, nesse processo, como uma entidade totalmente incompleta e defasada em relação àquele cidadão íntegro, cidadão enquanto ser humano integral.

Então, é de uma amplitude essa descoberta, esse processo, que não podemos, efetivamente – rendo-me aqui às críticas que foram feitas –, ter a pretensão, de repente, de numa reunião muito curta tentar canalizar, forçadamente, para determinado tema. Quero concordar, aqui, com a necessidade da ampliação, inclusive deste Fórum, deste Conselho, com pessoas de outras áreas.

De qualquer maneira, o que eu solicitaria, e podemos aqui ter nosso Gabinete na Assembléia, inclusive, como um centro, digamos assim, para reunir esse material, é que as pessoas pudessem fazer uma breve síntese: Olha, em meu meio, relaciono-me com este, esse e aqueles outros aspectos. Gostaria que eles pudessem ser tratados, para que possamos começar a elencar. Para termos uma dimensão, inclusive, do que é esse mundo cultural, que perpassa por todas as atividades humanas.

Então, se pudéssemos fazer isso, para começarmos a produzir, mesmo que não tenhamos aqui um determinado momento, digamos.

SR. HAMILTON PEREIRA – Pois não. A Professora tem também uma sugestão.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Rapidinho. Minha sugestão seria a seguinte, para tentar encaminhar e terminar a reunião. Marcar uma data conveniente para todo mundo e que se trouxessem esses relatos, foi mais ou menos isso que pensei que fosse acontecer quando vim para cá. E que, a partir desses relatos, montássemos um projeto e o executássemos no decorrer do ano que vem. Seria mais ou menos isso. Pensar em marcar uma reunião, o dia inteiro, para que tivéssemos a oportunidade de sair um pouco. Até essa posição que estamos aqui está me parecendo muito desagradável. Então, que pudéssemos

assim um pouco, interagir. Eu conversar com ele. Porque também mexo com funcionários da Unicamp no horário do almoço, faço concertos. Eu acho que música, teatro, cinema tem de ser para todo mundo. O pessoal da Secretaria da Cultura, por exemplo, abrindo a Estação Júlio Prestes para a população, aquilo foi maravilhoso. Nesse fim de semana estourou a entrada de gente no Masp, porque foi gratuita. Sabe, isso que eu pensei que este Fórum fosse discutir. Está entendendo, Deputado?

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Então, minha proposta, é que se marque uma jornada de trabalho, e que nessa jornada seja redigido um projeto e que se execute esse projeto. Aí vem o vício acadêmico, certo?

SR. BRUNO ASSAMI – Só quero complementar e problematizar sua colocação. Quando você coloca 16.000 visitantes no Masp no último dia, quando você coloca, enfim, uma relação com a comunidade de sucesso, num evento na Júlio Prestes, temos de perguntar, nós, como agentes culturais: “Qual é o residual que estivemos proporcionando nesse momento para a comunidade?”

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Desculpe, Bruno. Eu não sei qual é o sentido de residual. Só queria que você esclarecesse.

SR. BRUNO ASSAMI – O residual de informação. Enquanto residual de lazer, eu entendo. Agora, enquanto residual de formação, em que estamos efetivamente contribuindo enquanto cultura para esse cidadão.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Desculpe. Não vamos polemizar aqui, mas eu acho assim. E aí eu vou plagiar.

SR. BRUNO ASSAMI – Você cria o acesso. Eu entendo.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Aí eu vou plagiar o Zola: Nós jogamos os germes, certo? Um operário que nunca viu o Picasso, sabe, a hora em que ele descobrir o que é a Guernica... Eu penso assim, é muito a minha maneira de ver, um operário se interessar e ver Picasso. Eu acho que não tem resíduo, eu acho assim.

SR. BRUNO ASSAMI – Não. Eu concordo que existe. O fato de você criar acesso à informação ou acesso à programação cultural, evidentemente que é o objetivo-fim de todos nós. O que precisamos analisar, enquanto agentes culturais, é que dentro desse processo, temos de aperfeiçoar essa relação, esse residual de aproveitamento. É essa a questão.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Você está falando como se vivêssemos noutro país, na França.

SR. MARCOS GADELHO – Deixe-me fazer uma intervenção, porque acho que o que a Professora propôs nós começamos agora, a tal da jornada. Então, essa discussão já vai fazer parte da jornada. Eu acho que é uma coisa muito boa.

Deputado, só para encaminhamento, queria propor o seguinte. Acho que o que a Professora propôs é o que eu estava querendo propor também. Só que eu queria aprofundar um pouquinho mais, para que possamos ter uma reunião já bem produtiva. Por exemplo, acho que o Reitor listou as universidades. Nas universidades particulares, eu entraria em contato com o Semesp e pediria para que nos fornecesse os principais elementos que as universidades privadas, na área de extensão e na área cultural, têm discutido, para trazer esses elementos para nós. Talvez a Unicamp poderia ver com as universidades estaduais quais são os conhecimentos que têm, o que teriam como contribuição. Ou trazer esses elementos, se não forem redigidos, para as pessoas que participarem. Alguém tem

de fazer contato com as confessionais, para ver como é que essas universidades podem participar. Enfim, todos esses segmentos da universidade.

No segmento sindical, você, em função de seu relacionamento, poderia trazer sua contribuição e de outros, ou trazê-los para a discussão.

SR. – Trabalho numa área completamente diferenciada e, particularmente, acho que, num primeiro momento, essa participação, essa discussão da universidade deveria ser um pouco acanhada. Acho que deve ser a comunidade como um todo mesmo. Porque o nosso trabalhador é esse que talvez vá ver o Picasso, mas ele não vai ver o Picasso. Ele está, no momento, consumindo uma cultura que é formada pela televisão.

Então, é muito interessante que se preocupe um pouco mais com a formação que está saindo, que está indo para a fábrica, porque tem uma porrada – desculpe o termo. E também se eu não falar assim, não vou falar – tem uma série de coisas que estão sendo esquecidas, até mesmo pela Educação, e isso já é uma outra área, e alguém está discutindo. Acho que a formação de base, de berço, é o complexo social que é mais amplo. Sabe, a falta de acesso. Acesso existe. Existe uma série de eventos, de atividades, de debates, de palestras. Mas esse interesse, o que é importante, a necessidade da arte, a necessidade da cultura é que é preciso se discutir aqui.

SR. MARCOS GADELHO – Se me permitem, eu estava justamente nessa direção. Veja bem. Acho que há muita universidade no contexto. O que tem da universidade como contribuição é que muitos desses alunos que passam, que têm o privilégio neste país de se sentar num banco universitário, podem trazer uma contribuição futuramente. É nesse sentido, só.

Então, veja bem, eu estava imaginando o seguinte, por uma questão de sugestão. Que nós tivéssemos talvez uma jornada como essa, e aí tem o sacrifício dos que estão no interior, de vir a São Paulo nesse momento, e que nós tivéssemos uma pauta com 20 minutos para cada um expor o que você acabou de falar agora.

Você entende? Vinte minutos cada segmento para expor. Seria feita uma pauta do dia todo, com o famoso e importante *coffee break*, toda essa história.

Acho que seria muito bom isso daí, que cada um tivesse 20 minutos para expor. Entende? Porque acho que essa experiência tua é uma coisa importantíssima. Essa discussão vai ter uma implicação seríssima na lei que está para ser – até poderia, tentamos conversar com o Sr. José Gregori, que era para ficar pronta no dia 20 de setembro e até hoje não está minutado ou encaminhado, qual é a lei, como é que ficou o formato da nova lei – apresentada à Câmara Federal, sobre a questão das concessões de televisão. Como o depoimento que foi dado – pena que o Fábio já saiu –, de que o critério de televisão hoje é audiência e não qualidade. Então, que lei é essa que privilegia audiência e não qualidade? O que você vai colocar vai desembocar em cima disso. Perfeito? A grande massificação da cultura pode ser por aí. Perfeito?

Então, acho que se tivéssemos um dia como esse, com temas definidos, que poderíamos mandar como contribuição para o Gabinete do Deputado, para ele poder elencar quais seriam os principais, e ver essa data – não sei se para todos ainda é possível neste ano de 1999, mas acho que tinha de se tratar neste ano, nem que comece neste ano, pare e comecemos em fevereiro –, porque estamos contra o relógio. Acho que essa contribuição que você colocou é muito importante. Tem de ter um capítulo específico para você falar, temos de discutir sobre isso. E ver também os que participam com você em outros sindicatos, os congêneres, para trazer para a discussão.

SR.– Parece-me que essa questão da nossa identidade, sabe, qual é o homem que vive no Estado de São Paulo? De onde ele vem? Como ele vem? Por que ele vem? E do que ele precisa? O que posso oferecer a esse homem? Que tipo de interesse ele tem? É preciso ver se ele tem interesse.

SR. BRUNO ASSAMI – O consumidor cultural aí.

SR.– Isso. Que consumidor é esse que não faz nenhum crivo de qualidade? Ele não tem esse crivo de qualidade. Ele vem. Ele aceita, assume, diverte-se e vai dormir. É preciso perceber em que momento ele não sente falta da dignidade.

SR. MARCOS GADELHO – Para concluir, Deputado, eu acho que deveria acontecer o seguinte. No prazo de uma semana, deveríamos enviar para seu Gabinete as sugestões que julgamos apropriadas e o senhor daria retorno, no máximo, em 15 dias, para que tivéssemos uma reunião pelo menos em dezembro, se não der para ser no mês de novembro, sobre esses temas. Acho que é a sugestão que cabe aqui. Não sei se os senhores concordam, mas é minha proposta.

SR. HAMILTON PEREIRA – Poderíamos sair já com uma sugestão de data para dezembro.

SRA. – Na sala do Deputado Arnaldo Jardim, ele citou duas datas que me pareceram englobar todas as Comissões, que seria dias 22 e 23, um painel geral.

SR. MARCOS GADELHO – Os temas já estão pontuados.

SR. HAMILTON PEREIRA – A sugestão do Conselho é que fizéssemos alguma atividade este ano, que pode ser essa da jornada de trabalho, não é? Aí a data poderíamos definir aqui e agora.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Dia 8 de dezembro. É feriado em Campinas. Hoje eu estou deixando de dar três horas na Pós e duas horas na Graduação.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Em Guarulhos também é feriado, aniversário da cidade.

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Campinas.

SRA. VERA RAVAGNANO JÓS – Sorocaba.

SR. HAMILTON PEREIRA – Dez horas, até às 17:00.

SRA. – Vai ser no dia da reunião da Comissão de Cultura, não é?

SRA. CELENE MARGARIDA CRUZ – Ah, é. Então mudamos. Acho que é bom fazer uma reunião com pauta e teto.

SR. HAMILTON PEREIRA – Vocês já perceberam que os espaços na Assembléia são terríveis.

SR. BRUNO ASSAMI – Eu poderia verificar com o Instituto se temos alguma sala disponível nesse dia. É na Avenida Paulista.

SRA. – Ou no próprio Memorial que o Conselheiro Fábio ofereceu.

SR. MARCOS GADELHO – E o prazo de uma semana para lhe entregar sugestões. E com o telefone.

SRA. – A proposta a gente não traria na reunião?

SR. MARCOS GADELHO – Não. Acho que tínhamos de mandar essas propostas para o Gabinete dele, para que ele possa fazer uma programação dessa agenda, entende? Tal horário, tal pessoa vai falar tal tema. Tudo direitinho. Já organizar isso.

SRA. – Também acho que não. Poderíamos tentar fazer uma coisa mais informal.

SR. MARCOS GADELHO – Eu me preocupo se tem uma quantidade muito grande. Quando você reúne mais que dois, para você organizar, chegando às 10 horas, vai ter mais uma hora de organização. Eu não quero ser burocrata, não, mas acho que se tiver um mínimo de organização prévia nisso, vai facilitar o trabalho da Comissão.

SR. HAMILTON PEREIRA – É. Se tivéssemos um roteiro...

SR. MARCOS GADELHO – Pois é. Eu quero ver se consigo com que um dos Secretários do Semesp venha expor sobre as propostas de extensão.

SRA. – Mas não seria nesse espaço.

SR. MARCO

S GADELHO – Estava pensando em galgar etapas, mas se for isso, tudo bem.

SRA. – A reunião seria só nossa, para tentarmos... Eu acho assim, período da manhã, vamos falar o que temos a falar. Almoçamos juntos, discutimos. Tem aquela conversa do corredor que eu acho extremamente profícua. Depois do

almoço, sentamos e fazemos um projeto. Nesse projeto, cabe trazer gente de fora. Aí vamos começar a discutir o projeto.

SRA. – Queria também fazer uma sugestão no seguinte sentido. Nesse dia, tudo bem, vamos trazer nossas contribuições, mas seria designada uma Comissão de Redação, porque para 15, 20 pessoas redigirem um documento é impraticável. Então, que fosse tirada uma Comissão de Redação, para selecionar sugestões e transformá-las num projeto.

SR. HAMILTON PEREIRA – Está ótimo.

SRA. – Você acha que não devia fazer o projeto na hora?

SRA. – Não, não. O projeto será feito na hora por uma Comissão. Porque 15 pessoas redigindo é...

SRA. – Várias Comissões, cada uma...

SRA. – Não. Uma de Redação. Todos traremos nossas contribuições. Vamos ter de defendê-las, justificá-las, ou não. Quer dizer, uma coisa muito sintética, como sugeriu o Deputado. Só que alguém vai ter de transformar não no projeto de lei, mas no projeto da Comissão, uma Comissão de Redação. Em vez de ficarem 15 pessoas redigindo, ou eu pegar o que você escreveu, o que ele escreveu e eu interpretar, fica com uma Comissão. Acho que talvez funcione.

SR. HAMILTON PEREIRA – Está bom.

SRA. – Acho que eu tinha entendido errado, que seria para trazermos para essa reunião uma síntese do que estamos fazendo.

SRA. – Exatamente. E disso vai nascer um projeto.

SRA. – E quem vai redigir esse projeto? Não faz sentido que ele vá trazer.

SR. HAMILTON PEREIRA – Ela está propondo, na realidade, é uma Comissão de Sistematização. Pegue tudo isso e dê começo, meio e fim juntando tudo e tal.

SRA. – Sistematização.

SR. MARCOS GADELHO – Está garantido o ponto, Deputado?

SR. HAMILTON PEREIRA – Quer dizer, na realidade esse depoimento verbal seria transformado, ou se as pessoas quiserem trazer por escrito a contribuição, fariam isso nesse dia.

SRA. – Exato. Acho que teríamos de deixar nossos telefones, que não constam dessa lista, para que a Secretária entrasse em contato dando o local.

SR. HAMILTON PEREIRA – Exatamente. Por favor, quem tiver cartão. O Fábio Magalhães já deixou o dele. E o local, nós veremos.

SRA. – Quer que eu veja no Memorial?

SR. BRUNO ASSAMI – Acho que, como o Fábio ofereceu primeiro, seria cortês... O Fábio gosta muito, porque é uma oportunidade de as pessoas poderem conhecer o Memorial.

SR. HAMILTON PEREIRA – Isso. Poderíamos fazer lá, não é?

SR. BRUNO ASSAMI – Depois disso, teremos o maior prazer de recebê-los.

SR. HAMILTON PEREIRA – Está bom. Fazemos o contato. E quem puder, se não tiver um cartão, deixar num papel o telefone, a forma de contato.

28.11.2000

O SR. NIVALDO SANTANA- Bom dia a todos.

(A platéia responde, em coro: Bom dia).

O SR. NIVALDO SANTANA - Qual é a nome dessa escola? Capitão Sérgio? Qual é o bairro? Itaim Paulista? Fica bem pertinho daqui. Escola Estadual Capitão Sérgio Paulo Muniz Pimenta. É isso?

(A platéia responde em coro: É.

O SR. NIVALDO SANTANA - Além dos alunos que estão abrilhantando esta reunião, estão acompanhados das professores Márcia Guilhermina, Nilza Ferreira dos Santos, Catarina de Lima Xavier. Batam palmas para elas capricharem depois.

Vamos dar inícios aos nossos trabalhos. Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer a presença de todos e para dar início aos nossos trabalhos o coordenador da primeira mesa acabou de chegar, que é o nosso companheiro Deputado Hamilton Pereira. Sem maiores delongas passo a coordenação dos trabalhos ao Deputado Hamilton Pereira.

O SR. HAMILTON PEREIRA - Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de pedir desculpas, mas deputado do interior tem essa via crucis que é vencer a Rodovia Castelo Branco principalmente no trecho de Barueri até a chegada a São Paulo.

Em nome do Fórum São Paulo Século 21 gostaria de agradecer a iniciativa principalmente do Gabinete do Deputado Nivaldo Santana que nos contatou solicitando que essa atividade fosse incluída dentro das atividades do

Fórum Parlamentar Século 21 o que é fundamental inclusive na semana que discutimos a consciência negra de realizarmos no Parlamento Paulista esta atividade. Gostaria também de dizer que no dia de ontem procurava material na internet sobre a questão do racismo porque falar hoje da cultura negra no Brasil é tratar de um tema indissociável da realidade cultura no Brasil. Localizei o material que na realidade é uma pesquisa feita pela Universidade Federal Fluminense que dava conta desta triste realidade no Brasil. Todos os entrevistados consultados pela universidade, cerca de 93%, afirmaram que existe a questão do racismo no Brasil e, segundo a universidade, não se os números são corretos ou não, a população negra no Brasil é de 59%, portanto, é a ampla maioria. Todas as atividades que possam elevar o nível de consciência do povo brasileiro é a dimensão cultural que é fundamental para rompermos esta discriminação, este preconceito que ainda existe no Brasil, por isso gostaria de parabenizar também todas as entidades que se fazem presentes e durante estes dois dias nos ajudaram a elaborar atividades que visem enaltecer a cultura negra que está intimamente relacionada com todas as raízes do povo brasileiro. Todos nós de uma forma ou de outra defendemos esses irmãos que no passado, grande parte deles, foram trazidos da África, tirados da sua terra natal para virem formar esta grande nação.

Gostaria de convidar os companheiros e companheiras que vão compor esta primeira mesa. O Sr. Max Tupan, representante estadual das populações indígenas, Benedito Alves da Silva representante estadual das comunidades negras rurais e dos quilombos, Magali Mendes, coordenadora do grupo de mulheres do Feconeso, Salomão Jovino da Silva, professor da PUC, Flávio Jorge, do Fórum Estadual de Entidades Negras.

Para fazer a saudação da abertura dos nossos trabalhos gostaria de chamar a Mãe Silvia de Oxalá.

A SRA. MÃE SILVIA DE OXALÁ - Vamos começar de uma maneira diferente. Saudar os nossos ancestrais pelo que foram antes de chegar aqui no Brasil, os nossos reis, as nossas rainhas, nossos soldados, nossos tifes, depois no

período de escravidão e depois aqueles, coitados se disseram libertados porque não houve libertação. Mojubá, mojubarê, aos nossos ancestrais subindo a benção para que esta Casa corra tudo bem e flua as nossas reivindicações pelo menos no dia de hoje em diante que seja aberto os nossos caminhos. Laroê exu, o eixo do mundo que abre os nossos caminhos e nos doem aquilo que precisamos. Ogunhe, Patacreu ogunhe meji, Ogum que é dono da estrada que faça ressarcir todos os males que nos fizeram, Oquiario, Oqueoxóssi, que traga fartura na mesa de cada um, que traga a folha o saber a todos, não digo só para a comunidade negra mas para todas as raças que saibam aceitar a primeira civilização do mundo e a primeira religião do mundo atual que foi do negro. E assim nós vamos indo pedindo saúde ao Baloaê que com sua palha sendo o rei do terra nos traga a força para agüentar o que os nossos antepassados agüentaram e o que nós estamos agüentando até hoje. Ossanhe que faça restaurar a saúde da nossa raça e de todos para que possamos prosseguir, que deixem de fazer experiências nas nossas matas, nas nossas florestas, no continente africano dizendo que é do negro que surge e no entanto é aquela outra raça poluída que vai nos poluir. Ossanhe que traga a cura através da folha para todos os nossos dependentes, antepassados que esclareça a vida de cada um. Salubanana é a dona, não tenham vergonha de dizer, pode gritar saluba, porque escuto baixinho, porque não assumem a identidade nem com vocês mesmos. Salubanana que traga as pessoas que nascem com muita luz, que dê uma boa morte às pessoas que precisam e sabedoria por Nanã tem a parte da sabedoria porque para nascer é preciso saber nascer, para morrer tem que ter a dignidade de morrer, mas para adquirir esse meio Nanã dá isto também, a sabedoria. Oraieiê Oxum Fideriman ela que traz o ouro, mas ela é a dona do ventre para que todos tenham bom parto, que tenham uma boa fecundação e que nasçam mais negros ainda no Brasil e líderes sem medo de abrir a boca como estou vendo aqui porque ainda estamos escravizados com medo de assumir a identidade e medo de abrir a boca. Adoiá Iemanjá, dona das águas, não é aquela branca esgualida lá na Praia Grande não. É uma vasta negra tetuda que dali saiu uns rios e

deu orientação e o saber às pessoas. É a dona da cabeça. Dona da sabedoria também. Então, quando vocês olharem aquela imagem com pérolas nas mãos, nós temos tudo quanto é minério na mão, menos pérolas. Ali é uma imposição da qual devemos nos resguardar e fazer as nossas oferendas. Não precisa ser na água. Não precisa poluir nada. É trazer a água sobre si e pedir. Só isso. Não se deixem levar por comércio. Orixá não precisa de vela porque já tem luz própria. Não peguem as coisas das religiões dos outros, das seitas, porque a nossa é religião, agora aquilo que foi feito por um judeu que se diz outra religião, não é. É uma seita. Portanto, tudo isso devemos nos conscientizar que isso é uma sabedoria, é um poder em nossas mãos. Portanto, vamos saudar a cobra, oxumarê, arrobobôiolalá, que nos dê força, que a gente engrupa aqui com esses engrupilho e que nos dê luz nos olhos para poder ver e feche a boca de quem fala demais e ajam mais agindo para o bem, não é? Euá a perigosa Euá, eilalá! Reimró que lhe dê muita luz, muita sabedoria e que saiba levar as coisas e trazer tudo para todos nós, aquilo que você representa, inclusive para as mulheres, mulheres negras que são sofridas, que Oxalá nos ilumine. Caoooo, caaaapisilice. O reino morre e os nossos reis morrem de pé mas o rei é eterno. O rei morto é o rei posto. Garraoooo, garrabichili. Justiça, justiça para todos nós. Justiça, amor, justiça. Temos que bradar em alto grau a justiça e a justiça divina porque foi esse período pequeno de escravidão, mas estamos nos escravizando até hoje e não fomos ressarcidos em nada. Estamos lutando grau a grau e temos que nos parabenizar de chegar até onde chegamos e até onde queremos chegar. Não tenham medo grite para a força da natureza, para os raios, para o vento, para a luz, para tudo. Falando em vento parrê oiá. Parrei oioámeço, que nos dê força, axé e que o vento seja favorável a nós e leve tudo de ruim embora. E agora Xeoê pipapá. liliipipapá, que traga paz eterna mas Oxalá traz a paz mas ele briga pelos direitos que nós temos, então para adquirir a paz, a dignidade, a cidadania e aí estão os parlamentares e o Nivaldo é o culpado, a nossa representação. Então vamos gritar: Geoêpipapá. Epiépipapá para que tenha a luz, para que tenha força, para que reivindique nas horas certas, não deixe engavetas

os nossos pedidos, nossas reivindicações, as nossas necessidades. Urumilá lhe dê a força. Otutuá que é o sopro da vida lhe dê tudo de bom para trazer, todos nós, mas Nivaldo, Nelson, e aqueles que são líderes porque nós precisamos ter a intuição correta para agir melhor ainda. Um pedido: Escolham as pessoas que possam nos representar. Não se deixem levar para o tempo depois. Nós estamos no dia certo. Precisamos colocar representantes dentro de todos os parlamentos existentes no país, dentro de todas as Assembléias, dentro de todas as Câmaras e dentro do Senado, vocês vejam o que está acontecendo, não só no Brasil, mas em toda parte. Nós exigimos muito dos nossos patrícios em serem muito corretos, muito direitos, no entanto enxovalhamos o nosso próprio nome votando em pessoas erradas de outra cor. Então vamos votar no nosso e isso não é racismo não, porque quando a gente vai trabalhar, vai reivindicar sabe o que eu escutei no vão da minha cara, no meu rosto. Falei do meu rosto: Mas o que que vocês fazem que vocês são a maioria e não têm representação? Nem na Assembléia? Nem no Senado? Não tem líderes? Imagina que nós não temos líderes! Nós temos sim. Nós temos que ter vergonha e assumir a nossa raça e votar em nossos representantes, mas se não corresponder vamos atarraxar. Isso faz parte como aconteceu agora. Não estou falando do Pitta, não. Estou falando da Assembléia, estou falando da Câmara Municipal, estou falando do Senado e outras coisas mais. Coisas que nós não temos direito, então nós temos que adquirir esse direito.

Vocês sabiam que existem revistas que nós não podemos sair? Mais eu sai. Vocês sabem que nós não podemos chegar muito perto da mídia mas nós vamos querer a mídia. Vocês sabem que tem lugares que negro não entra? Pois nós temos que entrar nesses lugares. Eu entro. Mas não adianta só eu porque eu me tornei a Mãe Silvia, a religiosa e a porta está aberta. Tem que ser todos nós. Isso é muito importante e está em nossas mãos para nós fazermos isso. Então de Exu a Oxalá que nos ilumine, nos dê luz e vamos marchar para nos posicionar como representante do país. Que Oxalá abençoe e proteja a todos. Obrigada.

O SR. NIVALDO SANTANA - Chegou mais um companheiro o Professor Salomão Jovino. Queremos destacar a presença do Salatiel, representando o núcleo de negros, metroviários, coordenador da Unegro. O Eufrásio, o Gato, o Congresso Continental dos Povos Negros. O José Carlos que está conosco na coordenação do Fórum Parlamentar Século 21 e temos também o Sr. Mário que está representando o Deputado Dr. Nelson Salomé que é um dos representantes negros e a Mãe Silvia acabou de se referir há pouco da representação da raça negra na Assembléia Legislativa. Somos noventa e quatro deputados e temos somente três representantes inclusive o Cabo Wilson. Portanto, temos presente um representante do Dr. Nelson Salomé e também o Sr. Rômulo Pimentel que representa o Deputado Luiz Gonzaga Vieira.

Vamos começar o nosso debate cujo tema é: Brasil Outros Quinhentos, Negros e Índios, a Cultura como Instrução de Resistência e gostaríamos de, obedecendo a ordem estabelecida, chamar primeiramente a Magali.

A SRA. MAGALI - Primeiramente gostaria de dar um bom dia para todos nós porque vamos precisar daqui prá frente no século 21 de bons dias. Agradeço a Casa que nos convidou para participar deste Fórum e gostaria de falar da nossa experiência frente da Feconezu com as diversas manifestações culturais da nossa raça, falar um pouco do nosso histórico no interior do Estado de São Paulo. Feconezu quer dizer: Festival Comunitário Negro Zumbi. O primeiro Feconezu foi realizado em 1978 na época da ditadura e entendemos que seria uma forma de burlar a ditadura para podermos discutir e solucionar as nossas questões mais contemporâneas porque entendemos que a luta contra o racismo, a luta contra a opressão para nós descendentes de africanos no Brasil tem exatamente quinhentos anos, mas no contemporâneo, da década de setenta para cá é que se começa a organizar mais efetivamente o movimento negro, aquilo que entendemos como movimentos negros na atualidade.

Naquela época existia Feabesp - Federação das Entidades Afro Brasileiras do Estado de São Paulo quando pensou-se no Festival Comunitário Negro Zumbi para que pudéssemos, através da cultura, organizar a nossa luta política e é isso que temos feito nesses últimos vinte e dois anos.

O Feconezu está localizado principalmente no interior do Estado de São Paulo mas os movimentos organizados na cidade de São Paulo participam muito inclusive o companheiro Flávio da Soieto não tem faltado a nenhum evento enfim temos várias alianças com o povo de São Paulo entendendo que a luta contra o racismo tem que ser somada. Cada um de nós temos que pensar naquilo que é possível e necessário a ser feito mas construir algo maior coletivamente.

Este ano o Feconezu realizou-se na cidade de Araraquara e foi a primeira cidade onde realizamos esse evento cujo tema foi Revivendo Palmaras principalmente porque a idéia era reviver Palmares e também porque entendemos que reviver Palmares é pensar na nossa construção coletiva, é pensar sair das coletivas, é pensar que isoladamente não vamos conseguir chegar a lugar nenhum. É pensar que temos que conseguir a solução do nosso problema no Brasil a partir de nós mesmos e temos construído, através do Feconezu, essa viabilidade. Por exemplo, a participação média está entre mil e quinhentas a três mil pessoas e a dessa ano foi de duas mil pessoas, divididas entre jovens, mulheres, crianças enfim homens e mulheres do Estado todo e nesses três dias trocamos várias experiências desde política e cultural. Portanto, dentro do Feconezu que é considerado um território negro porque é um território onde nós pensamos nós criamos, nós organizamos e nós apontamos, nesses três dias trocamos essas experiências de diversas formas de ver o mundo que para nós se manifesta através da cultura. Portanto, para nós a cultura é uma forma de ver o mundo. É uma forma de enxergar e construir saída para as nossas questões e pensando nisso também podemos dizer que atualmente o Feconezu foi um espaço que os jovens escolheram até pelo caráter autônomo que o Feconezu tem inclusive os jovens do Rip Rop nos escolheram para ser um espaço de atuação.

Podemos dizer que o Feconezu é um espaço que os jovens escolheram, até pelo caráter autônomo que ele tem, para ser um espaço de atuação cuja média de cinquenta e sessenta por cento de jovens. Ainda está muito vivo na minha cabeça o último Feconezu porque terminou domingo passado e tivemos uma oficina de rip rop com a participação de quinhentos jovens, ou seja, é um espaço privilegiado e não fomos nós que fomos atrás dos jovens e sim os jovens que vieram até nós porque entendem que é um espaço deles. Assim como temos coordenadores de todas as idades porque entendemos que para o nosso movimento crescer é necessário que estejamos representados dentro dele, ou seja, temos desde jovens de dezesseis anos que são coordenadores e respondem pelo Feconezu até mulheres com sessenta anos de idade que pensam e respondem pela política do Feconezu. Isso é interessante dizer porque o Feconezu é uma experiência única no Brasil, enfim a sua diversidade é único porque não é um espaço fechado porque está aberto para diversas manifestações culturais do nosso povo e é um espaço também todos sentam juntos para pensar numa política para o nosso povo. Também é um espaço que é coordenado e pensado por pessoas como nós estudantes, trabalhadoras domésticas, desempregados, cortadores de cana, pegadores de laranjas, ou seja, nós podemos dar respostas para a nossa questão. Nós não pensamos em esperar do outro a resposta. A resposta tem que vir de nós mesmos. Nós pensamos a cultura como um instrumento de transformação. A cultura é resistência mas ela tem que ser elemento de transformação. A partir do momento que nós estamos juntos e estamos criando alternativas juntos é que fomos transformar esse país e a nossa própria vida num momento e numa instância melhor. Portanto, como o Feconezu não é fechado, ou seja, ele tem desde pessoas que chegam lá alienadas das questões sociais e chegam lá e se identificam inclusive temos até militantes dos antigos históricos. Como temos pessoas analfabetas temos também doutores, pós graduandas mas que alí dentro são pessoas simplesmente pensando numa solução para o problema coletivo.

É muito gratificante a gente pensar que uma instância como essa, uma organização como essa que é o Feconezu, ela se mantém há vinte e dois anos à revelia daquilo que os poderes querem criar ou podem criar, ou indicam ou exigem que se crie. Isso é muito interessante para nós porque o Feconezu foi criado a partir de nós, é um espaço nosso, os artistas, os políticos e os interlocutores lá dentro somos todos nós e costumamos dizer que o grande lema do Feconezu é que o melhor do Feconezu é a sua gente, isso é uma coisa incorporada nas pessoas que participam e é uma experiência que temos reproduzido para outros estados porque é necessário fazermos um movimento autônomo. É necessário a gente pensar um movimento onde a gente pense e crie soluções a partir de nós mesmo, ou seja, de baixo para cima. É necessário a gente construir um espaço onde homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades inclusive muitas vezes a gente até brinca que se dentro do Feconezu formos reivindicar cotas as mulheres estão fritas porque somos a maioria. A coordenação do Feconezu é majoritariamente de mulheres, mas não é algo reivindicado, é algo construído pela própria dinâmica e não é algo que nós fazemos para desvalorizar muito menos competir com os homens. É algo natural porque historicamente a nossa cultura tem a mulher em pé de igualdade inclusive temos a Mãe Silvia que acabou de fazer uma saudação aos orixás dos quais, pelo menos sessenta por cento são orixás femininas, portanto, nós não temos esse problema como essência. Nós não o problema do homem e da mulher ou do homossexual como essência. Temos orixás femininos, masculinos e homossexuais. No nosso meio todo mundo é aceito. Isso é cultural para nós. Nós não temos a discriminação como essência ou como forma de dividir para governar portanto essa experiência que não foi construída por um grupo mas foi construída por um coletivo é uma experiência a ser pensada e reproduzida para toda a nossa comunidade no Brasil inteiro e é uma experiência que tem dado certo. Nós imaginamos que daqui para frente, no século 21, para os afro brasileiros não traz muita perspectiva mas daqui para frente a nossa única saída é a solidariedade, a nossa única saída é pensar juntos alternativas de vida e a

nossa única saída é a autonomia. Nós pensamos o Feconezu como um movimento popular e nós temos como princípio não sair do movimento popular. Nós não queremos ser o ING, nós não queremos ser governo, nós queremos construir coisas coletivas e se em algum momento definirmos os caminhos vamos definir coletivamente.

Eu penso que essa experiência e agradeço à mesa, agradeço ao Deputado Nivaldo Santana pelo convite porque a nossa preocupação é com o nosso povo normalmente não estamos nesse espaço, não é a nossa preocupação estar neste espaço, a nossa preocupação é estar com o nosso povo portanto um momento como esse é impar para estarmos coletivizando essa experiência que é uma cultural, que é uma experiência de raízes africanas.

Era o que tinha a falar e no final aqueles que quiserem fazer perguntas à medida do possível iremos responder. Muito obrigada.

O SR. NIVALDO SANTANA - É importante fazermos primeiramente uma rodada com a fala inicial com todos os participantes da mesa depois podemos abrir para interagir inclusive com os nossos companheiros e companheiras.

Tem a palavra o Sr. Flávio Jorge, do Fórum Estadual de Entidades Negras.

O SR. FLÁVIO JORGE - Bom dia a todos e a todas. Pertencço a uma organização de São Paulo que se chama Soweto - Organização Negra. Essa organização juntamente com outras algumas delas aqui presentes que é a Refavela, participamos do Fórum Estadual de Entidades Negras.

O Fórum Estadual de Entidades Negras é uma articulação estadual e existem também em outros estados do Brasil que tenta reunir aquilo que tentamos organizar no nosso estado todos os tipos de organização, desde organizações religiosas, organizações de mulheres, organizações de juventude e um pouco do que é o movimento negro no Estado de São Paulo..

A Magali estava falando de uma experiência de organização do movimento negro talvez muitos não conheçam mas pela riqueza que ela apresentou

tem uma importância muito grande para todos nós. São vinte e dois anos de organização num tipo de atividade que reúne, sempre no mês de novembro, tudo o que ela falou em torno de mil e quinhentas e três mil pessoas. Tive a felicidade nesses vinte e dois anos participei de dezoito festivais que é uma coisa muito rica e acrescenta muito para a gente. Quando falamos de cultura talvez nem entendemos a força que isso tem para as nossas próprias vidas. A palavra resistência para nós é muito forte para todos nós enquanto negro, um pouco do que a Mãe Silvia falou, um pouco do que a Magali falou e o que os outros companheiros ainda vão falar vai nos mostrar isso.

Estava voltando de Araraquara Magali e estava pensando no significado deste mês para nós, mês da consciência negra. Inicialmente era um dia: O Dia Nacional da Consciência Negra. Foi criado praticamente junto com o Feconezu. Inicialmente foi iniciativa de um grupo do Rio Grande do Sul que começaram a pensar numa data que se contrapusesse ao dia 13 de maio, porque é o dia farsa da nossa liberação, a chamada abolição. De início muitos acharam que seria uma loucura criar um dia contra o outro que é o 13 de maio que todos valorizavam como um dia muito importante para nossa raça principalmente nossos pais, nossos avós que sempre reverenciaram o dia 13 de maio.

Lentamente fomos colocando essa data como uma data nossa dentro dessa linha que a Magali falou, ou seja, quando resistimos é preciso inventar ou criar as nossas formas de resistência e o Dia Nacional da Consciência Negra foi uma forma de nos organizarmos e mostrar que tínhamos outras referências de organização no Brasil nessa luta e o Zumbi era uma delas.

No início passou a ser o dia Nacional da Consciência Negra, depois passou a ser semana da Consciência Negra, agora é Meio da Consciência Negra. É muito interessante. No Rio de Janeiro, na última segunda-feira foi feriado. É um fato inédito no Brasil. Por iniciativa de um vereador amigo nosso, foi enviado um projeto de lei para a Câmara Municipal, foi aprovado, o prefeito vetou o feriado alegando inconstitucionalidade alegando que ia parar a cidade com grandes perdas

para o comércio etc., teve uma mobilização muito grande do movimento negro do Rio de Janeiro e, pela primeira vez, a cidade do Rio de Janeiro parou no dia Nacional da Consciência Negra. É um fato muito importante e gostaria que ficasse registrado e dizer também que essa data é uma data conquistada por nós.

Gostaria de falar sobre o movimento negro e o que é resistência. Não gostaria de tocar na questão da cultura porque quem tem filhos principalmente sabe o que a cultura branca representa para nós ou seja, começa desde a manhãzinha quando você liga a televisão e vê um bando de apresentadoras, todas loiras, falando de coisas que muitas vezes não tem nada a ver com as nossas crianças. Depois você continua vendo os apresentadores dos jornais da manhã, quase todos eles brancos, falando de notícias que muitas vezes tem a ver conosco mas que influenciam a nossa vida de forma negativa. Portanto, não gostaria de entrar nesse assunto porque creio que outras pessoas vão falar.

Vou falar um pouco sobre a nossa resistência. O movimento negro é um dos movimentos mais antigos do Brasil juntamente com os movimentos indígenas. A nossa luta começou quando os negros vinham nos navios negreiros para cá. São inúmeros os registros de escravos e escravas, anteriormente não eram escravos, já nos navios negreiros preferiam os suicídio do que vir para o Brasil ser escravo, era uma forma digna de resistir, ou seja, o negro praticava o suicídio se jogando no mar para não ser escravo no Brasil. Já em território brasileiro, com a resistência, o negro procurava minar a escravidão. Existiram vários quilombos espalhados por vários pontos do país, infelizmente os companheiros do Vale do Ribeira não estão presentes mas só no Estado de São Paulo foram mapeados pelo Instituto de Terras do Estado mais cem territórios quilombolas. Existe no Vale do Ribeira uma vasta organização de antigos quilombos, na região de Ubatuba, na região de Sorocaba e assim por diante que eram formas antigas de resistências.

Dando um salto na história, na década de trinta, tivemos uma das maiores organizações políticas do Brasil - A Frente Negra Brasileira. Muitos dos nossos avós, dos nossos pais participaram dessa frente negra que quase não

aparece na nossa história mas foi uma organização bastante importante na vida política brasileira.

Mais recentemente temos organizações dos mais variados tipos. A Magali citou algumas delas enfim temos mais de mil e quinhentas entidades negras com esse viés cultural e político, algumas delas mais conhecidas como os blocos afros na Bahia: Olodum, Ilaê, Araketu que fazem muito sucesso mas no início eram grupos como os nossos, amigos nossos que se organizavam através da música para resistir. Enfim, os exemplos de organizações negras são muito grandes, talvez não sejam tão conhecidas como a gente imagina. Na década de cinquenta, por exemplo, tivemos um grupo chamado Teatro Experimental do Negro, dirigido pelo Abdias Nascimento, atual senador, um dos grupos mais importantes que já tivemos nessa área mais cultural que foi de uma grandeza muito grande de onde saiu muitos artistas muitos deles, já velhos, ainda aparecem em algumas novelas da Globo e em outras atividades como teatro.

Na década de cinquenta e sessenta tivemos em São Paulo a Associação Cultural do Negro também bastante forte que de certa forma representava aquilo que de organizado tínhamos naquela época. Esse movimento que a Magali chama de contemporâneo, do qual fazemos parte, começa a existir a partir de 1976. Uma série de jovens que se organizaram a partir de alguns atos racistas que aconteceram na cidade de São Paulo, um deles foi um grupo de jovens esportistas que tentaram fazer parte do Clube de Regatas Tietê localizado na zona norte de São Paulo e foram proibidos. A partir disso começaram a fazer uma série de reuniões, uma série de atividades inclusive alguns deles ajudaram a organizar o primeiro Feconezu. Na seqüência acontece o assassinato de um jovem chamado Robson, pela polícia, na região do Ipiranga, onde moramos atualmente, fato bastante comum nos dias de hoje e, a partir daí fazemos uma ponte desses agrupamentos que lutavam contra a violência policial na época com esses grupos culturais, começamos a nos organizar e surge o movimento negro unificado que é um movimento bastante importante na nossa história e a partir daí vem rolando uma

série de agrupamentos e o nosso é um deles. Começo a militar dentro da PUC de São Paulo, o Grupo Negro da PUC, e a partir também de uma experiência de resistência. Na época fizemos um censo meio informal entre quinze mil alunos da universidade e nós éramos em quinze alunos para se ter uma idéia. Naqueles cursos de período integral como medicina, fonoaudiologia etc. não existiam alunos negros e esses alunos negros só estudavam à noite. A partir daí começamos a nos organizar e não parei mais.

Nessa linha de resistência e pensando no tempo como ela se dá, fui incentivado a participar dessa luta racial pela minha avó que morreu com quase cento e cinco anos, pelas contas dela porque nós achávamos que deveria ter um pouco mais e é muito interessante a forma como ela me introduziu no movimento negro. Quando completei sete anos e comecei a freqüentar a escola ela comprou uma daquelas bolsas que a gente usava antigamente de couro. Ela cortou um cabo de vassoura do tamanho da bolsa e colocou dentro da bolsa e falou: Agora você vai começar a ver algumas coisas ruins na sua vida. Por exemplo, quando te chamarem de negrinho na escola, tira esse pau da bolsa e desce a ripa. Estou falando esse tipo de coisa mas para a gente sentir o que significa resistência e não tive dúvidas. A primeira vez na sala de aula o "carinha" me "encheu o saco" na saída juntei uma turma e..."pau no cara". É uma história simples mas demonstra a força que a palavra resistência tem para nós negros é exatamente essa. É a forma de nos organizarmos coletivamente, é a forma da nós resistirmos é não abaixar a cabeça para dizer que nós existimos, para dizer que o Brasil é formado por negros inclusive somos a maioria como informou o deputado e quem disse isso não foram os negros, são os próprios institutos oficiais de pesquisas. E sabemos que somos muito mais de sessenta por cento da população brasileira. Atualmente é impossível você dizer que existe branco no Brasil. A maioria da população brasileira é formada por negros porque a influência do sangue africano é muito grande na formação da sociedade brasileira e, principalmente da cultura brasileira e na formação de tudo aquilo que temos de bom e de positivo. Corrupção não é coisa nossa. Não foi o negro que

inventou. Ladrões não foram os negros que inventaram. Trouxemos para o Brasil através dos nossos ancestrais aquilo que o Brasil tem de melhor, a sua comida, a sua música, a força de trabalho, a religião, enfim tudo o que o Brasil tem de melhor foi o negro que trouxe. (palmas). E a resistência que o povo brasileiro tem de saber resistir a esses quinhentos anos de opressão também é coisa nossa. Portanto, tenho muito orgulho de ser negro, tenho orgulho de estar presente neste evento e aproveito para agradecer o convite e coloco-me à disposição para falar um pouco mais dessa história muito rica da qual a gente se orgulha de fazer parte. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Professor Salomão Jovino.

O SR. SALOMÃO JOVINO - Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de agradecer o convite feito pelo Gabinete do Deputado Hamilton Pereira e fazer uma reparação. Na verdade não sou professor da Universidade Católica e sim professor da rede pública do Estado de São Paulo. Dou aula numa escola pública de Itapeverica da Serra. Sou graduado e pós graduado pela PUC mas apenas um professor da rede pública do Estado de São Paulo.

Além de agradecer o convite ao mesmo tempo gostaria de manifestar que este espaço é de ação e de reflexão porque nos permite conhecer um pouco mais sobre nós e estabelecer mais claramente as nossas diferenças e apontar para a construção de alguns projetos comuns.

Com este evento esta casa se transforma por dois dias num espaço de celebração das nossas identidades negras, indígenas e ao mesmo num espaço que é de protesto indignado contra as desigualdades, as discriminações e o extermínio cotidiano do qual tem sido vítimas preferenciais as populações nativas da América e das populações de origem africana. Digo as nações nativas da América porque a ignorância dos europeus transformou os Bororos, os Crenak, os Guaranís, os Yanomamis, os Terena e tantos outros grupos em índios. Assim da mesma forma

transformou os Baluba, os Cuba, os Somali, os Kuango, os Kioko, os Zulus, os Untus, os Gegis, os Nagos em boçais e crioulos.

Como educador da rede pública não posso deixar de elogiar na atuação desta casa na CPI da educação que deu a esse tema que é muito importante a relevância que merece. Entretanto, estando nesta Casa onde se tomam alguma das decisões mais importantes do Estado mais rico do país, não posso deixar, não posso me pabular, não posso me vangloriar e esquecer que no exato instante que me pronuncio os meus irmãos e irmãs negros estão sendo privados do seu trabalho, da sua moradia, estão sendo privados do seu local de culto, estão sendo privados dos seus sonhos. Não posso me envaidecer e esquecer que no momento que nos encontramos nesta Casa toda decorada de mármore, um jovem negro nos bairros mais afastados dessa cidade e das regiões mais violentas deste Estado está sendo assassinado.

Mas a tônica do nosso encontro é a ação e a reflexão em torno da cultura como instrumento de resistência. Portanto, pela proposta estamos sendo desafiados a tentar indicar os pontos comuns que marcam a trajetória das populações de origem africana nesse país. Quando digo as populações de origem africana estou falando de um vasto continente e de uma infinidade de culturas e, quando eu falo de cultura estou entendendo cultura não apenas como aquilo que se constrói artisticamente, mas a maneira de ser, de ver, de conceber, de criar, de sobreviver, de inventar, de traduzir, de transformar a tradição e de criar o novo. Quando falo em cultura estou pensando numa tradição africana que foi trasladada para esse lado do continente e que não desapareceu apesar da tentativa da imposição do cristianismo a ferro e fogo. Podemos então considerar que as marcas da história desse nosso povo é de um lado a expropriação e a violência. Do outro a reconstrução das identidades e a resistência. De quais resistências estamos falando? Estamos falando, em primeiro lugar, da resistência a escravidão como bem disse o Flavinho. Em segundo lugar estamos falando da resistência que é política, que é econômica e que é cultural.

De um lado podemos compreender que a força de atuação dos grupos negros organizados como já bem disse o Flávio desde os anos trinta e eu me remeteria às Irmandades do Rosário que são bem anteriores porque traspassam os séculos dezessete e dezoito ajudando a fuga e ajudando a compra da alforria portanto estamos falando de uma resistência que está para além dos quilombos, está além da luta aberta mas da resistência miúda, da resistência do cotidiano, na resistência do dia a dia, da resistência da mãe negra que trabalha para a família branca para sustentar os seus filhos, para educar os seus filhos e sonha com a inclusão, que sonha com o padrão decente de cidadania. Essa é a resistência que não tem registro nos livros. Aliás, os livros, os nossos manuais de história pouco fazem menção às grandes resistências, sejam aos quilombos, seja na revolta dos malês, seja na revolta da chibata. São poucos os nossos livros didáticos porque são escritos a partir de um olhar no qual nós não somos e nós somos, nós fomos e nós seremos. Somos um eterno vir a ser, nós somos uma eterna realização, nós somos um eterno desafio como já bem disse a Magalí colocando a nossa noção de centro ou de centralidade da figura feminina.

Atualmente podemos dizer que alguns jovens pesquisadores negros engajados têm relevado a riqueza das experiências históricas de grupos e indivíduos negros construindo uma imagem mais completa e mais complexa do que tem sido a trajetória não só de lideranças e de intelectuais negros, mas também de grupos ordinários, de pessoas comuns, de donas de casas enfim dessas pessoas na sua incansável luta pela sobrevivência e pela cidadania.

Em relação a esta cidade onde estamos, é possível entender um pouco como a memória da gente negra foi sendo soterrada pelos prédios monumentais, como o da nossa Assembléia, e pelas grandes avenidas e pelos bairros nobres. Alguns desses jovens pesquisadores fazem mesmo, nos dão a possibilidade de ouvir os gritos das vendedoras negras, das vendedoras ambulantes, livres e escravizadas, não escravas, escravizadas. O escravo é uma situação eterna, é uma condição quase filosófica. E o escravizado tem um tempo de começo e de fim. Não é uma situação

atemporal. E a nossa submissão também ela tem tempo de começo e de fim. Então, o termo correto para nós é escravizados.

É possível nós ouvirmos os gritos dessas vendedoras negras que atravessavam as ruas centrais da cidade e que eram coibidas nos seus afazeres pela Câmara Municipal, pela Câmara Provincial. É possível nós ouvirmos o barulho dos tambores na região da Sé, da Liberdade, próximo á Igreja dos Enforcados, próximo ao Lavapés, a Barra Funda. Chegam para nós soando de longe o batuque surdo dos tocadores de adufe, de urucungos, de tambus, de marimbas e de engomas, todos instrumentos de origem africana e que sobreviveram aqui nesta cidade até próximo de 1920.

O registro que ficou escrito é o das autoridades municipais, proibindo os batuques através da lei, proibindo as festas dos malungos, dos Irmãos do Rosário, das festas que eram feitas no pátio das igrejas de Santo Elesbão e de São Benedito. Ficaram também para nós as notícias de tom marcadamente racista dos jornais da cidade, pedindo às autoridades para proibirem o jogo de tiririca, que era a forma da capoeira dos negros paulistas.

Na memória da gente negra da capital paulista, que os livros escolares ainda não falam, não tratam, não registram, existem os casarões de propriedade dos Irmãos do Rosário, que se transformaram em frutos da cobiça da exploração imobiliária.

Quando a cidade começou a crescer, os ricos abandonaram os sítios das regiões mais remotas e vieram morar nas áreas centrais, desalojando a população negra.

Depois, quando eles se sentiram sitiados pelas populações negras do Ipiranga, da Saúde, do Lavapés, do Bixiga, do Jabaquara, da Barra Funda, da Casa Verde, eles migraram para o espigão da Paulista. E foi lá que eles construíram as suas mansões.

Na memória ocultada do jovens negros que freqüentam as nossas salas de aula na rede pública repousa toda a participação das populações negras

na construção da riqueza, sim, como já bem disse a Mãe Sílvia, na construção da riqueza deste país. Na construção das riquezas das lavouras de café, onde partilhamos com os imigrantes pobres, que foram despejados aqui aos montes. Onde partilhamos com os imigrantes europeus pobres o trabalho duro na lavoura de café e que depois alavancou o desenvolvimento da indústria.

Portanto, quem financiou com o suor o desenvolvimento da indústria, que modernizou, fomos nós. Quem modernizou este país fomos nós.

Na produção desses jovens pesquisadores negros comprometidos, engajados, que tiveram oportunidade como poucos de pisar, de sentar nos bancos das universidades públicas e privadas, há um engajamento e uma preocupação muito grande em desmitificar o pensamento acadêmico, o pensamento universitário e democratizar essas informações. Para tecer, de uma maneira um pouco mais forte, as nossas solidariedades e fomentar as nossas organizações.

Logo, há uma compreensão muito clara de que a história para ter significado para o povo negro, além de retratá-lo, ela deve ser dinâmica, viva e rica, como as inúmeras formas das canções negras que existem neste país. Ela deve ser forte e precisa como a batida dos tambores. E acima de tudo, ela tem de ser escrita, discutida, partilhada, vivenciada como uma experiência múltipla e coletiva.

Para terminar, eu queria dizer que quando nós nos encontramos aqui, eu, o Flávio, a Magali, a Mãe Sílvia, o Nivaldo Santana e todos os outros e todos vocês, como pessoas de origens e experiências diversas, mas engajadas numa mesma luta, nós estamos fazendo não é outra coisa senão recuperar a história das populações de origem africana na construção deste país. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Professor Salomão Jovino da Silva.

Nós recebemos um aviso aqui de que o companheiro Marcos Tupã já está a caminho, já está chegando aqui na Assembléia. Assim que ele chegar, nós chamaremos o companheiro para a Mesa.

Eu gostaria e dizer que hoje e amanhã há uma extensa programação na Casa. Nós estamos tendo aí exposições de artesanato, exposição de fotos e documentos literários, exposição de fotos e documentos sobre André Rebouças, pelo artista plástico David Rodrigues e o lançamentos de livros também. Dênis Oliveira está lançando o livro Globalização e Racismo no Brasil. E quero agradecer a presença desses expositores: Marlene dos Santos, Glória Maria da Silva, que expõe roupas a retalhos, o Sr. Jorge dos Santos, que expõe esculturas, o Sr. João Cândido da Silva, artista plástico, expõe esculturas também, a Sra. Dilma Pereira, que expõe bonecas negras, e a Sra. Adriane Peixoto, que expõe caixas e cestas em motivos afro. Essas exposições estão acontecendo no hall monumental, no térreo deste prédio. Eu gostaria de agradecer mais uma vez à Escola Estadual Capitão Sérgio Paulo Muniz Pimenta, às Professoras Márcia Guilhermina, Nilza Ferreira dos Santos, Catarina de Lima Xavier e a todos os alunos e alunas do ensino médio de primeira à terceira séries, num total de 44 alunos que se fazem presentes. Obrigado pela presença.

A SRA. MÃE SÍLVIA - Eu vou dar um adendo para esclarecimento. Essa exposição de fotos e documentos literários não é bem essa parte literário. É sobre candomblé: Tradição, culto e cultura dos Orixás, feito pelo orador que está ali, Sebastião de Souza, que é do Axé Iliobá. Isso é importante dizer, porque foi uma maneira preconceituosa que puseram literários. Tradição, culto e cultura dos Orixás. Precisamos assumir. Com a sua licença.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Mãe Sílvia.

Eu gostaria de abrir a palavra para o público, para que possam explorar um pouco os conhecimentos dos nossos expositores aqui. Por favor. Tem um microfone sem fio, que poderá rodar entre os presentes.

Deputado Nivaldo Santana.

O SR. NIVALDO SANTANA - Pessoal, bom dia a todos vocês. Nós temos uma programação extensa e na verdade hoje eu estou ocupando aqui a Mesa porque o nosso Coordenador da Comissão, que é o Deputado Hamilton Pereira, pediu para nós virmos aqui. Mas nós vamos estar participando amanhã, na parte da manhã, de um debate que tem aqui um prospecto com toda a indicação e à tarde também.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte. Como temos aqui bastante estudantes do Itaim Paulista, que vieram contribuir e abrilhantar a abertura do nosso primeiro evento, eu gostaria de responder à sua pergunta, mas antes dizer o seguinte. Eu queria saber, e depois eu gostaria que os alunos falassem sobre a expectativa que eles têm participando desta atividade. Seria bom alguns estudantes também darem a sua colaboração, até porque a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo orientou para todas as escolas do Estado organizarem eventos e atividades alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra, que depois, como disse o Flavinho, era semana e agora já é o mês. Então, é importante essa contribuição.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte. Em primeiro lugar, nós estamos realizando esta atividade porque existe uma série de debates, palestras e estudos que são desenvolvidos na Assembléia, no chamado Fórum São Paulo Século 21, e o Deputado Hamilton Pereira é o responsável pela área de cultura, esportes e lazer. Então, nós conseguimos debater com o Deputado Hamilton Pereira, com a Assessoria do seu Gabinete e incorporar esta programação importante de debater diversos aspectos da atividade negra.

Eu sou Deputado Estadual do PC do B aqui na Assembléia Legislativa, e como já foi dito, existem 3 Deputados mais vinculados à comunidade negra, que é o Deputado Nelson Salomé, hoje aqui representado pelo nosso companheiro Mário, e o Deputado Cabo Wilson, Deputado vinculado à Polícia Militar, ele é Cabo da PM, Presidente da Associação de Cabos, que também representa aqui a comunidade negra. Eu, como Deputado Estadual, eu tenho uma origem sindical. Eu sou sindicalista e em função do meu trabalho sindical e da minha militância partidária em

diversas áreas, fui designado para cumprir o papel de Deputado Estadual e nós procuramos levar o nosso trabalho levantando também a bandeira do movimento negro, a questão étnico-racial. Nós temos promovido diversos eventos e atividades aqui na Casa alusivos a esse tema. Inclusive, participamos agora da Sessão Solene promovida pelo Deputado Nelson Salomé, que teve aqui também no dia 20. E nós procuramos incorporar na discussão desta temática as diferentes frentes de atividades do Movimento Negro, tanto na área da cultura, da música, do esporte, do lazer, que é a firma de nós mostrarmos o papel fundamental da comunidade negra na construção de um processo civilizatório nacional. O Brasil está completando 500 anos. É um momento de grande reflexão ao longo do ano 2000. Eu acredito que a realização de eventos como este aqui na Assembléia Legislativa é uma contribuição importante no sentido de resgatar o papel e o peso da comunidade negra, as suas diferentes contribuições em diversos aspectos da nossa cultura.

Era mais ou menos isso que eu gostaria de dizer. Vou dizer isso e ainda pedir uma licença. O meu partido é um partido muito pequenininho. Só temos 2 Deputados. Sou eu e o Deputado Jamil Murad. E o Deputado Jamil Murad está viajando e eu vou ter de substituí-lo em duas atividades. Tem uma reunião na Comissão de Saúde, e eu, como Líder da Bancada, vou ter de participar da reunião do Colégio de Líderes. Então, eu vou precisar me retirar. Assim, eu pediria até licença. E o Deputado Hamilton Pereira, que é o Coordenador, ele vai continuar coordenando os nossos trabalhos. E ao longo do dia de hoje, e de amanhã, nós estaremos participando.

Então, era isso. Peço licença aqui para o nosso Presidente, o Deputado Hamilton Pereira, e vamos à luta. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Deputado Nivaldo Santana.

Está aberta a palavra para as pessoas, para as entidades que se fazem presentes, que queiram aproveitar um pouco o conhecimentos dos nossos companheiros e companheiras aqui da Mesa.

O SR. CELSO FONTANA - Bom dia a todos também. Eu queria dizer que eu estou muito feliz também de ver uma Mesa e cada um dos palestrantes completando o pensamento do outro, foi muito produtivo. Mas eu tenho algumas curiosidades. Eu até ouvi pelo Professor Salomão que nós estamos aqui no Ibirapuera, que é um parque que foi construído acho que na década de 50, por ocasião do 4º Centenário da Cidade. Mas eu ouvi, e queria saber se alguém sabe desse registro, que um dos motivos que o Ibirapuera não foi ocupado por construção de casas logo no início do século foi que o enforcamento de escravizados – eu também só uso esta expressão, escravizados – o enforcamento de escravizados na cidade de São Paulo era feito aqui na região do Ibirapuera. Então, havia um pouco, e assim eu gostaria de saber quem é que tem esse registro, quer dizer, onde tem esse lago do Ibirapuera, mas havia um local de execução de escravizados negros na cidade de São Paulo que era aqui na região do Parque do Ibirapuera. Então, o Parque do Ibirapuera manteve-se sem ocupação urbana mais direta por um até em parte respeito, mas em parte temor. Quer dizer, que havia toda uma mística desse local. E na verdade, se alguém tiver esse registro, será até interessante resgatarmos melhor essa história, porque acaba dando uma outra dimensão.

Eu queria registrar também ao Deputado Hamilton Pereira que tem um conceito, que eu aprendi também com o Movimento Negro, que essa idéia de Comunidade Negra dos Despossuídos, que é uma comunidade constituída e liderada pelos negros, mas que aceita brancos e amarelos e com certeza identifica.

Então, eu, embora também seja de tez clara, e acho que o Deputado Hamilton Pereira pode ter essa tranqüilidade também, são 15 anos de Movimento Negro que eu participo, de nós sermos muito bem aceitos e sermos sempre muito incentivados pelos líderes da Comunidade Negra dos Despossuídos, mas que nos incentivam a entrar na luta contra o racismo.

Mas eu agradeceria muito e quem tiver o registro eventualmente sobre O Ibirapuera, eu gostaria muito de ter essa informação.

- Intervenção fora do microfone.

O SR. SEBASTIÃO - A informação que eu conheço é a seguinte. Que essa região era a região dos índios Iguatemi. Quer dizer, o Aílton Crenac diz o seguinte, que este país é feito sobre um grande cemitério. Então, é bem possível que possa ter sido Iguatemi. Posteriormente tenha sido esse local para maltratar escravos...

A SRA.- Não. Entre escravos, não. Não era escravo.

O SR. SEBASTIÃO -- Sim. Foi para açoitar.

A SRA. O que havia era o pelourinho. Apanhar até morrer. Teve enforcamentos.

O SR. CELSO FONTANA - Aqui no Ibirapuera?

A SRA. - Não. Aqui foi uma ... Eu sei da história de 1890, mais ou menos, para cá. Aqui, esta área era considerada uma área diferenciada. E Indianópolis, que é aqui pertíssimo, era considerado centro de São Paulo. Ali na Higienópolis criavam-se porcos. E tinham muitos negros ali. E gado. Então, saíam de lá da Sé, para ir buscar ali o gados e os porcos, na Higienópolis,. Foi uma tomada de branco também, viu? Porque tinham somente negros criando para distribuir para São Paulo. E aqui em Indianópolis era o centro de São Paulo. Não era lá. Isso, minha bisavó tinha uma área territorial muito grande, uma negrona, viu? Não era branca, não. Uma área territorial grande ali na Av. Jurema com

Nhambiquaras, existente até hoje. Muito bem. Ela comprou terreno ali, nós somos oriundos de Campinas. Ela comprou os terrenos. Comprava-se de quarteirões. Então, comprou ali porque era o centro de São Paulo , que era ali a igreja.

Agora, aqui no Ibirapuera, eu soube que pelo primeiro Prefeito negro, Paulo Lauro, em 1940 e pouco, que construiu as primeiras casas aqui. Isto eu sei. Mas, que eu saiba, do enforcamento nada tem.

A SRA. O Flavinho falou que na Tabatinguera tinha enforcamento.

O SR. - Sim. Próximo da Igreja da Boa Morte, próximo ...

A SRA.- Da Igreja dos Aflitos.

O SR. - Isso. Havia ali realmente e era chamado Largo dos Enforcados. E a despeito, o interesse imobiliário, ele não conhece a tradição; ele não conhece a religiosidade, ele não conhece nada. Ele destrói e constrói avenidas e casas, seja em cima do que for. Portanto, talvez... Tanto que os Irmãos do Rosário, da Boa Morte, de São Benedito eram enterrados no pátio da Igreja. E quando a exploração imobiliário entendeu que aquela área era interessante, eles desapropriaram as populações negras todas dali e aí, sim, elas começaram a emigrar para a região do Jabaquara, para a Saúde, para o Ipiranga. Essa região aqui, pelo que eu sei, era trânsito para Santo Amaro, Itapecerica e Parelheiros. Era a passagem.

A SRA.- Descia até Santos. Sempre estamos dominando. Descia Vila Prudente, São Caetano, Diadema, São Bernardo, Santos, Santo Amaro. Foi onde saiu muita coisa boa e que no entanto não nos deixam divulgar, e não é divulgada. Eu tenho um problema muito sério com o acervo porque nesse período desses 4

anos não deixaram mexer no acervo da memória e do viver afro-brasileiro. Não foi o Prefeito. Foi sua Assessoria. Então, por isso que eu falei logo de início. Não vou falar nada dele, porque ele foi podado também. Ele foi uma laranja viva no mercado paulista de branco. Ele foi usado. Que Deus o proteja e o guarde. E devemos agradecer a Deus e a todos os Orixás principalmente, de ele ter chegado até o fim deste governo, com a sujeira que fizeram com ele. Isso nos dá uma visão de como agiríamos de hoje em diante para sermos candidatos a alguma coisa. Temos de nos apoiar, sim, nos nossos movimentos e não se deixar levar por branco. Não é racismo. É a necessidade. Temos uma história. Temos um passado.

Simonal foi outra vítima. Seria o maior líder. Ele ia passar Roberto Carlos, ia passar tudo. Nós precisamos prestar atenção nesses detalhes. É super importante. No entanto, inventaram um negócio dele, que não foi bom, estragaram e ele morreu aí do jeito que morreu.

Então, vamos repensar em tudo. Nós brigamos, lutamos. Quando chegamos lá, nos tolhem de outras maneiras.

A SRA.- Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Salomão, considerando que tem muitos alunos aqui da rede pública estadual, e que, como ele falou, os livros didáticos esclarecem muito pouco e só o que é conveniente sobre a história negra no Brasil. Você citou as Irmandades do Rosário, que facilitavam a fuga e a formação dos quilombos. Eu gostaria que você esclarecesse um pouco sobre isso.

O SR. SALOMÃO JOVINO DA SILVA - O fato é que a Igreja Católica Portuguesa, antes mesmo do início do comércio de escravizados, ela manteve um diálogo com algumas lideranças do território africano e chegou mesmo a levar alguns filhos de reis africanos para estudar Teologia em Portugal. Por volta de 1460, 1470, havia uma comunidade africana estudando em Lisboa. E um historiador inglês de sobrenome Boxer nos conta que as Irmandades na verdade foram criadas ainda em território africano por esses missionários de origem africana, que estudaram em

Lisboa. Porém, o que se constituiu aqui, primeiramente em Minas, e depois acabou espalhando-se por todo o País, foi uma forma de a população escravizada de manter primeiro a sua identidade de origem africana, muito embora, às vezes, acatando o culto a um santo instituído pela Igreja Católica, mas na maioria das vezes a um santo também de origem africana, fosse Santo Antônio de Noto ou Santo Antônio de Catigerona, fosse São Benedito ou Santa Efigênia. E essas Irmandades existem em Minas, elas existiram na Bahia, elas existiram em São Paulo. E foram muito importantes na compra da alforria de muitos africanos escravizados e na manutenção de cultos que muitas vezes tinha uma aparência católica, mas uma essência africana.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Salomão.

Eu só pediria para as pessoas que forem se inscrevendo que se apresentassem, para que todos nós possamos conhecê-las.

O SR. ELISEU- Meu nome é Eliseu. Eu trabalho aqui com a Assessoria do Deputado Nivaldo Santana também. Sou estudante de Direito. Uma questão que eu queria colocar aqui, talvez sugerir aqui a esta Semana e à Assembléia, para que possamos fazer uma reflexão acerca de um projeto que tem na Bahia, com relação à aparição do povo negro da televisão. Eu não sei se o Flavinho tem ciência desse projeto, mas parece-me que se trata de um percentual sobre a aparição do nosso povo na televisão, nas propagandas e tal, ou seja, nos veículos de comunicação. Porque um dos grandes problemas que nós temos, e eu concordo com a Sueli, é sobre essa questão que nós não nos vimos, a nossa identidade, nós não nos vimos na televisão. A não ser quando for de forma depreciativa, como bandidos, como pessoas marginalizadas, marginais na nossa sociedade que nos impõe isso.

Então, eu acho que é uma reflexão. Talvez fosse uma reflexão que poderia servir como fruto desse debate. Acho que deveríamos fazer esse debate na escola.

E, por último, eu queria ver se o Professor Salomão tem algum, eu ouvi a sua dissertação, dissertação interessante, se ela pudesse – ouviu, Deputado? – se ela pudesse fazer parte, por exemplo, dos cadernos fruto dessa atividade de dissertação do Professor Salomão, acho que esta é uma questão importante, que pudesse ser enviado para a Secretaria de Educação, para que ela pudesse reproduzir para as escolas, acho que seria uma iniciativa muito positiva. E gostaria de saber se você tem alguma deferência ao papel que o Engenheiro André Rebouças jogou aqui na cidade de São Paulo. Se tivesse, eu gostaria que fosse falado. E o Engenheiro Taipas também. Então, era isso.

O SR. PRESIDENTE – Sobre as questões levantadas pelo Eliseu, embora ele tenha dirigido algumas ao Salomão, na realidade a Mãe Sílvia também gostara de abordar essa questão de um projeto de quota nos meios de comunicação. Então, o Salomão. Depois passaremos o microfone para a Mãe Sílvia complementar.

O SR. SALOMÃO JOVINO DA SILVA - Sobre a questão da mídia, a Mãe Sílvia já foi muito enfática no entendimento de que a mídia é uma instância de poder. A mídia é uma instância de poder. E como poder, neste país, ele não nos vislumbra, ele não nos percebe, como as instâncias de poder deste país querem nos tornar invisíveis, nós temos de construir essa visibilidade. E tem de ser na luta. Entendendo que esse espaço é um espaço importante e interessante e temos de dirigir parte da nossa energia para a ocupação desse espaço. Já existem algumas experiências. Os grupos de rap têm sido muito inteligentes em lidar com esse fenômeno. Eles têm construído os seus próprios selos, as suas gravadoras, as suas formas de divulgação. E esse é um caminho que me parece muito interessante.

Muito interessante. Porque num primeiro momento, a grande mídia fecha os olhos para esses movimentos, como fechou os olhos para os movimentos da Bahia, como fechou os olhos para o Movimento Black em São Paulo e no Rio de Janeiro. Mas quando eles tomaram uma dimensão interessante de consumo, a mídia abriu as suas portas, mas daquela maneira engenhosa, sempre embranquecendo, sempre dilapidando para tornar mais palatável, para tornar mais aceitável. Mas eu creio que a Mãe Sílvia talvez tenha uma fala nesse sentido.

Agora, sobre Rebouças, desde do primeiro Império, tem-se constituído uma elite negra neste país. E Rebouças, apesar do comprometimento, o seu pai era um dos conselheiros de Dom Pedro I. Tá? Foi o primeiro Engenheiro negro das Américas. Fez projetos de reforma agrária, que foram vencidos no parlamento imperial. Apresentou inúmeros projetos de assentamento das populações negras e das populações pobres. Atuou no gabinete imperial. Tinha de fato uma proximidade muito grande com a família imperial. E diferente de outros negros mestiços de uma elite do Império, havia em Rebouças um compromisso muito grande com a população da qual ele era originário. Esse reconhecimento existe dos anos 50 para cá é um reconhecimento também que é um pouco um paliativo, é uma forma de adoçar a nossa boca para dizer: Olha, nós reconhecemos alguns heróis e algumas lideranças negras. Mas ao mesmo tempo que faz emergir a memória de Rebouças, faz soterrar a memória de inúmeros outros literatos, pintores, escritores, que tiveram igual comprometimento com a população negra, como Lima Barreto, por exemplo, que fez uma crítica. No momento em que a República se instituíra, e que ele entendeu que aquela República não era a nossa, como até hoje não é. Esta República não é a nossa. Esta República, que já tem mais de 100 anos, não é a República da população negra. E Lima Barreto, cuja memória ainda hoje está no subsolo, foi um crítico, um crítico mordaz da República. Então, nós precisamos construir a nossa República. Essa República e essa democracia que estão postas aí ainda não são a nossa. Ainda precisamos criar uma coalizão, precisamos criar pontos em comum, para democratizar essa sociedade.

E o dia em que nós realmente encontrarmos esses pontos comuns, aí nós vamos poder dizer: Olha, há aqui uma democracia. Há aqui uma República. (Palmas).

A SRA. MÃE SÍLVIA - Temos muita coisa para fazer. Vocês, jovens, nos ajudem.

Quanto à mídia, nós, do Axé Iliobá, nos reunimos com Presidentes do setor de comunicação, radiodifusão e nos propusemos a tentar abrir um canal de televisão. Então nos deram orientação da seguinte maneira. É proibido entrar cara preta na televisão, porque não estão acostumados. Então, como fazer para que abrissemos um canal de televisão? Isso tudo foi Diretoria de todos os canais, para conversarmos, e muitos se propuseram a fazer alguma coisa. Porque adquirir, fazer logo um canal diretamente é inviável, porque automaticamente, assim eles disseram, devido a pesquisas, não vingaria a televisão. Então, nós teríamos de ir assim, vamos para a Cultura. Depois o único que não abriu ainda foi o SBT, mas, no entanto, depois da fala, eles puseram até filmes negros. Eu acho que valeu. Vamos para a Cultura. Vamos para a Bandeirantes. Vamos para os canais fechados. E aparecendo aos poucos. Vamos para a Globo. A Globo nos abriu a porta assim repentinamente, que nós nos recuamos e pedimos então orientação de quem enxerga, porque é um trabalho complexo. Muito complexo. Então, falaram: Não. Precisamos tomar cuidado porque antes que eles nos peguem inteiro e papa a gente e a gente dança. Então, você daria a metodologia, você daria todas as coisas direitinho, e depois eles ficariam com a programação no ar. Eu estou falando claramente porque a maioria é negro e não pode-se deixar levar.

Mas fazendo parte, como faço parte do Fórum São Paulo Século 21, estive em reunião, que por sinal ele é o Relator geral, o Deputado Arnaldo Jardim. Ele chamou Irma Passoni. É a que mais entende sobre comunicação neste país atualmente. Isso foi o que me disseram. Foi a reunião que nós tivemos. Entende? Então, ficou dito da seguinte maneira. Nós vamos aos poucos. Então, vai um pouco

num canal. Vai um pouco no outro. Mas tem de ter um programa assim efetivo. Mas depois disso, caiu um negro que estava em ação na Gazeta, de medo de nós tomarmos o espaço. Para depois nós chegarmos com o nosso canal.

Então, registrar agora, e olhem, eu abaixei o preço, primeiro pediram R\$300.000,00. Depois aí ficaria um pouquinho menos a concessão etc. Depois aí não tinha mais concessão de jeito nenhum. Teríamos de comprar alguma concessão, para depois viabilizar na parte federal.

Moral da história. Depois de estarmos, graças a esse convite que me fizeram para fazer parte do Fórum, simplesmente duas laudas, três laudas, minto, custa R\$1.400,00 cada uma, para registrar na televisão.

Isso é para enxergarmos quanto nos inviabilizam de fazer as coisas. Deu para entender? Queriam matar na cabeça. Como nós continuamos lutando, as portas estão abertas. Aí já tinha o Presidente da Câmara Federal junto conosco e etc. E assim vai indo. Mas não pode assumir. Então, vai construindo devagar, para depois chegarmos lá. Era para ser segredo e não é mais. Porque eu imagino o que vocês vão falar. Certo?

Então, chegando nessa situação, já tem a parte de produção e tudo o mais. Mesmo uma parte de produção, um dos nossos foi comprado, para vender toda a parte dele para um canal de televisão.

Então, nós temos de ter gente com moral, com princípios, com tudo, para não se deixar influenciar e ter metas para chegarmos lá juntos. Chegar junto.

Agora quanto ao que fazer? Nós temos de tomar posse hoje, porque nós estamos atrasados. Nós temos de pensar nos nossos filhos, nos nossos netos, nos nossos mistis, dos nossos filhos, m todas as crianças, porque são crianças que devem tomar e ver, porque eles têm de acostumar com a Operação Cara Preta. Então, lá vai aparecer um negro na televisão. Aparecer uma dúzia hoje, duas dúzias amanhã etc. E acostumarem conosco para podermos ter audiência, para não fazer um trabalho contra nós.

E nisso tem gente nacional, tem gente internacional e tem a política brasileira no meio.

Mas eu peço ajuda porque eu já estou ficando velha. Olha, ela segurou a cabeça. Eu já estou ficando velha, mas precisa. Precisa malícia. Precisa ter jogo de cintura. E nós temos de agüentar as bordoadas das pessoas que não nos querem de maneira alguma.

Então, eu peço ajuda a todos, para efetivarmos as nossas idéias. Está escutando?

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Mãe Sílvia.

Agora eu tenho de administrar aqui e dividir com vocês esta responsabilidade. Chegou um comunicado aqui que nós temos, parece-me que este espaço vai ser ocupado a partir do meio dia e meia. E nós já estamos aí ao meio dia e dezenove. E chegou o nosso convidado Marcos Tupã. Eu sei que temos outras pessoas aí se inscrevendo, mas eu gostaria de sugerir aqui que nós passássemos a palavra ao Marcos Tupã, para ele fazer uma fala e apresentação, tecer seus comentários a respeito do tema aqui: Brasil, outros 500, Negros e Índios, a Cultura como instrumento de resistência, e que depois fizéssemos, rapidinho, as considerações finais de cada membro da Mesa, para podermos encerrar. Está OK? Vamos assim? Então, vamos lá. Por favor, Marcos Tupã.

O SR. MARCOS TUPÃ – Bom dia a todos.

Eu quero parabenizar o evento e o convite e aos organizadores. Peço desculpas por estar atrasado. Eu moro lá na Aldeia e, como todos sabem, aqui em São Paulo o trânsito é complicado. Mas eu me sinto feliz em poder estar aqui. E, hoje, estando aqui representando o povo Guarani de São Paulo. Nós temos 17 povos ou aldeias aqui no Estado de São Paulo, sendo que eu estou representando aqui as 3 aldeias da Capital. A Aldeia Curucutu, que é a minha aldeia, Barragem, Morro da Saudade, que fica em Parelheiros. Tem uma outra comunidade, que é no

Pico do Jaraguá, onde nós mantemos toda a tradição, cultura, religião e a língua. A nossa comunidade, todas as comunidades indígenas guaranis, a maior parte, ou sendo ela a maioria, todos falam Guarani e mal falam o Português. Só as lideranças e alguns homens que falam a Língua Portuguesa, que tem esse contato.

Além dessa parte dessa comunidade, nós temos poucos espaços. A nossa comunidade tem 26 hectares. Tem 125 pessoas. Tem uma outra comunidade, que é o Morro da Saudade, com 600 indígenas e que tem 26 hectares. A nossa área, a nossa regional, a região ali é bastante tomada já por ocupação. Então, somos pressionados. Não tem sequer ou se deve estar pensando hoje, no momento de estar preservando poucas áreas de verde que existem lá, para que a ocupação clandestina não venha cada vez mais nos comprimindo. Porque esta é a maior preocupação.

A nossa comunidade em específico, ela não tem escola na aldeia. Não temos infra-estrutura física, como para atendimento de saúde. Temos todas essas dificuldades. E as nossas crianças estudam na outra aldeia, que é o Morro da Saudade, que fica a 8 km da nossa aldeia. Recentemente conseguimos um apoio com a Secretaria de Educação Regional da Capela do Socorro, para ter uma condução, uma Kombi que está levando as crianças para a escola.

Enfim, hoje nós estamos batalhando. Estamos também procurando um apoio junto com a Prefeita eleita e Assessores, para estar discutindo junto, para que entre na programação de governo, para que se criasse uma Coordenadoria de Assuntos Indígenas para São Paulo.

E a minha vinda aqui, inclusive estou colocando em mesa, para que para isso seja feita uma articulação entre nós, para ter o acesso junto às Assessorias.

E também como reivindicação junto à Prefeitura, a criação de centros ou espaços de atividades culturais, para que seja divulgada não só a cultura, como também danças, cânticos das crianças, com o trabalho que nós temos em São Paulo. Temos grupos da Aldeia Morro da Saudade, que tiveram um apoio do

Governo do Estado, com o que gravaram um CD e as crianças participam, a comunidade. E é muito importante em São Paulo ter esse espaço cultural, para que seja divulgado, para que a população se aproxime e conheça um pouco mais a parte cultural do povo guarani.

Em relação aos 500 Anos, nós sobrevivemos. A nossa resistência maior, eu considero assim, é a parte cultural. Porque se nós não mantivermos a tradição, a religião, a língua, isso torna-se mais difícil ou isso levará no caso à perda da nossa identidade como indígenas.

Então, a maior preocupação da comunidade hoje é de estar preservando a parte cultural, a religiosidade. As lideranças estão se mantendo, estão tendo muita informação com outras aldeias. Estão reivindicando para que todos sejam reconhecidos e respeitados. Na parte cultural, quando se trata de algum programa, hoje existe o Programa da Educação do Governo do Estado, que está discutindo como implantar a escola indígena nas aldeias. Então, que seja respeitada a parte cultural, que sejam instaladas escolas com a estrutura, com um ensino fundamental diferenciado para as comunidades indígenas, desde a estrutura física, que é uma construção de escola, e a estrutura pedagógica, pois é importante estar reconhecendo, criando grupos para estar discutindo esta questão, que é importante, do ensino próprio, do ensino tradicional, que tem tudo a ver nas comunidades indígenas.

Então, como eu estava falando dos 500 Anos, se mantivermos esses programas direcionados e reconhecidos dentro dos costumes indígenas, provavelmente esse vai ser um trabalho que vai fornecer subsídios para estarmos trabalhando juntos, para manter a tradição e manter outros 500 Anos ou muito mais. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Marcos.

Eu acho que o Marcos coloca uma série de preocupações aqui que nós não podemos deixar de, primeiro, catalogar essas preocupações – e por que

não? – eu acho que na Assembléia, como Deputados inclusive, nós nos colocamos como interlocutores, inclusive, dessa necessidade da comunidade indígena. Eu confesso que, até por ser Deputado do Interior, venho e volto para Sorocaba todos os dias, desconhecia um pouco dessa realidade aqui em São Paulo ainda. Mas nós nos propomos, eu gostaria que depois o Eli, que trabalha conosco, pudesse conversar um pouco mais com você, Marcos, para podermos organizar um pouco essas necessidades e ver de que forma nós faremos isso chegar, tanto à Prefeita como também trazermos isso para o debate aqui na Assembléia Legislativa, sobre a realidade e as necessidades de vocês.

Então, eu gostaria de passar a palavra, agora invertendo a ordem, começar aqui pela minha esquerda, pelas considerações finais do Professor Salomão Jovino da Silva. Por favor, Salomão.

O SR. SALOMÃO JOVINO DA SILVA - Eu queria mais uma vez agradecer o convite do Gabinete do Deputado Hamilton e do Deputado Nivaldo Santana, para comparecer a esta Casa e ter a possibilidade de ter esse encontro com essa população jovem da cidade. E ao mesmo tempo poder contribuir e refletir, primeiro sobre a minha situação de cidadão, de homem negro nesta Cidade, neste Estado, neste País. E ao mesmo tempo trocar informações do âmbito religioso, com a Mãe Sílvia, e do âmbito das organizações negras, com o Flavinho, com a Magali. Com o Flavinho, que eu já conhecia. Com a Magali, que hoje tive oportunidade de conhecê-la. E com a Mãe Sílvia, que é uma referência desde que eu cheguei em São Paulo, mas foi a primeira vez que eu a vi. E agradecer e dizer que eu estou à disposição daqueles que quiserem contato, enfim, saber de material, bibliografia, essas coisas. Mesmo esses pesquisadores jovens, negros que eu mencionei. Enfim, eu não citei nomes, mas poderia disponibilizar esse material, dar a referência dessas pessoas, dar os contatos, enfim... Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Professor.

Marcos Tupã.

O SR. MARCOS TUPÃ - Eu quero também agradecer pela oportunidade. E quero lembrar que é importante estar sempre fazendo evento parecido como este, para que possamos ter cada vez mais oportunidades para colocar a nossa situação, os nossos problemas do dia-a-dia. E que isso pudesse também acontecer com os demais Deputados da Casa. Isso é importante, porque existem programas. Inclusive tem um programa aqui do Projeto de Moradia Indígena, que foi encaminhado, através da Deputada Maria do Carmo, para sabermos se foi à frente, ou se parou, onde, em que pé está. Para que os Deputados também tomem consciência da importância de estar discutindo a questão indígena. E os programas de governo, para estar discutindo, porque é muito importante, porque aí abrange a Saúde, a Educação, a demarcação das terras. É muito importante a realização desses eventos, para que se conscientizem dessas necessidades e dessas prioridades.

Eu quero agradecer de fato e parabenizar o evento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado a você, Marcos. Mãe Sílvia.

A SRA. MÃE SÍLVIA - Agradeço o convite. É uma novidade essa situação do negro. É ou não é? Triste, lamentável. Mas nós estamos saindo dela. Qualquer coisa que vocês queiram sobre esclarecimento, não só das nossas tradições, mas de tudo o que for sobre a nossa raça, nós estamos lutando diuturnamente para melhorar. E pensando mais ainda nas crianças, na parte social, educacional e tudo o mais. E pedir socorro aos parlamentares quanto a essa situação em que se encontram inclusive as nossas crianças, que hoje não aprendem a ler nem escrever na escola. Estão tomando o tempo deles. Prestem atenção nisso, porque é uma fábrica de bandidos hein! Hoje em dia, não ensinam a

ler nem escrever. Só deixam passar o tempo na escola. Tem crianças na quarta e quinta séries que não sabem nem ler nem escrever.

Então, fica um pedido, oficialmente, uma moção, vamos lá dizer – O Deputado disse que eu vou virar uma Deputada daqui a pouco – uma moção desta Mesa, para que dêem assistência às nossas crianças. Aí não tem cor. É todo mundo. Dar, propiciar educação correta a essas crianças. Não adianta querer tentar vender imagem para o Exterior e deixando as nossas crianças analfabetas. Já imaginaram daqui a 8 anos, quando eles forem procurar um serviço, analfabetos! Eles vão saber que eles não sabem nada, não aprenderam nada. E daí só tem de partir para o banditismo. Isso é o Brasil, hein! Não é branco, nem amarelo, nem negro. É todo mundo.

Então, olho aberto em relação àquilo que estão fazendo de errado, inclusive em nosso São Paulo.

Já estão entregando para estrangeiros. Assim tomam posse mais depressa ainda.

Muito obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Flavinho.

O SR. FLAVINHO - Eu queria agradecer o convite e queria fazer uma saudação especial para o nosso irmão Marcos Tupã. Nós participamos este ano, estamos terminando o ano, nós participamos neste ano, juntamente com outras organizações no Brasil, de um movimento que chamamos de Movimento de Resistência Indígena, Negro e Popular, Brasil, outros 500. Está aí e aprendemos com os irmãos indígenas que aqui há mais de 40.000 anos viviam mais de 5 milhões de pessoas pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Então, a palavra resistência é bastante importante quando lembramos que grande parte desse povo foi praticamente dizimado por aqueles que vierem aqui para construir um novo mundo, aquelas coisas que nós já conhecemos na nossa história.

E queria, para terminar, dizer que a palavra resistência está muito ligada a uma outra palavra importante para nós, que é a palavra transformação. Nós estávamos falando aqui da mídia, da televisão. Eu tenho uma visão um pouco diferente até da Mãe Sílvia. Eu acho que para mudarmos a mídia brasileira, para mudarmos os meios de comunicação no Brasil, nós precisamos mudar também o País. Não basta nós só termos um canal de televisão. A coisa vai muito mais além do que imaginamos. (Intervenção fora do microfone). Exatamente. Precisa mudar o País junto com os meios de comunicação e junto com a televisão brasileira. Não tem saída para nós.

E querias chamar todo mundo que está aqui a nos ajudar. Ajudar, não, mas a ter um compromisso de estar se engajando também na luta do Movimento Negro, formar na escola onde vocês estão, formar no bairro onde vocês estão, algum grupo que também venha conosco a ajudar a transformar este país num país sem racismo, sem discriminação, sem preconceito, um Brasil mais bonito, um Brasil mais rico.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Flávio.

Magali, por favor.

A SRA. MAGALI - Eu também queria agradecer, em nome do Feconeso o convite. Queria dizer que, em relação á mídia, nós também participamos dessa opinião que o Flávio acaba de dar. E como tem muitos jovens, e vocês, jovens, têm uma experiência nisso, o hip hop traz essa rejeição a essa mídia que está aí. Então, eu acho que é necessária ampliar essa rejeição. É necessário estarmos lá no bairro. Eu também sou de periferia, moro numa ocupação. Aliás, uma das maiores da América Latina hoje. E o que tentamos propiciar é isso, a rejeição a esse sistema que está aí. Como vocês mesmos dizem, é necessário ter

atitude. Então, vamos ter essa atitude e vamos criar as nossas formas de viver. Vamos criar aquilo que é necessário para a nossa vivência coletiva.

Então, aqui eu quero mais uma vez agradecer e convidar vocês a estarem participando do Feconeso. O Feconeso, o cume dele é nos 3 dias, mas ele acontece durante o ano inteiro. Há um ano atrás, nós fizemos um encontro de jovens, em Botucatu. Participaram 600 jovens. Nós fazemos Encontros de Mulheres durante o ano. Discussões sobre cultura. E é ampla, é aberta à nossa comunidade.

Acho que é isso. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE – Obrigado, Magali.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos, a Mãe Sílvia, a Magali, o Flavinho, o Professor Salomão, o Marcos Tupã. E dizer que esse debate Brasil, outros 500, ele faz referência aos 500 anos do pseudo descobrimento. Porque, na realidade, como o Flávio disse aqui, quando os portugueses aqui chegaram, os nossos autênticos brasileiros já estavam aqui há milhares e milhares de anos. Mas, eu, modestamente, acho até que hoje nós fizemos, nesta manhã, uma sessão de redescobrimto, descobrindo um pouco das nossas raízes, das nossas mazelas e eu acho fundamental isso.

Eu queria dizer que nós gravamos, isso vai ser transformado em um relatório, e acho importante, toda essa questão de mídia, que foi colocada aqui, que nós divulguemos ao máximo a existência dessas entidades organizadas, dessas lutas de resistência a que o Flávio faz tanta menção aqui. E gostaria de fazer um convite a vocês. Lá na região de Sorocaba, nós temos lá algumas comunidades quilombolas em São Roque, em Salto de Pirapora, mas eu gostaria de fazer, talvez vocês até já conheçam, mas se não conhecem, que façam por conhecer um dia a Igreja de João de Camargo, o negro místico da Água Vermelha, porque foi um negro de uma simbologia muito grande para a própria história da nossa cidade de Sorocaba. A luta de resistência dele. E ele fundou uma igreja assim de uma característica totalmente diferenciada. A igreja dele, depois da sua morte, se

transformou numa espécie de museu, porque ele na realidade cultuava todas as divindades de todas as religiões. Então, há ali uma, quando você entra na igreja, você nota que ele tem todo um acervo ligado não só ao catolicismo, mas também às divindades africanas, enfim, que hoje é muito visitada. E é uma coisa que, principalmente para o resgate um pouco da história da luta dos negros e da resistência no Brasil, ela é impressionante. Porque nós sentimos ali a energia emanando, quando entramos naquele recinto. Hoje, já existem algumas produções literárias, vários historiadores escreveram sobre o poder não só daquele espaço, mas da figura do nosso querido João de Camargo. E é uma coisa que não se deve perder de ver, para quem está nessa luta de resistência que conheça. E nós teríamos o prazer inclusive de recebê-los um dia em Sorocaba. Nós vamos ficar aqui com a relação dos contatos com todos vocês e quem sabe um dia nós programaremos uma ida de todas essas entidades, de vocês, para passarmos e ir conhecendo essas comunidades quilombolas, visitarmos, fazermos um roteiro. Porque eu acho fundamental para catalogar, para registrar essa história também. São elementos que estão de certa forma espalhados pelo nosso Estado, pelo nosso País, que precisamos ir reunindo e resgatando.

Então, eu gostaria e agradecer e essa oportunidade para nós aqui foi riquíssima, porque eu acho que, longe de a Assembléia Legislativa contribuir com o Movimento de Resistência da Cultura Afro aqui no Brasil, eu que vocês é que trouxeram muito conhecimento. E eu quero agradecer, particularmente, por ter aprendido muito com cada um de vocês aqui.

E também quero agradecer a presença de todos vocês, da escola, dos alunos, dos professores e dos nossos companheiros e companheiras que nos visitaram neste dia. Divulguem esses eventos.

Pois não.

A SRA.- Eu sou Professora da rede estadual e trabalho, sou Coordenadora de uma escola próximo da Barragem. E nós sabemos que os índios

poucos estão inseridos no mercado de trabalho. Nós sabemos também que muitas crianças indígenas ainda morrem com doenças e epidemias. Eu sei também que vocês têm um trabalho assim de venda de artesanato. Existia um projeto de visitação à aldeia. Gostaria que você falasse um pouquinho sobre como é que está esse projeto, se ele ainda existe, se há como visitar.

O SR. MARCOS TUPÃ – Existe um trabalho na Aldeia Morro da Saudade, no Curucutu. Nós temos um trabalho de divulgação. Nós fazemos um trabalho de intercâmbio cultural com as nossas crianças. Inclusive recebemos escolas na Aldeia, crianças, os colegiais também. E nós fazemos uma apresentação de grupos de canto e dança. Nós fazemos uma palestra, falamos do cotidiano da Aldeia, a relação com a natureza, o respeito. Temos esse trabalho com as crianças. E aí nós temos o telefone para as pessoas que quiserem entrar em contato conosco, 5977-0000. O do Morro da Saudade é 5977-0006. Há esse trabalho com as crianças, com a escola. As pessoas, as escolas que estiverem interessadas devem ligar e nós fazemos o agendamento para a escola. Enfim, nós temos um trabalho agora com a Secretaria da Saúde, tem equipe médica dentro do Programa do QUALIS, que foi criado só para atender as duas Aldeias. E faz pouco tempo que está atuando, não temos uma avaliação desse trabalho ainda. Mas já tem ao menos esse programa para a Aldeia.

O SR. SALOMÃO JOVINO – Como são poucas as oportunidades que temos de divulgar, mas a Mãe Sílvia chamou aqui a atenção da situação da Educação no Estado. Por outro lado, existem pessoas pensando em alternativas. Este é um livro da Selo Negro, que é uma das poucas editoras que tem tentado contribuir e trazer material produzido por quem está pensando sobre a população negra e especificamente autores negros. E que tem um artigo aqui, meu e do meu amigo Grilo, que é de Sorocaba, o Amaílton, discutindo exatamente as formas de manifestação musical da população negra, de São Paulo, nas ruas da cidade e

debates - a sociedade se manifesta – Cultura, Esporte e Lazer

fazendo uma ponte com o Movimento Hip hop. Está certo? Quem se interessar pode entrar em contato comigo aqui.

29.11.2000

O SR. NIVALDO SANTANA - Bom dia a todos, estamos realizando aqui na Assembléia Legislativa a “Primeira Mostra de Cultura Afro-Brasileira. Sou deputado estadual pelo PC do B e estou com a incumbência de coordenar os trabalhos na manhã de hoje. A realização deste evento é uma forma de incorporar o Parlamento Paulista neste mês da consciência negra. Como todos sabem, o Movimento Negro Brasileiro e todas as pessoas preocupadas com a expressão fiel da história do nosso país, elegeu o dia 20 de novembro, data do aniversário da morte do Zumbi dos Palmares para consagrar, no calendário oficial da história do nosso país, uma homenagem à comunidade negra. No dia 20 de novembro fez 305 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o quilombo mais famoso da resistência da escravidão no Brasil.

Este evento teve início ontem com a apresentação de um debate sobre a cultura como instrumento da resistência e também com exposição de obras de artistas plásticos, escultura, pintura, artesanato, atividades musicais, etc.

Hoje vamos abrir os nossos trabalhos com um debate sobre a “Discriminação, Preconceito e Racismo” e “Igualdade de oportunidades versus Igualdade de condições”.

Para falar sobre este tema convidamos para compor a Mesa, a Sra. Eunice Prudente, professora da Faculdade de Direito da USP e também militante da Ordem dos Advogados do Brasil. Convidamos também o jornalista e coordenador da Unigro, da entidade União de Negros pela Igualdade, nosso companheiro Juarez Tadeu. O próximo componente da Mesa é um advogado militante da causa dos direitos humanos, participante ativo do movimento anti-racista em São Paulo, nosso companheiro, o advogado Celso Fontana.

A professora Maria Silva Pinto pede desculpas por não poder comparecer porque teve um compromisso de última hora. Convidamos também

para compor a Mesa o Professor Hélio Santos que acaba de chegar. Ele é professor e ex-presidente da Conselho Estadual da Comunidade Negra e também um militante reconhecido nesta área.

Estamos na expectativa da chegada do Professor e Diretor do Centro de Estudos Africanos da USP, nosso companheiro Kaben Gueli Monanga.

Registramos também a presença do Sr. Mário, representante do Deputado Estadual Nelson Salomé.

Com este evento procuramos mobilizar, principalmente, os estudantes, para transmitirmos aspectos importantes da nossa história e, até porque, existe uma deliberação da Secretaria da Educação no sentido de que as escolas procurem incorporar como uma matéria extra-curricular o debate sobre esse tema, neste período de comemoração do mês da consciência negra.

Registramos e agradecemos a presença dos estudantes da Escola Estadual Francisco Brasiense Fusco, acompanhados da Professora Márcia Amaral; dos alunos da Escola Estadual Conde José Vicente de Azevedo, acompanhados da Professora Dijaci Toledo e também dos alunos da Escola Estadual Professor Volmi de Carvalho Ramos, acompanhados da Professora Maria José. Muito obrigado aos professores e alunos pela presença.

Registramos e agradecemos também a presença da sempre deputada estadual Teodosina Ribeiro, que sempre participa dos nossos eventos; da Eliane Muniz, militante dos direitos humanos, do Joalve, Presidente do Sindicato da Assembléia Legislativa e do Sr. Reinaldo, dos Correios.

Temos quatro palestrantes que terá 15 minutos cada um para debater o tema proposto. Depois abriremos um pequeno espaço para as perguntas

Vamos ouvir a Professora Eunice Prudente.

A SRA. EUNICE PRUDENTE - Muito obrigada. Exmo. Deputado Nivaldo Santana, digno representante do povo e que também organizou este evento. Somos, muitas vezes, críticos aos políticos, mas temos também representantes

muito sérios, como os Deputados Nivaldo Santana, Néilson Salomé e outros que têm honrado o mandato que exercem. Exmo. Sr. Celso Fontana, advogado, ativista dos direitos fundamentais; digno professor Hélio Santos, orgulho de toda nossa comunidade; Sr. Juarez Tadeu. Não preciso fazer muitos elogios à cultura e nível de conhecimento e a intenção e atividade do jornalista Juarez Tadeu para com as questões da comunidade negra. Temos também vários representantes da comunidade, ativistas. É uma honra muito grande poder falar para todos os senhores.

A minha formação é jurídica. Estou diante de jovens estudantes. Por isso, tomo a liberdade de começar falando um pouco da função do direito. Direito nada mais é que um conjunto de regras e de princípios com um conteúdo ideológico que tem por função disciplinar a nossa vida em sociedade. Não há sociedade sem direito e não existe direito sem pessoas. O direito tem a função de contribuir para o desenvolvimento e bem estar das pessoas. Infelizmente, uma das piores formas de dominação política que existe, e que se observa entre nós brasileiros, é o fato de mantermos a pessoa humana no desconhecimento dos seus direitos. Como vamos exigir cidadania, comportamentos, a imposição de sanções. Sempre vemos na televisão alguém com uma bandeirinha exigindo pena de morte ou pedindo a diminuição da idade para a responsabilidade penal ou querendo mandar toda essa turma para as cadeias públicas. Ouvimos muita exigência e cobrança a respeito dos nossos comportamentos.

Mas o que conhecemos a respeito desse direito? Será que é um código fechado e só quem faz cinco anos de escola ou mais é que vai saber? Há um equívoco muito grave que não acontece por acaso. Os senhores podem observar as campanhas para vacinação, assim como de educação sexual, dizendo que pela saúde deve-se usar preservativo, etc. Para que o indivíduo se mantenha de pé, vivo, algumas providências vêm sendo tomadas, tanto a nível da medicina que é uma prática científica e do direito.

No que diz respeito ao direito, o cidadão brasileiro permanece desinformado. Isto é muito grave e conturba toda a convivência. O direito desta forma vem sendo usado, muitas vezes, como o instrumento de dominação política e não de libertação ou como um instrumento de desenvolvimento para melhorar a nossa convivência. Esta é a nossa realidade.

No que diz respeito ao segmento negro, presente no Brasil há tantos séculos, sob o ponto de vista jurídico, podemos dizer que o negro tem posição ímpar, porque foi durante muitos séculos objeto de direito. O direito é feito para o homem, para servir a sociedade. Mas tivemos pessoas negras, que eram os africanos e seus ascendentes, que foram objeto de direito. Isto não ocorreu durante 10 ou 20 anos. Foram séculos. Há pouco mais de 100 anos é que a situação jurídica mudou. Tudo isso traz consequências. Quantas pessoas lutaram, Zumbi dos Palmares é um dos exemplos, contra aquela situação. Ou seja, negro objeto de direito.

Mas o que aconteceu com quem dirigia esta sociedade, com a elite? Dizem que nos idos de 1530 os negros começaram a chegar aqui. Durante todos esses séculos, até às vésperas do século XX, convivemos com essa situação. Aqueles que detêm o capital, a cultura e que por isso também acabam dirigindo a sociedade, nos oprimem e não se dispõem a resolver aquela situação, a terminar com a escravidão, mesmo depois de comprovado os males que trazia e a ineficácia a nível econômico. Já estava provado, antes do século XIX. Mas continuou até o fim.

Jovens estudantes, pensem um pouco. Vocês acham que o Brasil vai sair do buraco, que vamos resolver algum problema brasileiro enquanto convivemos com essa concentração de renda? Enquanto existir essa concentração de renda sobre a terra, por exemplo, portanto com muitos brasileiros sem teto, e muitos sem terra. Qual é o comportamento dos nossos governantes que se confundem com a chamada elite brasileira. Ela continua teimosa, burra, fechada. Ela sabe que isto não vai dar certo, que isso precisa mudar, que acabou.

Latifúndios não tem mais condições. Não há teoria econômica que explique uma situação dessas, praticamente já no século 21. Mas ela continua. Mas ela já cometeu esse erro. Vejam os resultados.

Sob o ponto de vista jurídico, durante séculos, um contingente significativo de brasileiros foi objeto de direito e, enquanto objeto, sujeito às piores vicissitudes. Por exemplo, o primeiro núcleo básico que um ser humano conhece é a família. Mas isto foi negado a esses negros. Eram muitos na nossa sociedade, africanos e seus descendentes, que não tinham o núcleo social básico, ou seja, a família.

Vejam o sucesso da política imigratória promovida, desde Dom João VI até os nossos dias, pelos governos brasileiros. Isto porque é a família imigrante que vem. As minhas pesquisas me levam a estas conclusões. Baseio-me em sociólogos, economistas, historiadores e jornalistas, porque o direito não comprova. Ele colabora, muitas vezes, mas espera o avanço e as comprovações de outras áreas do conhecimento para depois regravar a vida em sociedade. A família é importante para a formação do ser humano. Não somos qualquer animal. O cavalinho acaba de nascer e já sai pulando pelo pasto afora. Não é o caso dos seres humanos que precisam de uma série de condições de vida para formar a sua identidade. Isso foi negado para muitos brasileiros. Obviamente que o resultado não ia ser bom. Muito sofrimento para esses sujeitos que estavam sendo tratados como objeto. Mas isso vai repercutir pela sociedade como um todo. Somos seres sociais. O fato de José a Maria serem sem-teto não me prejudica a respeito dos sem-teto. Claro que isto é ruim para a sociedade como um todo. Não somos meros viventes. O ser humano é convivente. Daí a importância do direito.

Houve muitas lutas e alguns fatos históricos que nos são negados ou mau contados. Isto é muito grave. Os estudantes, muitas vezes, não têm o devido acesso. Mas por favor, cobrem da sua escola e professores uma real História do Brasil. Você poderão ver que aquele episódio da Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, foi decisiva para esta alteração, inclusive a nível jurídico. No

Brasil não há mais escravos. É o que diz a Lei Áurea, em dois artigos. Mas para chegar até aí a participação dos negros, aí sim considerados pessoas para poderem defender os interesses da Coroa, do governo monárquico, numa guerra. Aí foram tratados como pessoas e receberam, por exemplo, uma arma.

Observem que o Brasil teve revoltas nativistas. O povo brasileiro não é passivo. Como qualquer outro povo ele reage. A própria história dos quilombos nos era negado até bem pouco tempo. Estão aí historiadores nos relatando e comprovando a existência dos mesmos.

Voltando à Guerra do Paraguai. Se o governo deu armas ao negro, parece-me que nas revoltas anteriores, que foram levadas à efeito pelos jovens liberais, se teve muito cuidado com este fato. Ser armarmos os negros, eles não vão voltar a ser escravos. Muitas das revoltas nativistas que tivemos, aqueles que tinham pensamento avançado da época, ou seja, os liberais, a “esquerda” naqueles tempos, não tiveram coragem de armar os negros, porque sabiam que seria a derrocada do regime. Isto fica bastante provado após o advento da República. Um dos primeiros decretos da República é manifestamente racista. Percebe-se que aqueles republicanos, aqueles liberais não eram muito concordes com a igualdade racial. Um dos primeiros decretos que temos, o de nº 529, de 1890, diz que é inteiramente livre a entrada aos portões da república para os indivíduos válidos para o trabalho, excetuado os indígenas da Ásia e da África, etc. Esta lei tem um conteúdo ideológico, ela é racista. Outras vieram no mesmo sentido na mesma República. Isso mostra que as leis têm um conteúdo ideológico e um compromisso e a responsabilidade daqueles que fazem as leis.

Aquele episódio da Guerra do Paraguai, com negros armados, fim do escravismo. Depois vem a Lei do sexagenário, a Lei do ventre livre, que são manipulações da Coroa para que gradualmente chegasse a uma libertação. Mas é o fim, acabou. Não foram os próprios negros que promoveram a sua libertação. Esta é a história real que precisa ser contada. Estão aí as pesquisas de

Chiavenatto, Clóvis Moura e tantos outros, comprovando com as suas teses toda esta situação.

Pela 3.553, chamada Lei Áurea, de 13 de maio de 1888 o negro é cidadão. Mas o primeiro trabalhador é agora o primeiro desempregado. Ele vai continuar enfrentando a discriminação racial. O Brasil vai incrementar a sua política imigratória e os primeiros imigrantes vêm do Norte da Europa. A legislação imigratória deixa bastante claro isto, porque será? Vários episódios da nossa história mostra este governo monárquico muito preocupado com o número de negros que há no Brasil, com o número de mestiços, esses miscigenados que há no Brasil. Então precisamos embranquecer o Brasil. Haverá um incremento desta política imigratória. Ninguém é contra o caráter benéfico dessa legislação imigratória, que trouxe as famílias e que as respeitou com tal.

O que se critica é o que foi negado a esse segmento numeroso de brasileiros. Isto trouxe as suas consequências. Poderíamos comentar outras legislações. Por exemplo, a Lei de terra, de 1850, que faz uma separação significativa do africano e seus descendentes e o imigrante europeu e seus descendentes. A doação de terras para uns e a expulsão das terras para quem não estava devidamente documentado. Imaginem os senhores se o negro liberto ou o quilombola tinham documentos, etc.? As exigências que vêm desta lei que tem um fundo ideológico vai manter o negro sem terra ou sem espaço e depois sem teto. Falávamos de um negro, agora cidadão, enfrentando a discriminação racial que é o tratamento diferenciado a partir de fenótipos físicos, tais como cabelo, nariz, cor, etc que o brasileiro apresenta. Quem apresentar fenótipos negros receberá um tratamento diferente, principalmente no mercado de trabalho. O sistema sócio-econômico é capitalista, isto é, ou você detém os meios de produção, etc. ou você oferece a força do seu trabalho para sobreviver. Até hoje os negros são discriminados no mercado do trabalho. E a família? Primeiro vendiam as pessoas como objeto e não tinham família. E depois? Depois a dificuldade continuará porque discriminado no mercado de trabalho, as primeiras famílias negras serão

sustentadas pelas suas mulheres, porque a mulher estava ou está numa situação tal que ela nem vê passar a condição de escrava para cidadã. Ela continuará como trabalhador domésticos nas mesmas famílias que lhe eram proprietária na maioria das vezes. O trabalhador foi equiparado em parte, porque ainda não tem direito ao fundo de garantia, a um trabalhador nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho em 1988, sob a égide desta Constituição chamada cidadã. A partir daí o empregado doméstico começa a receber direitos trabalhistas ou a ser concebida como tal e, portanto, ter direito ao salário-mínimo, que sabemos não é suficiente para a sobrevivência. As famílias começam assim com as mulheres. O machismo que, muitas vezes, se critica já estava presente, como ainda está na nossa sociedade. Imaginem os senhores uma família em que a mulher é quem leva o sustento para casa. Ninguém vai querer alugar um imóvel para aquela família. Aquela família não tem a respeitabilidade social e será uma família muito pobre, miserável. Que salário tem um empregado doméstico?

Esta é a nossa vida e foi a vida de todos nós. Hoje, podemos até encontrar alguns cidadãos negros na classe média e alta, mas a origem de todos nós é esta. Não adianta o indivíduo chegar nas televisões, rádios ou jornais e dizer que nunca fui discriminado em nenhum lugar. Esse indivíduo é, no mínimo, ignorante e não politizado. Enquanto um negro receber este tipo de tratamento e até porque temos todos nós esta mesmíssima origem, saímos desta situação se estamos irmanados. Portanto, comprometidos com a luta contra a discriminação racial, com luta dos excluídos, porque somos os excluídos.

Está em vigor hoje, após ações políticas e atividades significativas que englobam associações e lideranças de diversificadas ideologias e propósitos, o chamado Movimento Negro que, atuando de uma forma bastante ativa, conseguiu que a discriminação racial fosse crime e severamente punido, como está no bojo da Constituição de 1988. Em 1989 vem à luz Lei nº 7.716, que pune como crime a discriminação racial. Mas ela vem sendo alterada. Observem que hoje ela diz que é crime a discriminação racial, mas também atos discriminatórios baseados em

religião, procedência nacional, etnia. O tipo legal está sendo ampliado para alcançar outras formas discriminatórias que, infelizmente, ainda estão entre nós.

Nos debates poderemos discutir melhor estas questões, mas os senhores precisam também ouvir os meus dignos companheiros de Mesa.. Muito obrigada.

O SR. NIVALDO SANTANA - Muito obrigado à professora Eunice Prudente. Passamos a palavra agora ao próximo palestrante, o advogado Celso Fontana.

O SR. CELSO FONTANA - Bom dia a todos. Vocês estão diante de um aluno dos professores que estão aqui. Até 1984/85 quando entrei para o Movimento Negro, convidado pelo Kabinguele Munanga, que deve estar chegando ou virá na programação da parte da tarde, eu falava as mesmas “abobrinhas” que os brancos costumam falar sobre a questão racial. Observamos os mesmos equívocos, falta de leitura, falta de debates com os ativistas do Movimento Negro e nos debates feitos nas escolas.

Na pessoa da ex-Deputada Teodosina Ribeiro, quero cumprimentar todos os parlamentares negros eleitos neste país, porque sei do esforço que tiveram de fazer para se elegerem. Há muitos anos, acompanho especialmente eleições de candidaturas negras. Percebo como é muito mais difícil a eleição de candidatos negros e, principalmente, de mulheres negras pela adversidades, pelos obstáculos que enfrentam. Se a eleição de homens negros já é difícil, das mulheres negras é difícilíssimo.

Na campanha de 1996 tivemos a oportunidade de acompanhar 49 candidaturas negras, espalhadas por 9 Estados do Brasil. Eram 8 mulheres negras. Em geral, as mulheres negras só conseguem se registrar como candidatas perto dos 50 anos de idade. Das 8 que apoiamos só uma foi eleita. Ela não tinha filhos e era um pouco mais jovem. A sua eleição foi feita com muita dificuldade. Certa vez

num dos debates, eu brinquei dizendo que às vezes para um homem ou mulher negra conseguir a vaga de chefe de gabinete de um deputado na Assembléia talvez seja tão difícil quanto eventualmente um branco ser eleito deputado. É este o tema do debate.

Não sei se foi o meu professor Juarez que propôs este tipo de debate, mas acho que foi preciso. É proposto um debate sobre “Discriminação, preconceito e racismo. e igualdade de oportunidades em igualdades de condições.” Temos que falar para os alunos e visitantes.

Deputado Nivaldo Santana, peço licença para saudar os companheiros da minha Escola de Samba Colorado do Brás, que vieram aqui me prestigiar, os funcionários públicos municipais aqui representados pelo Sidnei Pereira, o Úrides, músico que ajuda muito nas campanhas dos candidaturas negras e alguns funcionários negros que me orgulham com as suas presenças aqui, que é o Presidente do Sindicato, Joalve Vasconcelos; o recém eleito conselheiro e ex-candidato a deputado estadual, com uma votação expressiva, João Bosco. Ele foi o candidato a deputado estadual mais vinculado ao Movimento Negro e que mais votos teve na campanha de 1990. Vejo também a minha filha Isabel que veio me prestigiar. A minha filha tem o nome de Isabel não é por causa da princesa. A mãe da minha filha queria colocar o nome de Isabel e eu que já tinha aprendido no Movimento Negro, dizia: “O que a turma vai falar de mim? Que estou querendo homenagear a princesa se eu sei que não foi ela a responsável pela libertação dos escravos, que o processo emancipacionista e abolicionista exigiu muita luta e havia organização de fuga em massa dos escravos, organização de quilombos por toda a parte do Brasil. O próprio negro junto com o PC do B e também com o apoio do PT tem feito diversas iniciativas como foi aquela do mapa dos quilombos. Precisamos imprimir esse mapa para que os estudantes possam ter acesso. Tinha quilombo com mais de 630 escravizados fugidos. Mas a minha filha tem o nome de Isabel em homenagem à jogadora de volei e não por causa da princesa.

O Movimento Negro nos ensinou nestes últimos tempos a respeito dos conceitos de preconceito, discriminação e racismo. Preconceito é o pensamento de superioridade ou inferioridade racial na esfera do pensamento. Como temos que ser a favor da liberdade de pensamento, se chega um branquinho que acha que é superior, enquanto isto estiver na esfera do pensamento dele, na sua massa cinzenta, temos que respeitar a liberdade de pensamento. É um pensamento torto, mas está na esfera do pensamento. O preconceito existe em todas as cabeças. Há também preconceitos que os homens têm que ter mais direitos que as mulheres; que os portadores de deficiência não devem ter os mesmos direitos daqueles que não têm deficiência, etc. O pensamento torto está na esfera do pensamento, que é um direito do sujeito. Ele não pode agir ou falar as “abobrinhas” que está pensando.

A discriminação é uma ação. Portanto, é uma agressão. Piada racista, no caso do Brasil, é contra os negros. O Millor Fernandes desenvolve bem isso. Ele conta piadas sobre judeu ou português, mas sempre se referindo ao argentinismo, que é aquele pão durismo do judeu, ou à burrice portuguesa, mas não a burrice animal, mas a de não entender as coisas direito. Ele fala nas piadas, e eu desenvolvi um pouco esse pensamento, não dos negros, mas contra os negros, porque elas sempre fazem referência à animalidade, que é urubu, macaco, gorila, que é uma condição sub humana. Fazem referência à vagabundagem ou à malandragem, ao mal cheiro, que, de uma certa forma, está se referindo à condição de animalidade, e à preguiça. A reiteração da piada racista causa grave prejuízo aos negros em diversos setores, inclusive no mercado de trabalho. Vamos ter hoje à tarde o lançamento do mapa do negro no mercado de trabalho, com o apoio das centrais sindicais, especialmente da CUT e do Inspir. Observamos no mercado de trabalho a reiteração das piadas racistas. Essa cultura racista mal gamada nas nossas cabeças faz com que, mesmo que a candidata ou candidato negro ao emprego tenha melhores condições que o candidato japonês ou branco, o recrutador tende a escolher o candidato japonês pela sua fama de comportado, de ser trabalhador e de não aprontar muito. A piada racista é uma discriminação, ou

seja uma ação que prejudica. Se entre nós, o indivíduo começa a contar uma piada contra os negros, peço para parar, porque não gosto disto. Na década de 80 companheiros do PT e do Movimento Sindical ficavam me perguntando o que eu estava fazendo no Movimento Negro. Quando aprendiam alguma piada racista nova queriam me contar. Hoje em dia já estão disciplinados. Eles sabem que se contar levam bordoadas ou toma uma invertida porque são piadas contra os negros e que prejudicam gravemente, porque é uma ação discriminatória. Enquanto o preconceito é na esfera do pensamento, a discriminação é uma ação que prejudica alguém.

O racismo é um conjunto de ações que podem chegar até ao genocídio. Os nazistas, por exemplo, os “skin-heads, os carecas, especialmente na Inglaterra, Alemanha e França que apregoam a morte do estrangeiro, dos diferentes deles, especialmente dos imigrantes vindos da África para a Europa, havendo espancamentos de turcos ou de negros. Aqui mesmo tivemos muitos casos de conflitos graves entre os “skin-heads”-os carecas do subúrbio, que às vezes pegam a garotada de 16 anos desinformada com os anargobanks. Eu, inclusive, já advoguei em diversos casos para os anargobanks. Eles são contra a participação político-partidária. Tenho combinado o seguinte com os anarquistas. Eles não tentam me convencer a não participar das eleições e eu não os tento convencer a votar nos partidos. Fazemos um pacto, mas às vezes eles são perseguidos, tendo que mudar de cidade, tal a perseguição dos neonazistas, muitas vezes com ligações com a polícia, tanto a militar, como a civil, que ficam ameaçando de morte. São casos graves e, infelizmente, o governo Covas desativou a delegacia de crimes raciais, que era um ponto privilegiado para mapearmos os locais de concentração dos neonazistas.

A respeito de igualdade de oportunidades e igualdade de condições, procuramos no dicionário e verificamos que as duas coisas fazem referência à circunstâncias. Condições é sinônimo de circunstâncias. Oportunidade é sinônimo de circunstâncias favoráveis. Precisamos em São Paulo agora? Não vou entrar na

discussão da escravidão, das consequências até hoje, mas quero dizer que aprendi com o Movimento Negro que as causas do racismo estão presentes. Estão aqui hoje.

Assim sendo, as condições do negro no mercado de trabalho ou na sociedade são menos benéficas, ou seja as condições de concorrer a cargos públicos, a concursos. Por que temos tão poucos negros como juízes, promotores, delegados de polícia, deputados, empresários, banqueiros. Não devemos achar que é por causa de preguiça, etc. São condições adversas colocadas aos negros.

Na página 16 da revista que vai ser distribuída para vocês tem um artigo, através do qual procurei abordar as condições reais de dificuldade. Estou provocando a Mesa da Assembléia, principalmente os Recursos Humanos desta Casa, a mapear a questão racial aqui dentro. Na verdade, na Assembléia observo que os negros estão mais “contidos” no subsolo, nas funções subalternas dos gabinetes e na divisão de saúde. Temos poucos deputados negros, o que contribui para uma participação dos funcionários negros em número relativamente pequeno. Nos concursos públicos, mesmo assim, diversos negros foram aprovados. Mas as condições são mais adversas do que para os brancos. Quando há condições favoráveis os negros se desenvolvem e muito bem. As condições estão ligadas à cidadania. É preciso melhorar as condições da população negra para ela poder disputar em igualdade de oportunidades, que é uma questão da democracia.

O que acho relevante, em São Paulo, na conjuntura atual? Em São Paulo temos uma prefeita eleita com 5 programas que dão até conta de melhorar as condições da população negra de São Paulo. Os programas de renda mínima, bolsa-escola, primeiro emprego para a garotada que procura o primeiro emprego, o programa começar de novo para reciclagem de pessoas próximas dos 40 anos e o programa de alfabetização de adultos. Esses 5 programas que a coligação que elegeu Marta Suplicy apóia são em especial para melhorar as condições de vida e de trabalho da população “carente” de São Paulo. Mas esses 5 programas, e esta é a tarefa do Movimento Negro para o ano de 2001, que se avizinha, é insistirmos

para que esses programas atendam especialmente a população negra paulistana. É claro que os brancos pobres, de uma certa maneira, também são negros. Mas o Movimento Negro tem que aproveitar a oportunidade de implantar esses 5 programas. Quantos milhares de homens e mulheres negras poderíamos atender com a implantação desses programas. Renda-mínima para as pessoas que não recebem até 3 salários-mínimos. Milhares de famílias não recebem 3 salários-mínimos em São Paulo.

O programa bolsa-escola que garantiria uma remuneração para que as crianças, principalmente negras, não sejam “expulsas” da escola. O Ministério da Educação fala em evasão escolar, como se a criança saísse da escola porque ela não gostou da escola. Não é isso. Na verdade é uma forma de expulsão das crianças e dos adolescentes negros ou brancos pobres. Indiretamente, eles são expulsos da escola.

O programa primeiro emprego é muito positivo. Temos que incentivar a garotada a não ir para o caminho do banditismo. Temos que pagar, conforme é a proposta, para ela aprender uma profissão. Aprendendo um ofício, ela está meio caminho fora da criminalidade.

O programa começar de novo para pessoas próximas de 40 poderia atender milhares de pessoas que estão nesta faixa de idade, que estão precisando se reciclar para ter uma colocação no mercado de trabalho, seja aprendendo um pouco de computador ou outra função. A população negra nesta faixa dos 40 anos é numerosa na cidade que, muitas vezes, está precisando de mudar de emprego ou de atividade profissional. Se não acha emprego no mercado de trabalho, como é que sustenta a família.

O outro programa que já deu certo na primeira administração democrática popular é o de alfabetização de adultos. Este programa de alfabetização de adultos é fundamental para resgatarmos minimamente a cidadania. Da mesma maneira, Hélio Santos, que foi Presidente do Conselho de Participação da Comunidade Negra, já está mais ou menos combinado entre nós para não mais

usarmos a palavra escravo. Usamos a palavra escravizado. O Henrique Cunha Júnior é que nos ensinou dizendo que o negro nunca foi escravo. Ele foi escravizado, o que é radicalmente diferente. Havia um criminoso que o escravizava.

Hoje em dia também não uso mais a palavra analfabeto. Uso a palavra analfabetizado. A pessoa não aprendeu o alfabeto porque não quis, mas porque não pôde. Houve alguma autoridade, algum prefeito, algum secretário da educação, algum diretor de escola, em geral branco, que não respeitou o direito que essa criança ou adolescente tinha de aprender ler e escrever.

Para encerrar, quero dizer que fui padrinho de casamento no interior de Minas de uma moça sargento-enfermeira da PM, uma excelente enfermeira. Ao levar uma das madrinhas para se preparar para o casamento, fui apresentado para a mãe dessa enfermeira que era lavadeira . Conheci, então, a D. Benedita, com 60 e poucos anos. Conversando um pouco com a D. Benedita pedi para que ela contasse alguma história. Ela dizia que a única história dela é que tinha criado os 4 filhos, a enfermeira, outro filho que está na Aeronáutica e os outros dois filhos com profissão bem encaminhados. Os filhos insistiam para que ela parasse de lavar roupa para fora, mas ela continuava porque queria ter o seu dinheiro. Ela ganhou uma máquina de lavar roupa dos filhos compraram máquina, mas estava acostumada a lavar com as mãos. Depois de insistir para que ela contasse uma história, comecei a falar de uma escola para cuja inauguração fui convidado, entre o Município de Barbacena, onde a D.Benedita mora e o de Bertoga onde o meu pai é atualmente prefeito. Perguntei se ela conhecia uma escola de um ponto chique. Ela respondeu que nasceu ali perto, mas que no seu tempo não tinha escola. D.Benedita contou que naquela época vinha um professor de fora para dar aula numa fazenda que fica na Candonga. Eu até conheço o lugar, onde tem um alambique chamado Candonguinha perto dessa escola. D.Benedita contou que eles não deixavam os meninos e as meninas negras estudarem. Eles ficavam na janela do lado de fora vendo se aprendiam alguma coisa. Mas sempre tinha algum outro

menino que ia lá e fechava a janela. Eu falei: “D.Benedita, e a senhora me diz que não tem história para contar?” Gente., esta é a história do Brasil. Imagina se podemos responsabilizar a D.Benedita por ser analfabeta. Ela foi analfabetizada pelos fazendeiros e governantes da época.

Quero agradecer e insistir para que todos os alunos aqui e demais participantes entrem cada vez mais na luta contra o racismo, porque esta luta melhora a gente, enquanto ser humano.

Muito obrigado, Deputado Nivaldo Santana

O SR. NIVALDO SANTANA - Ouvimos o Celso Fontana, militante dos direitos humanos.

Vamos passar a palavra agora ao Professor Hélio Santos.

O SR. HÉLIO SANTOS - Bom dia a todos, entendo a emoção do Dr. Celso Fontana, que é um militante da questão racial. A presença dele mostra, especialmente para os alunos, que a questão racial não é um problema dos negros, mas um problema da sociedade como um todo.

Não posso me furtar de agradecer esta oportunidade que o Deputado Nivaldo Santana me oferece de estar aqui nesta manhã, aprendendo com uma Mesa tão rica e, ao mesmo tempo, tendo oportunidade de falar especialmente para o público jovem, porque no Brasil raramente ouvimos sobre este assunto.

Provavelmente o que vou falar vai frustrar uma parcela da platéia que espera que eu talvez discuta mais profundamente estas duas possibilidades: “Igualdade de oportunidades e igualdade de condições”. Talvez fosse o eixo de colocar a questão racial numa discussão que é mais ideológica. Este é o desafio que teremos no século que se avizinha.

Vou centrar mais força provalmente naquilo que vai beneficiar esta população mais jovem que, acredito pela faixa etária devem ser estudantes do curso colegial.; Eu não vou conceituar para vocês o que é discriminação, preconceito ou

racismo, porque o Dr. Celson Fontana já o fez e bem. Vou tentar falar menos de 15 minutos, porque quero ouvir o que meu companheiro Juarez Tadeu para, em seguida, me ausentar, porque às 13 horas tenho que estar numa universidade longe daqui e não poderei participar dos debates. Antecipadamente peço desculpas por ter que sair antes do término deste evento.

Quando falamos da questão racial é importante pensarmos no cotidiano, no dia a dia, quando ligamos a televisão, quando passamos pela rua e vemos a polícia, quando procuramos um emprego. O ideal é pensar na questão racial aonde vivemos, que é no dia a dia. É importante lembrar que os primeiros negros chegaram aqui, como a Eunice colocou, por volta de 1534. Então, antes dos negros, praticamente só viviam aqui os índios. E os negros desde o início trabalharam muito.

Gostaria que vocês fizessem um esforço comigo para retornarmos ao dia 14 de maio, ou seja, 112 anos atrás. A abolição da escravidão aconteceu ontem e hoje todos já estão livres. Vocês acham que a partir de um simples lei podemos transformar pessoas em cidadãos? Será que uma pessoa escravizada consegue se transformar num cidadão por uma simples lei? E o estereótipo, aquilo que está gravado na cabeça das pessoas? Durante 350 anos o negro foi escravizado no Brasil. Vocês hão de convir que é muito tempo se lembrarmos que o Brasil tem 500 anos. Mas na verdade o Brasil não tem 500 anos. Ele tem 470 anos de vida, porque nos primeiros 30 anos isto aqui ficou abandonado. Destes 470 anos, 350 anos foram de escravidão e só 112 anos de liberdade. Até hoje, está na cabeça de todos nós, não só dos brancos, mas especialmente dos negros e mestiços que não somos tão capazes, que não somos tão bonitos, etc.

Em 1695, o Quilombo de Palmares foi estourado. Durante 100 anos este ano país viveu uma experiência democrática. Ou seja, Palmares era uma república, era um cerco de 13 vilas, onde aproximadamente 30 mil pessoas, negras, brancas, mestiças e índios viviam uma experiência socialista verdadeira. A maior experiência socialista que o mundo tem é da Rússia que durou cerca de 70 anos.

Reparem, então, que neste país já tivemos experiência realmente democrática e que depois não serviria de referência nem mesmo para aqueles que queriam construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Mas num determinado espaço deste país, durante 100 anos, houve realmente democracia.

Vou falar especialmente para os mais jovens o que é a democracia. Certa vez, no interior um trabalhador rural perguntou para mim se podia comer a democracia. Respondi que sim, que se a democracia existisse, dentre outras coisas, ele poderia se alimentar e bem. Democracia é uma situação em que o governo é realmente exercido para e pelo povo. Onde todos têm não só igualdades de oportunidades, como igualdade de condições. Esta experiência, como vocês todos sabem, o Brasil nunca viveu. Alguém nesta sala acredita que aí fora todos têm as mesmas oportunidades? Nunca. Estamos ainda construindo esta democracia.

A discussão seria a seguinte. A democracia passa pela questão racial ou é a questão racial que passa pela democracia? Não se trata de perguntar quem veio antes, se o ovo ou a galinha. No Brasil não é possível pensar em democracia sem que primeiro a questão racial esteja resolvida. Eu penso como Florestan Fernandes, um sociólogo que a maioria dos mais jovens não conhecem, mas é provavelmente a pessoa que melhor conseguiu entender a questão do negro no Brasil, sob o ponto de vista sociológico.

Queria discutir com vocês o que seria igualdade de oportunidades? Quando ligamos a televisão de uma maneira geral, quem vemos, na maior parte das vezes, no vídeo? Reparem que no Brasil 47% da população é preta e parda. Ou seja, em cada 100 brasileiros, digamos temos 52 brancos e um japonês e o restante são negros, pardos, mestiços. Quem liga a televisão vai imaginar que talvez estejamos na Suécia, na Dinamarca. Nada contra os louros, mas tudo contra loirice. São coisas diferentes. Os loiros também são brasileiros e têm direito à sua imagem. A loirice é você ficar catando loiros num país de mestiços para tudo aquilo que acontece. Tivemos no Brasil 4 apresentadoras de televisão, sendo que 3 são loiras.

O que acontece com a cabeça de uma criança que começa ver televisão muito cedo?

Já contei esta experiência. Particpei de uma banca de mestrado no Mato Grosso do Sul em que uma educadora trabalhou com crianças na idade pré-escolar, com a idade de 2 a 6 anos. O que vocês acham que passa na cabeça da criança brasileira, especialmente das meninas? É muito difícil trabalhar com criança, porque ela não está alfabetizada e não pode responder um questionário. As meninas pretinhas todas querem ser loiras. Elas não entendem a sua estética, a sua beleza. Então, vocês não entendem a resposta de Camila Pitanga, que todos vocês conhecem, quando falam: “Você é uma moreninha muito bonita”. Ela logo fala: “Não. Eu sou negra e tenho orgulho disso”. É lógico que, infelizmente, as moreninhas brasileiras não conhecem as suas raízes e não podem, como a Camila Pitanga, ter orgulho. Mas a Camila Pitanga tem um pai que é militante negro e que desde cedo provou para ela que há milênios o negro tinha sua beleza, a sua cultura, a sua forma de ver o mundo e que ela era mais rica por ser mestiça e deveria dar mais valor, mais ênfase à sua origem negra do que branca. Ela se convenceu disso e tem convicção de que tem uma estética adequada. Vamos encontrar pessoas bonitas e feias em todos os grupos étnicos. Mas no Brasil, se construiu a imagem da loirice. Nada contra os loiros, eu já disse. Mas a loirice é ter uma política para evidenciar uma cara que não temos. Nesta platéia vejo que tem pessoas louras, pessoas mais claras e negros das mais diversas tonalidades. Esta é a cara do Brasil. Mas na televisão não é este Brasil. Portanto, quando se fala em igualdade e oportunidades é igualdade de você ver a sua imagem verdadeira. É quando você vai buscar um emprego sabendo que será preterido porque é uma mulher, porque é mais velho ou porque é negro. Num país construído pelos negros durante 350 anos, é um escândalo hoje quando o negro vai ao mercado de trabalho e é preterido.

Dr. Celso Fontana falou da preguiça. Se há um grupo neste país que nunca pôde ser preguiçoso é a população negra. No Vale do Paraíba as pessoas

escravizadas que estavam nas fazendas de café chegavam a trabalhar, às vezes, 18 horas por dia. Sabem o que é trabalhar 18 horas num dia de 24 horas? A população negra só trabalhou e após construir o Brasil não conseguiu participar em pé de igualdade com os demais. Quando aconteceu a abolição do escravismo, em 1888, o país precisava ser povoado e trouxemos os italianos, alemães, espanhóis. Todos eram bem vindos. O que foi feito com a população negra neste momento? Esta população estava estigmatizada pela cor. Quando um negro ia pedir emprego numa padaria, numa loja, a presença dele incomodava porque ele era a pessoa escravizada.

Muitas dessas pessoas italianas, alemães, espanhóis, ganhavam oportunidades especiais. Para todos os alemães que vieram para o Brasil foram construídas escolas. A população negra, depois de trabalhar 350 anos, foi entregue à própria sorte. E os europeus que estavam chegando tinham vantagens. Se naquele momento o Brasil tivesse feito uma política de reforma agrária, dado terras àquelas famílias que tinham experiência agrícola, neste momento estaríamos discutindo outras coisas. Provavelmente estaríamos diante de um outro país.

Estamos protelando a inclusão da população negra. Mas toda vez que a população teve chance de mostrar o seu valor, ela mostrou.

Aonde encontramos grupos de negros no Brasil, além dos grupos de pagodes? Não tenho nada contra pagode. Quando vemos o negro no futebol, vocês mais jovens acham que para jogar bola precisa ter inteligência? Sim, tem que ter muita inteligência. Quem pensa que o conceito de inteligência é apenas matemática, que a inteligência é quantitativa ou apenas a linguagem verbal da pessoa que se expressa bem, tem um conceito de inteligência muito furado. Quando Michael Jackson dá um show, dança e canta daquela forma, prova que é gênio. Há muitas formas de inteligência, uma delas é pela música, outra é pela dança. Os rapazes que estão aqui e que jogam bola sabem que jogar bola não é fácil. Você tem que ter velocidade, senso de oportunidade, rapidez, deslocamento, tudo isso é inteligência. Aonde o negro pôde ter espaço no Brasil é conhecido e reconhecido. Este país já

foi campeão 4 vezes e só não foi mais por causa dos cartolas que são brancos. O futebol é um tipo de disputa que mostra a inteligência.

Por outro lado, quando os negros tiverem oportunidade de serem engenheiros, médicos, economistas e advogados, o Brasil melhorará. Quem for a Noruega ou à França e perguntar pelo Brasil, ninguém conhece os políticos brancos brasileiros. Os economistas, engenheiros são desconhecidos. Mas não há lugar no Planeta que não se conheça Pelé, Romário, Ronaldinho, todos negros. É a única área que o negro pôde participar, porque bola pode ser jogada na rua. Não precisa disputar uma escola. Na rua o negro começa a jogar bola e chega aos clubes. Ele tem chance de mostrar o seu valor. Mas quando começarmos recrutar jogadores só através de escolinhas, o que vocês acham que acontecerá com o futebol? Ele vai sendo elitizado. Hoje temos escolas em São Paulo que cobram 600 reais por mês para o menino aprender jogar bola. Os carros vão parando em frente à escola e as mães vão deixando seus pimpolhos brancos descerem. O futebol passou a ser uma profissão que dá dinheiro e prestígio. O Brasil, nos anos de 74, 78 e 82 embranqueceu a seleção. As pessoas mais antigas sabem o resultado disso.

Mas eu não quero falar só de futebol. A musicalidade do Brasil é negra. E a música brasileira não é só dos negros, é de todos. Tudo que o negro produz ele socializa, ele abre. É assim no samba e em todas as demais áreas que o negro controla. Sempre costumo dar o exemplo da feijoada, que é um prato que todos vocês conhecem e foi inventado pelos escravos. Eles estavam presos e conseguiam inventar coisas. Aquilo que o português jogava fora, que eram partes não nobres do porco, os pés, o rabo, o focinho, as orelhas, eram aproveitados pelos negros, muitos deles famintos. Eles pegavam aquilo, que não dava para fritar ou cozinhar e salgavam, colocando no sol. Depois disso curtido colocavam no feijão. A feijoada é o único prato mundialmente conhecido como brasileiro. Um povo, que mesmo preso, consegue inventar coisas sofisticadas, como a feijoada, desde que ele tenha oportunidade de criar em outras áreas, evidentemente que vai criar. Na medicina, como eu disse, na arquitetura e em tudo aquilo que envolve as artes.

Vocês mais jovens vão viver uma época muito especial. No milênio que está começando, as profissões que são tradicionalmente técnicas, tendem a perder valor a médio prazo, porque o computador fará isso muito bem. As profissões mais valorizadas serão aquelas que vão exigir uma certa individualidade, como a dança e a educação física, porque exigem um envolvimento da pessoa. Cada dia mais o homem trabalhará menos. Hoje já temos países europeus onde se trabalha 6 a 7 horas. No futuro, o homem trabalhará menos e o dia continuará com 24 horas. O que as pessoas farão nessas horas livres? Vão pensar, buscar lazer e aí você terá toda uma indústria de entretenimento. Portanto, nesta área, o negro mais do que nunca, terá oportunidade.

A filha de um amigo meu quer fazer dança na Unicamp. O pai queria que ela fosse médica. Eu disse: “Paulo, deixe a sua filha fazer o curso de dança, porque, provavelmente, daqui a 15 ou 20 anos, um professora de dança ganhará bem mais do que um médico”. Expliquei isso para ele, mas as pessoas ainda não entendem a dança. Disse que Michael Jackson é gênio e se vocês acham que ele não é, peguem um gênio na física e peçam para ele fazer o que o Michael Jackson faz. Precisamos que entender que o corpo também demonstra inteligência. O Pelé, Ronaldinho, o Romário mostram que são gênios. Poderiam ser grandes engenheiros ou arquitetos se tivessem tido oportunidade.

A mensagem que vocês devem levar daqui é se o Brasil é um país que oferece as mesmas oportunidades a todos os seus filhos? Penso numa menina, negra, de 17 anos que mora em Guaianazes, que durante o dia trabalha como empacotadeira de um supermercado e estuda o terceiro colegial à noite. Nunca perdeu um ano. Esta menina quer estudar medicina. Uma outra moça de 17 anos, branca, que não tem culpa, nascida nos Jardins, cujo pai é diretor de um Banco. As duas moças na mesma série, são duas brasileiras com a mesma idade. Vocês acham que é decente essas duas moças, concluindo o colegial, prestarem o vestibular da USP nas mesmas condições? Se disserem que aquela que tiver mais capacidade fica com a vaga, é uma indecência, mas o Brasil faz isso. A moça que

começa a trabalhar as 8 da manhã, come de marmita no serviço, dá o dinheiro todo para a família que é pobre, conseguiu cumprir colegial o tempo todo e nós falamos que as pessoas têm que ter mérito. Este país não pode falar em mérito, porque o mérito nunca prevaleceu aqui. Aqui sempre prevaleceu o “QI”, quem indica, o pistolão. Se você tem um tio ou um pai desembargador, significa que você não tem um tio ou um pai negro. Um negro não é desembargador ou deputado. O capital social é que conta no Brasil. Isto não ocorre só no Brasil. Mas com todos os povos ibéricos. É assim em toda América Latina, Portugal, Espanha. O que importa não é o seu mérito, mas a sua teia de conhecimentos. É a sua família, o seu pedigree.

Como foi muito bem colocado pela Dra. Eunice, a nossa origem de orgulho, é senzala mesmo. Sendo assim, não temos esse capital social. Consequentemente, o negro não vai conseguir um emprego na Bolsa de Valores, mesmo sendo economista, porque vai depender do “QI”. O negro não conseguir emprego nas boas empresas, que pagam altos salários. A “Folha de S.Paulo” informava há um mês que 75% das vagas na área burocrática são feitas por indicação. De cada 4 vagas para o emprego, 3 são feitas por indicação. Qual é o capital social da população negra para fazer indicação?

Para concluir vou falar da auto-estima. Hoje a juventude está sabendo trabalhar com a sua beleza, especialmente as mulheres negras. As pessoas reagem muito em função daquilo que elas imaginam ser o seu físico. Estive numa cidade fantástica chamada Atlanta, aonde o negro realmente está livre. Lá o negro revolucionou a sua estética. Tem gente com cabelo verde, com o cabelo loiro, com o cabelo como quer. O negro é criativo. O negro de Atlanta tem noção da sua estética. A população negra é extremamente bonita. A mestiçagem que, de uma certa forma, o Brasil construiu, denota pessoas bonitas. Mas todos nós somos retraídos. Não acreditamos nesta estética. Não investimos nesta estética, não nos produzimos do ponto de vista negro. Ficamos temerários de que aquela estética não é tão bonita. Os europeus, esses sim são verdadeiramente brancos. A maior parte dos brancos brasileiros quando vão morar nos Estados Unidos ou Europa,

descobrem que não são tão brancos assim. Os loiros europeus quando chegam aqui me falam: “Mas que povo bonito”. Quando chegam na Bahia ficam extasiados com a miscegenação, com a negritude. Só que nós ainda estamos dando valor a bijuterias. É como se tivéssemos jóias verdadeiras, sem saber do seu valor, e ficamos usando miçangas, bijuterias. No entanto, temos jóias puras, verdadeiras, que não sabemos valorizar, porque não fomos treinados para isso. Cresci entendendo que o loiro é o padrão de beleza. Eu próprio desaprendi a me reconhecer como cidadão.

Penso que o Brasil do futuro terá que olhar a sua cara no espelho e gostar do que vê do outro lado. Quando assumirmos a nossa identidade, seremos um grande país. Não existe um único e grande país, seja Japão, Itália, Inglaterra, que progrediu sem uma identidade. O Brasil não vai ser diferente. Para o gigante brasileiro despertar, ele vai ter que assumir a sua realidade e contar com este povo, que somos nós. Este povo é negro, é branco, é mestiço e também tem origem indígena. É esta riqueza que temos que desenvolver. Mas temos que usar como referência para esta democracia, a igualdade de oportunidades.

Por exemplo, a menina de Guaianazes e a moça aqui dos Jardins -não temos nada contra esta menina aqui dos Jardins- Mas a menina de Guaianazes terá que ter um apoio especial para chegar à escola de medicina. Não é justo que ela, por ter nascido lá, tenha vocação de ser médica e acabe sendo outra coisa. Se ela tem talento, com algum apoio, conseguirá isso. Por isso, temos que tratar diferentemente as pessoas. Não dá para tratar todas as pessoas igualmente, porque as pessoas não são iguais. A menina de Guaianazes terá que ter um apoio governamental, um apoio num primeiro momento. Num segundo momento, ela vai estar no mesmo nível da menina dos Jardins. Aí o Brasil poderá contar com o talento das duas. Hoje, o Brasil desperdiça a metade, porque só fica com a menina dos Jardins. Nunca saberá se a menina de Guaianazes seria uma grande cirurgiã ou não. Desperdiçamos talento.

Muito obrigado pela atenção. Falei um pouco depressa porque queria muito mais incomodá-los do que trazer soluções para vocês. Esta oportunidade é importante e gostaria que nas respectivas escolas, as professoras que estão acompanhando vocês, levassem esse debate entre os alunos. Por exemplo, perguntando se a televisão brasileira reflete realmente o que somos? Se o Brasil mostra a sua verdadeira cara? Este tipo de debate será muito rico para todos nós.

O SR. NIVALDO SANTANA - Ouvimos o Professor Hélio Santos. Passamos a palavra ao nosso companheiro Juarez Tadeu, coordenador da Unegro.

O SR. JUAREZ TADEU - Existem mais duas coisas onde o negro participou e virou excelência. Uma é na prospeção de petróleo, pesquisa, porque os negros trouxeram a tecnologia do conhecimento da geologia, da prospeção de pedras preciosas, etc. E na agricultura, porque a agricultura brasileira absorveu parte desta tecnologia negra.

Agradeço as palavras gentis das pessoas da Mesa, fico muito feliz com isso. Sou jornalista, doutorando da Universidade de São Paulo, faço um projeto de pesquisa na área de comunicação e de cultura. Milito numa entidade chamada Unegro- União de Negros pela igualdade- por razões absolutamente óbvias. Sou negro e milito numa entidade de negros. Faço parte de um grupo de capoeira chamado Cativoiro, que procura juntar a experiência negra e popular da capoeiragem. Faço parte de uma escola chamada Grêmio Recreativo e Cultural da Escola de Samba Vai-Vai, que é extraordinária e que adoro. Faço parte da direção de um grupo afro-axé, que não é o filho de Gandhi, mas é o Modadá. Faço parte de uma casa de candomblé onde sou o Loîê. Sou corintiano porque gosto de me sentir feliz. Por quê faço todas essas referências?

Há duas formas de você lidar com o problema racial. Você pode se submeter à violência racial e você pode lutar contra ela. Ou como prefiro dizer, rebelar-se contra ela. Prefiro rebelar-me contra a violência racial. Estudo muito

porque quero me conhecer melhor e fiz me conhecer melhor. Milito num grupo de capoeira, porque quando sou discriminado, com dedo nos olhos, cabeçada, rabo de arraia, banda, rasteira, eu vou para cima. Milito numa entidade de movimento negro, porque quando sou discriminado processo. Faço parte de uma casa de candomblé, de afro-axé, de uma escola de samba, porque gosto de sentir prazer e gosto de me sentir feliz. Sou do Vai-Vai por causa de toda a sua história. Gosto de pensar que a felicidade do negro é uma felicidade guerreira.

Conversamos muito com o pessoal que estava organizando, porque o tema é apropriado. Muitas pessoas não conseguem distinguir a diferença que há entre preconceito, discriminação e racismo e acabam confundindo essas coisas. Elas têm noções e ações diferentes. Precisamos ter também um comportamento diferente para lutar contra isso.

O que me vem à cabeça quando pensamos uma coisa vinculada à questão do preconceito. Foi falado sobre as piadas, mas o que mais marca quando você pensa preconceituosamente é falar que os negros ou africanos são atrasados. Esta é a idéia mais importante quando você tem uma visão preconceituosa.

Hoje, quarta-feira, se vocês ligarem a televisão, poderão assistir o programa Casseta e Planeta, e, com certeza, vão contar uma piada satirizando o jeito negro e baiano de ser. Tem sempre um baiano preguiçoso, vagabundo. E você vai rir. No fundamental, a idéia básica é de que tudo que vem da experiência africana é uma coisa atrasada. Isto em oposição ao que há de avançado, moderno, vinculada à questão tecnológica, que é a experiência ocidental, o que veio da Europa.

Como todos nós somos estudiosos, pergunto para vocês da platéia. Quantos anos têm a civilização ocidental? A civilização européia que conhecemos, judaica-cristã. A professora presente na platéia poderia me responder?

A SRA - Mais de 5 mil anos.

O SR. JUAREZ TADEU - Ela lê a Bíblia. Seis mil anos, muito bem. E uma civilização africana chamada Noque, quantos anos têm? Como ninguém da platéia acertou a resposta, informo que essa civilização tem 40 mil anos. É uma civilização tão extraordinária que produziu pequenas revoluções. Por exemplo, ela fundiu os metais, antes do Ocidente. Domesticou plantas e animais antes do Ocidente. Ela sistematizou a estrutura religiosa antes do Ocidente. Ou seja, esta noção de atraso das culturas africanas só conseguem ter um certo respaldo porque a gente pensa a história dos africanos de 500 anos para cá. É um período muito pequeno da história humana. Os índios guaranis têm cerca de 15 mil anos. A civilização inca tem cerca de 20 mil anos. O Ocidente tem cerca de 6 mil anos como produção tecnológica, de cultura, de civilização. Havia um pensador africano que dizia o seguinte: “Enquanto construíamos civilizações na África, no Ocidente as pessoas moravam em cavernas.” Isto é um fato.

Quem assistiu Carlota Joaquina? É um filme muito bom. D. João chegou no Brasil em 1808. Ficou cerca de 8 anos no Brasil. Neste período quantos banhos ele tomou? Dizem que ele tomou 4 banhos em 8 anos. A prática, que parece comum, de tomar banhos todos os dias é um legado dos africanos e dos índios que têm um conceito diferente em relação ao corpo. O grande problema da noção do preconceito é de tentar passar uma idéia de animalidade, barbárie em relação aos africanos. Isto acontece porque não entram fundo na história e não conseguem compreender a rica e grande contribuição que os africanos deram para a humanidade.

E o problema da discriminação. O que é discriminar? Vamos falar de geografia de São Paulo. Qual é a maior população do bairro da Liberdade? Japoneses. Qual é a maior população que mora no bairro do Bexiga? Italianos. Qual a maior população que mora na cidade de Tiradentes? Negros. Voltando um pouco na história. Originalmente, a população que morava no bairro da Liberdade era negra. As mais importantes organizações políticas dos negros surgiram no bairro da Liberdade, como por exemplo a Frente Negra Brasileira, na década de 30.

Originalmente a população que povoou o Bexiga foi a população negra. Ali tinha um quilombo chamado Saracura, onde nasce a grande reinvenção da dinastia que é o Grêmio Recreativo e Cultural - Escola de Samba Vai-Vai. Só muito recentemente esses bairros se transformaram em bairros de japoneses e de italianos. Houve um processo violento de exclusão da população negra do centro de São Paulo. A mesma coisa aconteceu em Salvador, em Recife, no Rio de Janeiro.

Por exemplo, sabem de onde vem a palavra favela? Favela é uma planta que dá no sertão baiano. Depois que o Exército brasileiro massacrou a população de Canudos, depois de estuprar, de degolar, trouxe parte desta população para o Rio de Janeiro e segregando-a num morro. Como favela nasce no morro e era uma planta resistente, a população resolveu dar este nome àquelas habitações. O mesmo processo se deu também em São Luiz do Maranhão e em São Paulo. É por isso que hoje a população negra mora em bairros que a pessoa leva duas horas para chegar até ele. Isto é segregação. Isto é discriminação espacial. São coisas diferentes da noção de preconceito.

O que é racismo? É não namorar com uma branca? É pensar em uma seleção só de brancos? É a noção de superioridade de uma raça em relação à outra? Mas o problema pior do racismo é que ele faz com que a população negra viva menos do que a população branca, independente da sua consciência. Não é o problema de você ter amigos negros ou brancos. Não é o problema de você namorar brancos ou não. O problema do racismo é que ele cria um mecanismo social em que as pessoas morrem mais que as pessoas brancas. Por exemplo, um jovem negro que mora na periferia tem 70% mais possibilidade de ser morto do que um jovem branco, pela violência policial, pela violência do tráfico, pelas violências sociais, etc. Uma menina negra na idade de vocês têm cerca de 80% mais possibilidade de se engravidar do que uma menina branca. E assim por diante.

Por exemplo, fui a um médico e ele começou a me falar, porque vou fazer 41 anos, que tenho propensão a diabetes, a hipertensão, a ataque cardíaco, a

câncer na próstata. Estou arrebatado. Esta é a questão básica do racismo e é fundamental ter consciência disso. O racismo elimina condições materiais de vida. Ele condiciona a forma de nascimento, de vida e de morte dos afro-descendentes. Por isto é fundamental entender esta discussão, porque para cada uma dessas ações, temos que lutar de forma diferente.

Vou me restringir à idéia que acho básica que precisamos discutir e entender mais por que é importante lutarmos por igualdade de condições. Igualdade de oportunidade, o Hélio matou a parada quando ele fez essa leitura analógica das meninas. É isto mesmo. Mas igualdade de condições tem algumas implicações que são muito mais profundas. Não basta só a lei assegurar. É necessário que se crie outros mecanismos. Ela implica em três tipos diferentes de ação política. Pelo fato de estarmos diante de um deputado estadual e na Assembléia Legislativa, estas reflexões têm que se transformar em leis concretas.

O que seria criar condições favoráveis do ponto de vista das condições? São necessárias profundas mudanças estruturais, políticas pontuais e políticas compensatórias. A junção dessas três políticas.

O que são políticas estruturais? Por exemplo, uma escola na periferia de São Paulo recebe menos recurso do que uma escola no centro de São Paulo. Recordo-me quando era assessor na Câmara Municipal que o Orçamento de São Paulo, na época, era de 6 bilhões de dólares. Cerca de 4 bilhões eram gastos na região central de São Paulo e 2 bilhões na periferia. O grosso da arrecadação dos recursos da cidade eram feitos na periferia, mas ela não recebia isto de volta.

Mudança de políticas estruturais significa mudar esta ordem de distribuição dos recursos. É preciso investir mais em saúde, em educação e mais nas áreas sociais. Tem que mudar radicalmente a forma de direcionar os recursos na cidade e no Estado de São Paulo.

O que são políticas pontuais? Por exemplo, não sei se vocês sabem que existe uma doença chamada anemia falciforme. A população com ascendentes africanos tem maior possibilidade de ter este tipo de doença. Na minha família, por

exemplo, três primas minhas têm essa doença, sendo que duas já morreram. Esta doença é fatal e o tipo brasileiro é o pior. Existe uma programa chamado “Programa Nacional de Anemia Falciforme”. Quando se pensa em políticas pontuais é adotar políticas como esta, voltada para o atendimento específico da população afro-descendente, naquilo que ela tem necessidade.

Por exemplo, as escolas não têm um curso decente de História da África, falando da África antes da chegada dos europeus. Os professores não se qualificam para isso. Recentemente é que foi implantado na USP o curso de História da África. Muitas vezes as pessoas não têm vontade ou didática para ministrar esta disciplina. Não tem nem mapa da África.

Pensar em políticas pontuais é pensar em políticas que vão no sentido de criar condições materiais de poder aplicar numa escola, por exemplo, uma política específica para a população negra.

O que seriam as políticas compensatórias? É compensar mesmo. É renda mínima. É pagar para o aluno que está na sala de aula para que tenha condições mínimas de competição. Sempre me recordo de um fato quando era pequenininho. Eu era muito pobre. Eu ia para escola e tinha muita vergonha porque não tinha condições de levar um lanche. A professora Nicinha, que carrego no coração até hoje, com a maior das boas vontades escalou um pessoa na sala de aula para levar lanche para mim. No intervalo, eu atravessava a sala de aula e pegava o lanche com o João para comer. Eu achava aquilo terrível, mas era o que eu podia comer. Um ano depois, começaram a ter merenda escolar. Isto provocou uma pequena revolução na minha auto-estima, porque eu não precisava mais do João para poder comer lanche. Uma loucura tudo isso. É importante se pensar políticas compensatórias que vai desde o lanche até assegurar material de qualidade, como por exemplo, uma cesta básica para o estudante poder estudar. Ter cadernos, lápis, livros, coisas mínimas. Tem que se pensar em políticas mais amplas que possam assegurar a igualdade de condições para que esta população

tenha condições de construir e reconstruir a sua história, a sua vida num cenário diferente.

E falando sobre auto-estima e até em homenagem à D.Silvia de Oxalá, que está aqui, lembrei-me de um mito. Gosto muito de contar os mitos africanos, porque trazem lições extremamente importantes de vida, para podermos entender o que somos. Há no mito Iorubá, uma figura chamada Adijalá, que no Brasil as pessoas conhecem como se fosse Oxalá. Mas não é. É Adijalá, o grande oleiro celestial. Adijalá, diante do forno celestial vai temperando as pessoas, para poder tirar daquele forno. Aí Olodumari dá o sopro da vida a esta pessoa. Quando ele fazia uma massa legal e colocava no forno, saía um ser guerreiro, bonito, forte e poderoso. Só que ficou bem cozido. Era o cara que tinha axé para fazer as coisas. É a pessoa bonita e guerreira por excelência. A pessoa que está disposta a transformar o mundo, como fez Ogum. Mas às vezes, ele era meio distraído e as pessoas saíam mal cozidas. Elas recebiam também o sopro da vida, mas eram mais clarinhas. Esta cultura é a etnocêntrica, como todas as outras culturas. Mas o genial é que ela concebia a possibilidade da diversidade humana e todos eram respeitados porque eram seres humanos. Desde os cozidos até o maus cozidos. O que era extremamente bom nisto é que esta cultura foi capaz de colocar as pessoas em condições de igualdade diante do pé do Orixá. Aos pés de Orixá todos são iguais. Eles cantavam uma cantiga muito bonita que dizia assim:

É entoado o canto.

O SR. JUAREZ TADEU - Esta cantiga quer dizer mais o menos o seguinte: Aquele que moldou a minha cabeça, aquele que moldou o meu nariz, os meus olhos e que plantou em mim o oráculo, que é o coração, é o Orixá que eu iria adorar.

Então diante dele nós todos somos iguais. Este é o grande legado que a cultura africana tenta passar para a juventude preta, branca, cor de abóbora, cor

de rosa, vermelha, amarela, bem ou mal cozida e que nós podemos construir uma coisa diferente, desde que tenhamos a consciência que somos diferentes e por sermos diferentes merecemos estar juntos nesta grande orquestração que é a humanidade.

Fico por aqui e vamos para o debate.

O SR. NIVALDO SANTANA - O professor Hélio tem as suas tarefas e responsabilidades acadêmicas e precisa se retirar para se dirigir à universidade. Em nome da Assembléia Legislativa e dos organizadores deste evento, agradecemos a sua presença e grande contribuição que deu ao nosso seminário. Muito obrigado Hélio. Até mais.

Os quatro palestrantes abordaram a temática proposta sob ângulos diversos. Estamos gravando tudo e quem estiver interesse em obter o conteúdo das palestras é só entrar em contato com o nosso gabinete.

Acredito que dois grandes objetivos já foram cumpridos. A partir do depoimento dos quatro palestrantes, este seminário vai fazer parte do Fórum São Paulo Século 21, da Assembléia Legislativa, que está debatendo diversos temas importantes na área da educação, saúde, ciência e tecnologia, economia, os mais variados problemas. Pela oportunidade da comemoração do mês da consciência negra, estamos debatendo também a questão étnico-racial. Esta mostra começou ontem, com a exposição de quadros, esculturas, shows musicais, que está sendo apresentado no hall da Assembléia. Todos vocês estão convidados para ver isso. Hoje, tivemos este evento.

Registramos também a presença de algumas personalidades que militam no Movimento Negro, como José Apóstolo Neto, professor da Faculdade Adamantina Integrada, a mãe Silvia de Oxalá, já citada, João Carlos Mazin, presidente do Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro do Estado de São Paulo, José Levino de Jesus, Secretário Geral da Afuse, entidade que

representa a educação pública do Estado. Temos também o público majoritário e mais importante que são os alunos e professores das três escolas aqui presente.

Essa intervenção serviu para enriquecer o conhecimento de cada um deles e serve também como uma contribuição extra-curricular para colaborar na formação de uma juventude que vai dirigir este país, e é bom que dirija com uma cabeça mais arejada e avançada.

Vamos abrir a palavra para o debate, mas o nosso tempo é limitado. Quem quer fazer pergunta, falar alguma coisa, dar opinião, de viva voz ou por escrito, peço que levante a mão.

Peço para as cinco pessoas que levantaram a mão para fazer uso da palavra que venham à frente, digam o seu nome e a que entidade pertencem. Cada uma terá o tempo de três minutos para fazer a sua exposição.

O SR. VALDEMAR - Sou participante de pastoral afro, principalmente da Igreja da Acherupita, na Bela Vista e também sou da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

A minha pergunta é para a Mesa a respeito do problema da consciência negra, porque nós, negros, não temos ainda esta consciência. Particpei do antepenúltimo censo do IBGE e todos nós sabemos que, depois da Nigéria, o Brasil tem o maior contingente de negros. Moro na Vila Santa Catarina, no Jabaquara. Eu até a casa de negros com o formulário do censo e perguntava para uma moça: “Qual é a tua cor?”. Ela me respondia que era moreninha, ou mulatinha ou jambinho. Ela dizia que não era preta. Então, eu colocava que era branca. Gostaria que a Mesa se manifestasse a respeito do nosso povo que parece ter vergonha de assumir a negritude.

O SR. NIVALDO SANTANA - Vamos primeiro ouvir todas as perguntas. Depois os palestrantes vão responder em bloco e fazer as considerações finais.

Com a palavra a ex-deputada estadual desta Casa, Teodosina Ribeiro.

A SRA. TEODOSINA RIBEIRO - Não vamos fazer perguntas. Apenas gostaria de agradecer, apesar da ausência, ao Professor Hélio, porque segunda-feira passada, aqui na Assembléia Legislativa. teve uma sessão solene, com a indicação do Deputado Néelson Salomé e o Professor Hélio fez menção à nossa participação durante três legislaturas aqui na Assembléia Legislativa, quase 16 anos entre vereadora e deputada.

Quero também cumprimentar o Deputado Nivaldo Santana que naquele dia fez um relato muito profundo da importância da participação do negro na reflexão da consciência negra.

Agradeço também ao Celso Fontana que fez referência a nossa passagem pela Assembléia Legislativa.

Fizemos anotações de todos os expositores da brilhante Mesa. Quero cumprimentar o jornalista Juarez, que não tivemos oportunidade de ouvi-lo anteriormente. Hoje ficamos emocionados com esta juventude, inteligência e a riqueza da informação da sua formação familiar. Juarez demonstra que, não é por ser pobre que o indivíduo não vai ter condições de vitória na vida. Temos vários exemplos. A exposição de Juarez nos trouxe uma riqueza muito grande que vamos ter oportunidade de passar nas nossas palestras e conferências que temos participado.

Também viemos de uma família pobre, mas estruturada. Papai era militar da Força Pública e conseguiu formar três filhas. Duas professoras e uma enfermeira. No meu caso, esta formação muito contribuiu quando fui eleita. Fui eleita pela primeira vez como vereadora da cidade de São Paulo, a primeira negra eleita vereadora no Estado de São Paulo, sendo a segunda mais votada. O primeiro foi Freitas Nobre. Jornalista famoso na época. Quem me elegeu? A comunidade negra. A professora Eunice, naquela época menina, com a sua família, Mãe Silvia, uma das grandes colaboradoras com a sua secretária, Dr. Mário e sua família, enfim foram as famílias negras que me elegeram pela primeira vez a

vereadora de São Paulo. Na Câmara Municipal de São Paulo chegou uma professora e não uma analfabetizada. Não chegou também aquela negra dizendo: “Sim senhor.” Chegando na Câmara Municipal já fizemos parte da Presidência da Comissão de Educação. Tudo isso devo à minha família em termos de educação profissional.

Depois fui eleita deputada aqui desta Casa. Fui a primeira mulher negra eleita no Estado de São Paulo e a quinta mais votada. Tudo isso não é uma vaidade pessoal, mas uma consciência negra na época que nos trouxe aqui. Olhando essas placas com a relação dos nomes dos deputados, vocês podem verificar que o nosso nome está em três placas consecutivas.

A nossa satisfação hoje é verificar que as sementes que nós e todos os companheiros que colaboraram conosco, plantaram, é de que está num crescente em termos da participação política do negro no Estado de São Paulo e quiçá no país.

Com isso estamos observando, conforme foi relatado aqui, que várias candidatas mulheres tantas negras, como brancas, ainda não conseguiram êxito para poder participar deste contexto político. Hoje não me lembro bem quantas deputadas temos aqui, mas na legislatura passada eram 11 deputadas. Então, não é só a mulher negra, mas também a mulher de outras etnias, tem dificuldades em sensibilizar, de conscientizar a população brasileira, para que a mulher também tenha esta participação, porque percebemos que em todos os segmentos da sociedade ela está avançando cada vez mais.

Fizemos esta referência não à nossa pessoa individual, mas colocando como aquela que está participando do processo político. Continuamos com o nosso trabalho. Não é porque não estou nesta Casa que não volto para poder dar nosso depoimento. Com isso quero ser uma referência para realmente as mulheres e a necessidade dessa participação para poder entender, cada vez mais, e principalmente a mulher negra, porque nós vamos depender de, cada vez mais, aprimorarmos a consciência negra, que vários expositores já relataram aqui, para

podermos chegar, pelo em menos, em porcentagem no Brasil, a uma participação consistente e não como já foi dito que, pelas estatísticas, praticamente o negro não existe no Brasil e no Estado de São Paulo. Obrigada.

O SR. NIVALDO SANTANA - Ouvimos a ex-deputada estadual Teodosina Ribeiro.

Vamos ouvir agora o Professor Salomão.

O SR. SALOMÃO - Sou professor na rede pública estadual, dou aulas em uma escola em Itapeverica da Serra e sou doutorando em História pela Universidade Católica. Estou aqui na condição de um cidadão negro, querendo me informar e partilhar com os meus irmãos e irmãs, negros-mestiços e solidários brancos neste processo de transformação deste país numa democracia de fato.

O Juarez estruturou o seu raciocínio em três níveis, apontando o caminho que a luta das organizações negras deve tomar. Um de políticas estruturais, um de políticas compensatórias e outro de políticas pontuais. Entretanto, os modernos grupos negros organizados, os atuais, os recentes, que emergem a partir da década de 70, estão pulverizados pelo Brasil afora. São ricos em experiências. Porém, não tem existido por parte das lideranças e dos militantes negros, dos grupos negros melhores estruturados, uma preocupação em criar canais e participações comuns.

Pergunto ao Juarez: Temos a receita nesses três níveis que ele apontou. Então, qual é o caminho para levar esta força social enorme, que são os grupos negros organizados, a se transformar em força política, porque força social já é. Em resumo, como pensar um caminho de transformar os grupos negros organizados de força social em força política?

O SR. EVERSON SOARES DE OLIVEIRA - Sou educador e milito em algumas entidades, sou ex-vice presidente da Uesp-União das escolas de

samba paulistana e milito atualmente em duas entidades. Uma é o Grêmio Maravilha, que trabalha com jovens. Temos vários projetos de capacitação profissional para os jovens e adolescentes. A outra é a nossa entidade, que é uma escola do Brás, uma escola do meu coração.

Quero fazer uma pergunta mais ou menos na linha da que o professor fez, dirigida à Mesa, mas mais especificamente para o Juarez.

Em primeiro lugar quero dar os meus parabéns pela composição da Mesa e a organização do evento. Está muito bonito e acho que deu para compartilhar e estamos levando algumas coisas aqui muito importantes.

Parece que existe uma exclusão ou uma separação entre as entidades que são efetivamente do Movimento Negro e o samba. Por que esta palestra, este trabalho não é levado para o samba? O samba tem dentro do seu bojo condições de fazer a grande transformação que o Brasil precisa. Faço esta pergunta para o Juarez, até porque ele falou que é sambista e é Vai-Vai.

O SR. NIVALDO SANTANA - Peço ao Sr. Celso Fontana para coordenar os trabalhos por alguns minutos, porque tenho que sair, mas voltarei rapidamente.

A SRA. MARILZA - Estou muito feliz em ter encontrado aqui uma pessoa que há muitos anos não via, porque fui funcionária da Dra. Eunice Prudente, na época que ela era Superintendente do Ipem. Na época eu tinha muitos problemas de saúde e dificuldades de estar me encontrando.

Não conheço o vaivaiano, mas o Ileo Modadá da Vanda e do Gilberto de Exu. O senhor emocionou muito ao contar a sua história, vi lágrimas chegarem aos seus olhos e senti que o senhor é uma pessoa realmente dedicada à nossa causa. A minha benção à mãe Silvia. Eu também vou ter que me ausentar e não poderei participar de toda movimentação do dia hoje porque estou a caminho do meu “decá” e dentro de poucos dias também serei uma “iá”. A Dra. Eunice conhece, sou mãe de

gêmeas, e dentro da colocação do rapaz, aquela verdade que Oxalá conseguiu quando tive em meu ventre duas pessoas totalmente diferentes, embora do mesmo sexo. Não sou militante de nada, sou simpatizante de tudo e me interesso por tudo, até porque tenho que definir o caminho a seguir, o melhor para a população que vou me dirigir. Como sou contadora, bacharel em ciências contábeis, que consegui com muito esforço, o que posso falar mais da vida escolar é que isso ocorre com todo mundo, é uma brecha que eu acho deixa muita coisa no ar, o problema de repetência, que aconteceu comigo. No meu caso, por exemplo, fiz o primário, da primeira à quarta série normal; o ginásial fiz em seis anos, ou seja, tive duas repetências, e no meu histórico aparece vazio esses dois anos que fui reprovada, sendo que freqüentei o curso. Vejo isso também nos currículos de outras pessoas, porque durante esse esforço todo para conseguir me formar recorri a várias formas, e verifiquei que ficam aqueles vazios que dão a impressão de que nesse período o aluno não freqüentou o curso, deixando uma idéia de marginalidade, sendo que também esse aluno não entra na estatística do orçamento escolar, que deve deixar um espaço para rombos na área da educação. Gostaria então que isso fosse visto de uma maneira melhor de estar administrando o histórico escolar dos alunos, para não ficar esse espaço que dá margem a vários entendimentos negativos, que podem até prejudicar o aluno, sendo que na verdade ele competiu, tentou, não conseguiu, mas se esforçou, então isso deve ser computado. Adorei o seminário e conto com o seu resultado positivo. (Palmas.)

O SR. NIVALDO SANTANA - Pedimos aos dois últimos oradores que sejam breves, devido ao tempo já decorrido.

O SR. JOSÉ L. DE JESUS - Boa tarde Sr. Deputado Presidente da Mesa, boa tarde debatedores, platéia. Sou secretário de política social da Afuse, Sindicato dos Funcionários Servidores da Educação. Fiquei meio surpreso que o convite que me foi endereçado para o lançamento da cartilha às 14:00 horas. Por

ironia do destino ou não tive que seguir os companheiros acompanhando um projeto nosso na Câmara, vim então com eles, sendo que alguma coisa me cutucava que eu tinha que subir para cá. Primeiramente quero agradecer ao Juarez, que nos sensibilizou muito com o seu pronunciamento. Nós que moramos numa cidade a 500 quilômetros de São Paulo, para vir aqui para qualquer evento é uma luta muito grande, pois gasta-se por volta de cem reais e às vezes o sindicato não tem como bancar isso. Quero pedir encarecidamente ao Deputado Presidente e a todos os membros aqui que tudo que vocês tiverem sobre a comunidade negra, enviem ao meu sindicato, que a nossa intenção, eu moro em Penápolis, mas fico em Araçatuba, onde este ano, a partir de janeiro, estarei com o meu escritório montado lá para tratar sobre algum assunto referente ao negro. Algum material que temos que já serviu para alguns alunos fazerem um trabalho de debates nas escolas no interior. Tenho só o quarto ano de grupo, Deus fez com que eu tivesse que trabalhar para ajudar no sustento da família, que no interior é mais difícil, então fui trabalhar num cinema, na sala de projeção, sendo que não pude continuar os estudos, mas com o meu quarto ano de grupo, no meu linguajar simples, caboclado ou não, dou a minha mensagem quando é preciso. O fato que mais marcou na minha vida foi em meados de 1984, quando o Montoro lançou reintegrar o negro à sociedade. Ficamos empolgados, arregaçamos as mangas e pensávamos que iríamos transformar o mundo. Quebramos a cara porque a sociedade branca não deu espaço para montarmos o nosso escritório, não dava espaço para nada. Começamos a fazer reunião nas casas, sendo que na primeira compareceram três, quatro pessoas e no fim estávamos com cento e poucas pessoas na reunião, só que não havia espaço para esse pessoal, o que nos chocou muito, pois esbarramos na burocracia da Prefeitura que não dava espaço, no fim tivemos um espaço numa sala pequena que cabiam dez pessoas, o resto ficava fora. Achávamos que nós, lá longe, tínhamos o mesmo espaço, a mesma liberdade, a mesma conquista que vocês na grande cidade poderiam ter, mas não foi assim. Tentamos montar um movimento da comunidade negra, não foi possível, não conseguimos porque não tínhamos força,

não tínhamos ajuda, nada. Conheço a Associação Afro de Araçatuba, freqüento na medida do possível, onde há uma estrutura boa mas longe do desejado. Peço então encarecidamente que a minha Secretaria social, gostaríamos de ter todo acervo que vocês pudessem nos enviar para podermos distribuir; vou distribuir para 80 sub-sedes e para 20 macros no Estado de São Paulo. Tudo que eu tiver vou tentar reproduzir e passar para frente, fazer um trabalho a nível de escola porque trabalhamos com escola, mas não posso deixar o social, Amigos de Bairro, a sociedade como um todo. A minha vinda aqui foi para questionar isso: por que não vingou reintegrar o negro na sociedade. Caminhou muito, mas tem ainda muito a desejar. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. NIVALDO SANTANA - Por favor, vamos só dar uma concentrada final, depois vamos dar, como o Juarez falou, uma merenda a todos.

O SR. AFONSO CORREA DE SOUZA - Em primeiro lugar quero cumprimentar a Mesa e agradecer o nosso excelente e nobre Deputado Nivaldo Santana pelo convite que me enviou. Moro na Rua Guilherme de Melo, 187, no Imirim, sou representante da Pastoral Afro-Brasileira na Zona Norte, região Santana. Como é agradável uma platéia como esta, tantas pessoas conscientizadas. É bom trabalhar na região Santana, Casa Verde, Vila Guilherme, Vila Maria, pessoas mais politizadas e mais conscientes. É mais difícil trabalhar nos bairros da periferia como Jaçanã, Vila Galvão. Nesses sete anos na Pastoral sinto que o povo branco, que os nossos irmãos brancos estão mais conscientizados na periferia do que os nossos irmãos negros. Faço uma pergunta e um pedido: o que podemos fazer para ajudar a conscientizar esse povo da periferia? É este o meu pedido e a minha pergunta. Obrigado. (Palmas.)

O SR. NIVALDO SANTANA - Vamos pedir para os palestrantes responderem de forma sintética todas as indagações e, aproveitando, já fazer as considerações finais. Vamos iniciar com o Sr. Celso Fontana.

O SR. CELSO FONTANA - Serei sucinto pelo horário mas, na verdade, ao pessoal que indagou sobre samba, queria dizer que é uma vontade que temos muito grande, acho que de todos os ativistas da luta contra o racismo de querer fazer essa integração com as escolas de samba, com os blocos carnavalescos e trabalhar a consciência negra não só no mundo do samba como no movimento de moradia. Os sem-terra agora estão criando núcleos de discussão sobre a questão relações raciais e colocar, é claro, mais gente nesse debate, porque o debate ajuda a consciência e é um saber para transformar. Não é fazer como o Kut, um grande escritor negro atual fala, que os brancos ficam “estudando, estudando, estudando”, e depois não resolvem nada. É estudar para decidir e para intervir na realidade, e melhorar a realidade para a grande maioria da população.

Sobre o material para a Afuse, é claro que com grande prazer; se a Afuse fizer eventos e nos convidar, tenho certeza de que a maioria os ativistas do Movimento Negro se dispõem a colaborar, viajar e fazer debates.

Sobre repetência e evasão escolar, há mecanismos que desencorajam às vezes estudantes negros e de periferia a permanecerem na escola, seja pelo racismo dentro da sala de aula, que é uma discussão longa que não vamos falar aqui agora, mas o professor que presencia uma situação de racismo tem que parar a aula, colocar para fora o estudante agressor ou dar uma dura pública. Não pode o professor, como sabemos que acontece de vez em quando, o professor rir junto e humilhar mais ainda o aluno já agredido ou pela piada racista ou pela maledicência, o que for. Isso não pode.

Para encerrar queria dizer que tanto na parte da interiorização, é claro que é uma sugestão para a Assembléia Legislativa, a idéia de se ter eventos

itinerantes da própria Assembléia Legislativa, quer dizer, se não dá para a turma de Penápolis e de Araçatuba às vezes vir aqui, quem sabe as comissões permanentes aqui da Assembléia Legislativa não podem fazer eventos, como já há alguns casos assim, no interior do Estado ou no litoral, mas fora da Capital. A comissão presidida pelo Deputado Nivaldo Santana já teve diversas audiências fora da Capital. É importante trabalhar com a questão da periferia, invertendo as prioridades e garantindo aos moradores e estudantes de periferia um maior acesso aos debates, às riquezas da cultura e da arte. Muito obrigado, agradeço de público e espero que consigamos depois divulgar os resultados deste Seminário. Obrigado. (Palmas.)

O SR. JUAREZ TADEU - Serei breve também. Gostaria de me ater a duas coisas: a questão da consciência e da organização. Nos anos 70 o Censo não registrava cor, porque a ditadura militar achou que seria melhor não saber o quanto de negros havia no Brasil, não temos então dados dos anos 70. Nos anos 80 deixou livre, livre classificação, então foram mais de 100 denominações diferentes de cores, como cor-de-rosa mais escuro, pretinho ao entardecer, etc. Nos anos 90 houve um avanço. Optou-se trabalhar com quatro denominações: o branco, o preto, o pardo e o amarelo; assim trabalhavam os recenseadores. Por exemplo, quem é branco? Eu sou um recenseador, pergunto a vocês: quem é branco levanta a mão; quem é pardo levanta a mão - pardo seria o antigo mulato; quem é moreno levanta a mão; quem é preto levanta a mão. Valdemar, por favor, vem para cá. Vou perguntar novamente: Quem é branco, quem é preto, quem é pardo, quem é amarelo. Agora vamos trabalhar com outra idéia. Quem é branco? Quem é não branco? Visualmente dá para ver que a definição de identidade é uma questão de poder. Se todos os não brancos da sociedade brasileira se considerassem negros, obviamente essa sociedade seria muito diferente, porque os negros teriam condições de exercer o seu poder político. Então a questão da consciência não é um problema individual, mas um problema político. Ainda mais porque no Brasil a idéia do estado é não permitir que a população não branca seja maior. Essa é a questão central, mesmo

se admitindo que no próximo século a população não branca será maioria absoluta na sociedade brasileira, como era há 150 anos. Então a questão de definir se é preto ou não é questão de poder. Por que nos Estados Unidos o estado define quem é preto e quem é branco? Porque lá o negro é minoria. Juntando tudo, é minoria. No Brasil, se juntarmos tudo, é maioria. É diferente, é a questão de poder. Segunda questão: você levanta o braço, tem pessoas que seriam classificadas, há uns anos, como branca, sendo que hoje se classifica como parda, o que é um avanço político considerável! Tem pessoas que hoje se consideram negras, há uns anos se consideravam pardas. É um avanço extraordinário. Há na sociedade brasileira um processo lento, mas gradual de as pessoas irem construindo uma identidade. Houve há pouco tempo uma pesquisa que mostrou que com a população jovem, se pegássemos há dez anos e perguntássemos qual a sua cor, muitas pessoas diriam: “Eu sou de cor”. Hoje a ampla maioria diz: “Eu sou negra”. Isso é um avanço extraordinário, propiciado pelas escolas de samba, pelos pais lalorixá e Babalorixá, pela capoeira, etc. Um terceiro aspecto, não é um problema só de identidade e consciência do negro, que o branco brasileiro fala que é branco envergonhadamente! Quem é branco, as pessoas levantavam a mão timidamente. E é um fato, o Brasil tem uma crise de identidade brutal, que todos nós temos que aprender a lidar com isso e pensar alternativas para isso. É por isso que o Movimento Negro tem feito uma coisa que acho extraordinária, que é de pensar que aqueles que têm ascendência africana são afros descendentes. Não é uma idéia só meramente lingüística, mas uma questão política. É por isso que nesses últimos 30 anos as pessoas estão se dedicando a estudar melhor isso. Essa é mais ou menos a idéia do que penso sobre a questão da consciência. Não daria para responder tudo, tal, mas a segunda coisa que acho legal, que o Salomão perguntou: Qual é o caminho? Tem as necessidades das políticas estruturais, das políticas pontuais e das políticas compensatórias. Qual é o caminho? Respondo alto e em bom português que não sei. Há uns anos tínhamos a arrogância de achar que andávamos com o saco da verdade no bolso da calça, que a pessoa perguntava

alguma coisa, a gente abria, estava pronto. Acho que isso não resolve a situação, porque a questão racial tem que ter mecanismos diferentes. Por exemplo, é comum num debate alguém perguntar o seguinte: Mas em Salvador a maioria da população é preta, por que não tem políticos pretos? É comum ouvirmos isso. Não levamos em consideração que Salvador é provavelmente uma das cidades mais racistas do Brasil, quiçá do mundo, onde há um apartheid físico violentíssimo. Acho que temos que começar a pensar em mecanismos novos para pensar a questão racial. Estive há pouco tempo num debate na Bahia e uma professora, Luíza Barrios, trabalhou com uma idéia que achei muito boa, que é a seguinte: ao invés de pensarmos quantitativamente quantos parlamentares, quantos sindicatos, que são importantes, tem que ter, faz parte da história, seria importante perguntarmos até que ponto a população negra mudou o processo cognitivo da sociedade brasileira, ou seja, até que ponto a sociedade brasileira passou a pensar a questão racial. Há dez anos a discussão da sociedade era muito diferente do que é hoje. A população negra é vitoriosa nesse debate político porque ela mudou a cabeça de se pensar a questão racial no Brasil. Hoje o sindicato discute escola de samba, no meio do candomblé, em todo lugar se discute a questão racial. Acho então que ao invés de pensarmos quantitativamente, talvez fosse legal pensarmos qualitativamente, qual foi o avanço qualitativo que trouxemos para a sociedade brasileira. Penso hoje da seguinte forma: há 50 anos eram poucas as entidades e organizações negras; hoje temos muito mais entidades negras, hoje temos as escolas de samba discutindo a questão racial pelo Brasil afora, tem os grupos de capoeira, tem os sacerdotes afro-descendentes, a juventude. Um espetáculo extraordinário, a experiência do hip hop, do rap na periferia de São Paulo é uma coisa muito importante. A experiência é similar à experiência dos Quilombos, onde se tinha uma experiência de pessoas que iam, faziam, pensavam; era avançado? Sem dúvida. Tem um processo de aprendizado? Sem dúvida alguma. Está pronto e acabado? Não. Então não sei o caminho, mas gostaria de ficar como idéia: para a pesquisa que faço entrevistei várias pessoas, sendo que entre elas a Mãe Cantu, que é laegué do Ileaxé da

Bahia, ela tem 100 anos de idade. Perguntei: Mãe Cantu, mas como é essa história? Ela falou: Primeiro a gente nasce e tem dificuldade para caminhar, então você vai se arrastando. É difícil mas você aprende a se arrastar. Depois aprende a engatinhar; é difícil mas aprende a engatinhar. Depois aprende a andar, depois a correr. Quero ficar com essa sabedoria. Estamos num processo que estamos aprendendo a nos arrastar, a engatinhar, a andar e a correr. Como é que se faz isso? Fazendo. Alguém tem o segredo? Não. Alguém traz a verdade no bolso da calça? Não. Vamos errar muito? Vamos. Mas qual é o problema de errarmos tanto? É que o Brasil provavelmente é o único país em que o Movimento Negro está sozinho na construção de conceitos. Provavelmente é o único. Nos Estados Unidos tinha de um lado os judeus, tinha os que também eram discriminados, os irlandeses, na Inglaterra tem essas populações também. No Brasil não! A história de construção de conceito sobre a questão racial e da luta política racial tem sido isoladamente travada pelos negros. Tem um ou outro que é solidário, mas fundamentalmente é pelos negros. Cada passo que se dá tem alguém atrás tentando puxar a sua escada. Para nós é mais difícil, para nós tem sido muito mais complicado. Escreve-se um livro fazendo afirmação da negritude, vem dez livros negando o que se escreveu, tentando te desqualificar. Para nós, então, tem sido mais difícil. Acho que o caminho é fazermos, é tentarmos, potencializando quem está fazendo.

Por último, agradeço a oportunidade de ter participado deste evento. Sempre trabalho com a seguinte idéia, que acho fundamental: eu era pequeno, meu pai estava preso, pois ele ficou muito tempo preso numa prisão de segurança máxima em Taubaté. Quando eu saía na rua, eu andava com roupa clara para fazer educação física, na época eu ainda não freqüentava a umbanda, tinha um menino que sempre cantava assim: “Nego fedorento, bate a bunda no cimento, pra ganhar mil e quinhentos”, e isso todos os dias. Aquilo me encheu o saco. Conversei com o meu pai, um homem extraordinário, assim como a minha mãe, ele me perguntou: “Qual é o tamanho dele?” Falei: “Ele é grande”. “Você pode dar uma pedrada nele?” Falei que achava que não. “Você pode dar uma paulada?” Falei que achava que

podia. Ele disse: “Então vai lá e resolve o problema dessa forma”. Fiquei numa esquina e o cara foi cantando: “Nego fedorento, bate a bunda no cimento, pra ganhar mil e quinhentos”. Chamei o cara, que veio todo pimpão. Aí dei-lhe uma paulada na cabeça. Que loucura! Qual a experiência disso? Eu abri a minha cabeça tentando aprender politicamente o que é ser negro, e ele abriu a cabeça tomando uma porrada. A melhor forma de se pensar a questão racial é através do conhecimento, da ação política e da consciência. É melhor abrir a cabeça dessa forma, com esses mecanismos, do que através de uma paulada.

Convido todos vocês a fazer parte dessa ação política, de abrirem a cabeça conscientemente, para que mais tarde ninguém tenha que abrir a cabeça de vocês na base da porrada. (Palmas.)

A SRA. EUNICE - Agradeço muito a oportunidade. Encerrando e tendo por base o que já foi muito bem explanado pelo Juarez e pelos que passaram aqui, porque as perguntas, na verdade, trouxeram também muitas considerações. Essas ações em conjunto, são ações políticas, as que o Juarez se referiu são fundamentais neste momento. Precisamos muito valorizar e fortalecer a sociedade civil, e o Movimento Negro, também como muito bem afirmou o Juarez, é uma parte ou é a base dessa sociedade civil porque, como ele disse, está aí formulando conceitos e todos seremos envolvidos. Este é o momento realmente de fortalecermos as diversas organizações sociais, associações; muitas lideranças estão aqui presentes. Não é mais suficiente ser, com aspas, “um pacato cidadão”. Isso não é suficiente. A participação das pastorais, no caso das diversas associações em torno da questão racial ou do Movimento Negro é, neste momento, muito, muito importante. Por quê? Porque estamos vivendo sob a égide de uma Constituição Federal social, que propõe um estado social, mas constantemente ela vem sendo violentada pelo Governo Federal e por maus representantes do povo no sentido de mudar tudo isso, no sentido de que o pacto social de 88 seja de alguma forma destruído, sendo que o que documenta esse pacto é a Constituição. Sob a

égide da atual constituição é perfeitamente constitucional, é perfeitamente legal a prática dessas ações afirmativas que foram aqui muito bem propostas. O caso lá das duas moças, alguém vai ter que receber o tratamento diferenciado para que o segmento que ficou em atraso, prejudicado, ou que foi escravizado, como muito bem conceituado aqui pelo Dr. Fontana, para que esse segmento também chegue ao desenvolvimento. A moça que quer fazer medicina lá precisa de um tratamento diferenciado. A lei maior, a Constituição admite isso pelas propostas e objetivos - agora não dá tempo de se analisar - que ela contém. Isso não pode ser mudado. Pelo contrário, isso precisa ser praticado. É preciso colocar isso em prática. Temos que aproveitar então este momento e temos certeza que vamos conseguir. Lideranças como do Juarez, do Prof. Hélio e outros que aqui também falaram, estão no momento de se fortalecer e fazer valer, dar eficácia, fazer surtir efeito a Constituição que temos, a busca de ações afirmativas de tratamento diferenciado. A crítica da sociedade é fundamental neste momento. Parabéns aos ativistas como um todo e que todos nós deixamos de lado a posição de “pacato cidadão” e passemos a ser o “ativo cidadão”, atuando em conjunto em prol de fazermos valer o que já temos de bom ou criarmos legislações ainda melhores. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. NIVALDO SANTANA - Agradecemos o Prof. Hélio, que precisou se retirar, a Prof^a Eunice, o Celso Fontana, o Juarez Tadeu e os professores acompanhados pelos alunos das escolas.

Encerramos os nossos trabalhos, que serão retomados a partir das 14:00 horas. Muito obrigado.

29.11.2000

O SR. NIVALDO SANTANA - Boa tarde a todos. Vamos reiniciar os nossos trabalhos dizendo como a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo está incorporada às comemorações e às homenagens ao Zumbi dos Palmares e ao mês da consciência negra. Todos sabemos que o dia nacional da consciência negra é o dia 20 de novembro. No dia 20 de novembro de 1695, há 355 anos, o Zumbi foi morto num processo que levou ao fim uma experiência do Quilombo de Palmares. E como militante, disse que, primeiro era o dia nacional da consciência negra, aí as pessoas começaram a gostar e criou-se a semana nacional da consciência negra. E agora já estamos no mês da consciência negra. Então, durante o mês de novembro só se fala nesse tema. Então, a reunião de comissões do trabalho, quer dizer, é uma reunião especial, na medida em que ela não vai tratar especificamente da agenda habitual da comissão. Mas, a comissão das relações do trabalho vai se incorporar, também, nesse processo de comemoração da consciência negra e aqui vamos fazer um debate e o lançamento de uma cartilha do mapa da população negra. A pessoa que, inicialmente, procurou a comissão, que debateu, organizou e preparou tudo, que também gostaria que ficasse aqui nos ajudando na coordenação, é a nossa companheira Bel, a Maria Isabel da Silva, que é Secretária de Políticas Sociais da CUT – São Paulo. (palmas). E temos aqui, também, a comissão de relações do trabalho, e gostaríamos para que fizessem parte da mesa, o nosso companheiro Vanderlei Siraque. (palmas). O Deputado Hamilton Pereira está participando de uma outra comissão, mas fez questão de prestigiar a nossa. (palmas). Vamos chamar, também, uma figura importante do movimento sindical brasileiro, o nosso Vicentinho. Vicente Paulo da Silva (palmas). Chamarei a sucessora do Vicentinho, que é a Neide Aparecida Fonseca. (palmas). O Secretário de Emprego e Relações do Trabalho, Dr. Walter Barelli, inicialmente estava prevista

a participação dele, mas devido a um compromisso importante o impossibilitou de estar presente. Mas, ele fez questão de mandar um representante qualificado, o nosso companheiro Francisco Marsília. (palmas). Gostaríamos, também, de registrar algumas presenças ao longo dos nossos trabalhos, a presença da ex-deputada Teodosina Ribeiro (palmas). Registrar, também, a presença de um dos mais importantes estudiosos da luta do negro no Brasil, de toda essa problemática que tem suscitado todo esse debate, que é o professor Clóvis Moura. (palmas). Registrar, também, a presença do ex -vereador Vital Nolasco, do PC do B. (palmas). Tem aqui diretores do Sintaema, o Sr. Apolinário, o pessoal da Cetesb também. (palmas). O Joalve, do Sindalesp. Sou da região da Freguesia do Ó, e na década de 60, início da década de 70, fiz um curso, que na minha época chamava curso ginásial, e depois o colegial. E a escola em que passei boa parte da minha vida estudando, fiz o ginásio e o colégio, é uma escola muito conhecida na Freguesia do Ó, que é a escola Giácomo Staffori. (palmas). Então, os alunos também estão participando aqui. temos a professora Sandra e o professor Edson. (palmas). Hoje, como a nossa reunião da comissão das relações do trabalho, é uma reunião excepcional, gostaria de pedir licença para o nobre Deputado Hamilton Pereira, que é o coordenador do Fórum Século 21, da área do grupo temático Cultura, Esporte e Lazer. Então, todas essas atividades que estamos desenvolvendo, foram iniciativa, também, do deputado Hamilton Pereira, como coordenador desse grupo temático que está abordando a questão da semana da consciência negra. Até pediria licença para os deputados Hamilton Pereira e Vanderlei Siraque, passarei a palavra para a senhora Bel, que é secretária de Políticas Sociais para se fazer a introdução e explicar um pouco das motivações que a levaram a propor essa atividade conjunta aqui na Assembléia Legislativa.

A SRA. ISABEL - Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, quero, de fato, agradecer ao deputado Nivaldo Santana, que essa atividade só está acontecendo porque na sua sensibilidade, responsabilidade por discutir esse tema,

não hesitou nem meio segundo, aliás, nem milésimo de segundo em fazer conosco essa audiência pública. nós, da Central Única dos Trabalhadores, já há alguns anos, criamos, desde de 1994, a Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial e, depois, criamos em cada Estado, as nossas CUTs estaduais, as nossas Comissões Estaduais Contra a Discriminação Racial. O objetivo dessas comissões, é discutir no âmbito do movimento sindical, a discriminação que sofre o nosso povo negro, as nossas negras no trabalho, os nossos negros no trabalho e na sociedade. Então, essa atividade de hoje, nos motivou a vir até aqui, e depois os senhores irão receber essa cartilha. O ano passado, o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial, que a companheira Neide é presidente, e vai falar um pouco como surgiu e quais são os objetivos, o por quê dessa pesquisa. Mas, o Inspir é formado por uma central sindical norte americana, por centrais sindicais brasileiras, e a CUT é uma delas, e o ano passado, em outubro, foi elaborada uma pesquisa, a pedido do Inspir, pelo DIEESE, em que demonstra claramente, e que para nós tem sido uma arma poderosa para discutir com os governos, com os empresários, com a sociedade que, de fato, acontece a discriminação racial no local de trabalho. Então, a Neide estará passando depois os dados desta pesquisa. E é hoje o que queremos estar debatendo aqui hoje. Essa pesquisa foi feitas em seis capitais, em regiões metropolitanas. A região metropolitana de São Paulo é uma delas, e que vai ser o objeto da nossa discussão. Quando propusermos ao Nivaldo a comissão de emprego e relações do trabalho aqui da Assembléia Legislativa, foi para que pudéssemos, inclusive, enviamos convites para os representantes dos empresário, à FIESP, à Confederação Nacional da Indústria, enfim, a outras entidades, à secretaria de emprego e relações de trabalho, ao delegado regional do trabalho, Antônio Funari, foi com o objetivo de esses são os dados. O que o Governo do Estado de São Paulo está pensando para erradicarmos a discriminação do trabalho aqui no nosso Estado. O que a Delegacia do Trabalho está pensando e, por fim, o que os empresários estariam pensando, para que nós, ao final de nossa audiência, saíssemos com algumas ações concretas, propostas concretas para que, em

conjunto, a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado, a Delegacia Regional do Trabalho, os Empresários, o Movimento Sindical, estaríamos levando a cabo para acabar com esse câncer na sociedade brasileira, especialmente aqui no nosso Estado. Esse é o nosso objetivo. Desde a primeira conversa, que já faz alguns meses, já me senti realizada, para que membros da comissão estadual contra a discriminação racial que estão trabalhando conosco neste debate. Então, o companheiro Joãozinho, secretário geral da CUT estadual de São Paulo, nosso grande secretário geral, que também representa o Estado de São Paulo na comissão nacional contra a discriminação racial. Então, nós já nos sentimos felizes quando o nobre deputado Nivaldo aceitou essa nossa empreitada. E estamos mais felizes agora, porque estamos realizando. Estamos aqui. os senhores estão aqui. então, parabéns para todos os senhores, para todos nós que estamos aqui. Axé. E será uma excelente tarde com certeza. Muito obrigada Nivaldo e muito obrigada a todos os senhores. (palmas).

O SR. NIVALDO - Iremos ouvir os diversos oradores. Mas, para iniciar o nosso trabalho, vamos ouvir duas músicas, e um companheiro nosso Marcelo. (palmas).

O SR. MARCELO -Boa tarde a todos. A juventude ali é legal. Os senhores sabem que o músico no Brasil, tem que trabalhar de dia e morrer de fome à noite, porque o Governo do Fernando Henrique não nos dá chance. Mas, tem uma música do Chico César que retrata a realidade dos negros, dos trabalhadores de São Paulo, de todos aqueles que vieram para cá e que diz assim: “Nos olhos tristes da fita, rodando no gravador, uma moça cosendo roupa com a linha do Equador. E a voz da santa dizendo: “O que é que estou fazendo cá em cima desse andor.” A tinta pinta o asfalto, enfeita a alma. O motorista é cor na cor da cidade. Batom nos lábios nortistas...” (palmas) O tempo aqui é pequeno. Recebi o convite para vir aqui. nós que tocamos na noite, temos um trabalho também político. Inclusive estou à

disposição. Quando houver greve, qualquer confusão, é só chamar, que vamos cantar contra esse Governo Fernando Henrique. Sem problema nenhum. Eu já não tenho a ilusão de que vou vender um milhão de cópias. Em 1980, o Legião Urbana cantava essa música, e, no Brasil, pouca coisa mudou. Agora, a juventude que está aí, tem essa responsabilidade. A juventude trabalhadora, estudante, tem essa responsabilidade de fazer com que essa realidade mude. Quem souber, pode cantar. “Nas favelas, no Senado, sujeira para todo lado. Ninguém respeita a Constituição. Que país é esse? Que país é esse? Que país é esse? Que país é esse? Umas zonas, Araguaia, na Baixada Fluminense, no Mato Grosso, Minas Gerais, e no Nordeste tudo em paz. Na morte eu descanso. Mas, o sangue anda solto manchando os papéis, documentos fiéis. Ao descanso do patrão. Que país é esse? Terceiro mundo virou piada no Exterior. Mas, o Brasil vai ficar rico quando faturarem um milhão. Quando o Fernando Henrique vender as nossas almas e a dos índios num leilão de privatização.” (palmas). Mas, apesar de tudo isso, como dizia o bom e velho Gonzaguinha, é mais ou menos assim: “Viver, e não ter a vergonha de ser feliz. Cantar, e cantar, e cantar, a beleza de ser um eterno aprendiz. Eu sei, que a vida podia ser bem melhor, e será. Mas isso não impede que eu repita: é bonita, é bonita e é bonita. E a vida o que é? Diga á meu irmão. Ela é a batida de um coração. Ela é uma doce ilusão. Mas, e a vida? Ela é maravilha ou é sofrimento? Ela é alegria ou lamento? O que é? o que é, meu irmão? Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo. É uma curta, é um tempo, não dá um segundo. Há quem diga que é um divino mistério profundo, é o sopro do Criador, numa ventura repleta de amor...” (palmas) Queria dizer aqui que foi um prazer participar desse trabalho do Deputado Nivaldo Santana. Queria dizer ao Deputado que ele pode contar comigo sempre em outras atividades que for preciso. E estamos aí para cantar e para dizer que a vida é mais bonita do que isso que eles querem que seja para a gente. Essa vida de miséria, de desemprego e de fome que o Brasil vive. Muito obrigado. Valeu. “Bonita, é bonita e é bonita.” (palmas)

O SR. NIVALDO SANTANA - Agradecemos ao Marcelo pelas belíssimas músicas que inauguraram aqui o nosso evento ilustre. Gostaríamos de registrar aqui a presença do Sinergia, Sindicato dos Calçados de Campinas, a Fuse, os químicos de São Paulo, coletiva de empresários e empreendedores afro brasileiros, João Carlos Goris e Martins. A Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC. E, depois, iremos citando as outras entidades presentes iremos começar aqui o nosso debate ouvindo o Vicente de Paula Silva, o Vicentinho. O Vicentinho foi o fundador, o primeiro presidente do Instituto Sindical Interamericano pela igualdade racial. Ele, também, foi presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores. Ele como sindicalista e dirigente político também, ele foi eleito senador na chapa do senador Eduardo Suplicy. Então, saindo o senador Suplicy, o substituto imediato é o Vicentinho, que representa os trabalhadores no Senado. E, também, é dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Ou seja, é uma pessoa com uma rica biografia, esteve no centro dos acontecimentos políticos e sindicais do nosso país nos últimos anos. E é muita honra nossa aqui, na comissão de relações do trabalho, e da Assembléia Legislativa ter a oportunidade de ouvir o nosso companheiro. Então, com a palavra o Vicentinho.

O SR. VICENTINHO - Muito boa tarde amigos e amigas, companheiros, juventude aqui presente. Quero saudá-los. Quero saudar o Marcelo por esse show de luta e de conscientização que fez agora com 3 músicas muito marcantes. Saudar o Sr. Francisco que está aqui representando o Secretário Walter Barelli, parabenizar e saudar o coordenador, o que iniciou esse projeto, o nosso querido Deputado Nivaldo Santana. Quero saudar a minha querida companheira Bel, que estivemos juntos em Sorocaba, fazendo um debate sobre a questão do racismo, nessa semana da consciência negra, para os sindicalistas da região. Saudar a minha presidente, a minha companheira Neide, que hoje preside esse instituto tão importante, e que a cada dia mais será para a luta contra essa doença chamada racismo e discriminação. Quero saudar, também, o nosso deputado Dedé, que é o

deputado estadual de Sorocaba, nosso grande companheiro do Partido dos Trabalhadores. O Vanderlei Siraque que acabou de sair, que é da minha região. Saudar a todos os senhores, os nossos companheiros sindicalistas, alguns que já tinha um tempo que não via. Saudar o meu companheiro Valdeci, que é o representante da Secretaria Estadual do Partido dos Trabalhadores. Saudar todos que não foram saudados e dizer que, para mim, é motivo de muita alegria de estar aqui nesse momento. E motivo de regozijo em sentar aqui nessa Mesa, porque, afinal de contas, a minha tarefa hoje é uma tarefa sindical na região do ABC e uma tarefa partidária. Gostaria de dizer para todos os companheiros, que certamente o que a companheira Neide irá falar, a Bel e outros companheiros e companheiras, serão dados importantes de trabalho científico muito bem feito, realizado por nosso instituto e, também, pelo DIEESE, que trabalhou em conjunto conosco. Então, não entrarei nesse detalhe. Mas, aproveitando que temos aqui uma juventude, e sabendo e constatando que, infelizmente, a classe dominante, há muitos e muitos anos, seguiram a orientação de Maquiavel, quando disse que dividindo o povo é mais fácil dominá-lo e, portanto, tenta nos dividir entre homens e mulheres, entre nordestinos e paulistas, entre portadores de deficiência e pessoas normais, entre aspas. Quando tentam nos dividir entre negros e brancos. Essa divisão facilita a dominação. E digo, infelizmente, porque hoje o preconceito não é uma coisa somente da cabeça da elite. Hoje, o preconceito e o racismo estão presentes em todas as camadas da nossa sociedade. Os nossos estudantes, os nossos moradores da favela, os nossos companheiros operários, os nossos intelectuais. O nosso povo, infelizmente, em nosso meio tem muita gente que acha que mulher é mais fraca que homem, que o negro é inferior ao branco. E, assim, se estimula isso. E, quando o racismo é estimulado, que a gente estuda e que a gente cresce, no momento em que nos formamos, nos tornamos professores preconceituosos e estimulamos o preconceito. Viramos delegados preconceituosos e maltratamos os negros nas cadeias, viramos empresários preconceituosos, e aí excluimos os negros do mercado de trabalho. Viramos políticos preconceituosos e dizemos que

não há racismo. E a questão do racismo, nesta semana em que comemoramos este herói nacional, verdadeiro herói, Zumbi dos Palmares, não é uma questão só de negros. Estou cansado de verificar que tem muita gente branca que tem o compromisso de combate ao racismo, às vezes, muito mais do que certas pessoas negras. Impressionante este dado! Mostra, entretanto, que o compromisso para a luta da igualdade é de todos nós. E a luta do movimento negro não é uma luta para se ser superior ao povo branco. Muito pelo contrário. É para sermos irmãos. Agora, eles são tão fortes que nós, sem querer, na escola ou no trabalho, de vez em quando, ao falarmos certas coisas, dizemos certos termos que vamos estimulando gradativamente o preconceito. Na II Guerra Mundial, aos alemães nazistas fizeram uma campanha tão grande contra os judeus, que fizeram com que nós, em casa, naturalmente, até mesmo sem preconceito, quando uma criança é maltratada, já dizemos: “Está judiando do outro. Não judia dele. Não judia daquele.” Mas, não sabemos que por trás dessa frase, tem como consequência o preconceito. Quando tem algo ruim acontecendo em tal lugar, já falamos: “A coisa está preta!” “O momento negro da história.” Relacionando o que é negro ao que é ruim. Às vezes, temos preconceito. E sei, também, que isso acontece entre os estudantes. Basta vermos um nordestino já falamos: “É um baiano. Chegou um baiano aqui.” Então, isso são coisas que mesmo que não falemos com maldade, estamos sendo usados como instrumento dos dominadores. E os dominadores são tão espertos, que quando aprendemos a ler, e começamos a ler as revistas em quadrinhos, os heróis que eu conheci eram todos heróis brancos. Mesmo os heróis da África negra. Tarzã, que para poder casar teve que haver um naufrágio para poder casar com uma branca. Fantasma, um espírito branco criando o Fantasma. E, olhe isso no meio da floresta negra. Mas, mesmo nos momentos mais recentes, quando ligávamos a televisão, e quando ligamos de vez em quando, assistimos pela televisão alguns programas, que também mostram nas novelas, o preconceito. Ao negro e à negra são reservados os papéis de ajudante de empregada doméstica. Pode olhar a novela agora que está contando a história da prostituta, aquela história toda. Ou,

quando vemos um programa infantil, lembremo-nos de nossos queridos Trapalhões. Como queremos bem aos queridos Trapalhões. Mas, os Trapalhões escolheram um negro, Mussum, para dizer que era bebum. E, depois colocaram um outro desdentado para ficar dizendo: “Nojento!” Lembram disso? O nosso querido Maurício de Souza, quando criou a Turma da Mônica, escolheu exatamente um pardinho, um escurinho, com cabelo pixaim, o Cascão, logo para não tomar banho. Vocês já pensaram isso sendo colocado gradativamente em nossas mentes, o que pode significar? Significa o estímulo ao racismo. Significa essa doença maldita. É por isso que queria pedir a todos que não podemos ter preconceito. Quero parabenizar os negros e os meninos negros da periferia, quando resolvem criar o movimento hip hop, que cantam a partir da sua dor, o seu drama. E se começarmos a pensar assim, começaremos a acreditar que é possível uma mudança. Porque a mudança para combater isso que o Zumbi fez por nós, tem que começar a partir de nós. E não a partir de reclamar dos outros. Por isso, caros companheiros e caras companheiras, é que parabenizo todos os senhores, Deputado e a nossa Central Única dos Trabalhadores e o Inspir, por este trabalho magnífico de conscientização. E a consequência desse preconceito não é apenas a piada racista que contam, todos os dias, como também, contam piadas contra as mulheres. A consequência disso é o desemprego, é a violência, é a mortalidade infantil, tem um dado que não está nessa cartilha, mas que é um dado muito sério, que em dez anos, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, matou dez mil pessoas. dez mil e cinquenta e quatro pessoas. Dessas pessoas, cinco mil e duzentas eram jovens pessoas negras. Numa cidade e numa região em que a mesma pesquisa diz os negros são 25%. Então, é só olhar os dados. Só olhar a realidade. E isso podemos mudar. É como disse o cantor agora, podemos ser felizes. Podemos ter uma nova realidade se assumirmos esse compromisso. Por isso, a honra que os senhores me deram retribuo com esse compromisso de estarmos na luta. Quem participa de igreja, de clube, de time de futebol, de escolas, de partido político, quem participa de qualquer atividade, tem que ter isso em mente. Nós não vamos conquistar uma sociedade

justa, uma sociedade fraterna se permanecer o preconceito, doença maldita entre nós. Muito obrigado. Axé para todos. (palmas).

O SR. NIVALDO SANTANA - Ouvimos aqui o nosso amigo Vicentinho. E vamos ouvir, agora, a Neide Aparecida Fonseca. A Neide é assistente social e advogada. É dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e da Confederação Nacional dos Bancários e, agora ela é a atual presidente do Inspir. Então, com a palavra, a nossa companheira Neide.

A SRA. NEIDE APARECIDA FONSECA - Boa tarde a todas e a todos. Em primeiro lugar, queria agradecer ao convite. Fazer uma saudação à Mesa na pessoa do nobre Deputado Nivaldo Santana. E, antes de entrar propriamente no tema na qual fui chamada, queria também dizer que o Lacerda, que é dirigente do Inspir, também está presente. E vamos ter outros que estão também chegando. Em primeiro lugar, estamos aqui comemorando a semana da consciência negra. Na segunda-feira fui ao Teatro Municipal ver um show do Martinho da Vila, e estava perguntando ao meu amigo: “Você conhece algum herói, no Brasil, que é comemorado, que é tão festejado quanto o Zumbi dos Palmares?” Aí, ficamos tentando lembrar dos heróis que as escolas nos ensinam. Tiradentes, Duque de Caxias. Eu não conheço nenhum outro heróis que seja tão festejado, com tanta festa, música, dança, como o Zumbi dos Palmares, o líder negro. Então, isso é uma constatação bastante gratificante para todos nós. E, antes de entrar no tema, gostaria de falar sobre consciência negra. Como bem disse o Vicentinho, quando falamos negro, tem uma conotação muito pejorativa na nossa sociedade. Tudo que é negro é ruim. Outro dia, um estudante também me perguntou: “Mas, por que a consciência negra? Consciência negra não é ruim? Não significa uma consciência escura?” E eu disse: “Não. Consciência negra significa consciência revolucionária, consciência cidadã.” Porque o Zumbi foi um revolucionário. Dandara foi um revolucionário e todos aqueles quilombolas foram revolucionários. Portanto,

consciência negra, não tem nada de pejorativo. Ao contrário, consciência negra significa seres, pessoas brancas e negras revolucionárias e que lutam por uma cidadania plena, por um mundo melhor para todos e para todas. Então, era isso que gostaria de dizer antes de iniciar o tema para o qual o Insp0ir recebeu o convite, tanto do Nivaldo como da Secretaria de Políticas Sociais da CUT. No Inspir, quando fizemos o mapa da população negra no mercado de trabalho, foi um trabalho muito sério mesmo. foram cerca de 108 mil pessoas entrevistadas durante um ano inteiro. O ano de 1988. Portanto, uma pesquisa com bastante consistência científica, com muita credibilidade, porque não é uma amostragem pequena. Foram três mil famílias, por mês, pesquisadas pelo DIEESE para fazer o mapa da população negra no mercado de trabalho, que é esse exemplar, que trouxemos alguns. Então, foi um trabalho bastante sério e com muita credibilidade. E o que queremos com isso? Nós queríamos que ficasse registrada a situação da população negra no mercado de trabalho. Dos homens, das mulheres e dos jovens negros. Para que, com esse instrumento nas mãos, pudessem ser geradas políticas públicas que dessem conta de eliminar esse problema. E que é um problema gravíssimo na nossa sociedade, que é o problema do racismo. Porque é uma diferença, não só conceitual, mas é prática também, entre o preconceito, a discriminação e o racismo. Posso ter preconceito. Posso não gostar de alguém. Mas, quando esse “não gostar de alguém” faz com que eu impeça essa pessoa de exercer a sua cidadania, então, eu estou discriminado e estou cometendo racismo se essa pessoa for de uma determinada raça. Então, esse conceito é importantíssimo que tenhamos em nossas mentes. Os resultados dessa pesquisa que foi feita em seis regiões metropolitanas do país, São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Distrito Federal, mostrou, sem sombra de dúvida, que a população negra, as mulheres negras são as mais prejudicadas no mercado de trabalho. Demoramos para ingressar no mercado de trabalho, para termos oportunidade no mercado de trabalho. Quando estamos nesse mercado, não temos a promoção, mesmo que tenhamos todas as competências necessárias. Uma outra constatação do nosso mapa é que, com o

mesmo grau de estudo, com o mesmo tempo de serviço, com as mesmas tarefas, não somos promovidas. Temos dificuldades maiores em recebermos uma promoção, em sermos indicadas para fazermos cursos de qualificação ou requalificação. O nosso mapa também deixou bastante demonstrado que os trabalhadores negros e negras trabalham mais horas que os demais trabalhadores. Fazemos mais horas extras que os demais trabalhadores. Isso porque precisamos aumentar a nossa renda. Então, trabalhamos cerca de duas, dependendo da região metropolitana, de duas a três horas a mais que outros trabalhadores não negros. Uma outra constatação bastante triste do nosso mapa, é a questão dos jovens. Porque, pela Constituição, os jovens só podem trabalhar, a partir dos 16 anos. Acima dos 14 anos tem a condição de aprendiz. Dos 14 aos 16. Mas, o nosso mapa constatou que aos sete anos, a criança negra e branca já está no mercado de trabalho. E, mesmo nesse mercado de trabalho onde as crianças estão, há a discriminação. A criança branca recebendo mais que a criança negra. A criança branca em condições de trabalho melhor que a criança negra. Então, o que faz com que essas pessoas discriminem tanto? Com que o empresariado discrimine? A resposta, também, é bastante óbvia, porque com os menores salários, nos piores postos de trabalho, sendo os primeiros a serem demitidos, porque não têm a qualificação necessária, isso serve para se fazer o que chamamos de mais valia. Para aumentar o lucro do patrão. Ou seja, os empresários usam os trabalhadores negros desde criancinhas, para obterem mais lucro. Isso é um fato muito grave. E quando fizemos esse mapa, trouxemos para a sociedade, pelo menos durante uns 40 dias, a grande empresa noticiando, e todos se espantaram, embora todos saibamos que no dia a dia isso acontece. Mas, não havia um material desse. Está aqui e não tem mais como esconder essa situação. Então, saiu na grande empresa, foram várias matérias. Vicentinho fez várias entrevistas na televisão. Mas, foi isso que aconteceu. Não passou disso. Nenhuma atitude concreta foi tomada. Tanto pelo Governo como pelos patrões, para darem conta desse situação. Então, o Inspir teve uma idéia. Podemos fazer audiências públicas para cobrarmos o que pode ser feito.

Porque os mapas foram distribuídos para todas as autoridades públicas desse país. Todas tinham conhecimento. Se não receberam, ouviram pela imprensa, porque a Rede Globo noticiou. Se a Rede Globo noticia, o país inteiro sabe. Então, passado um ano desse trabalho nosso, resolvemos, então, procurar as várias comissões que discutem essa questão nas centrais sindicais e falarmos: “Vamos fazer uma parceria. Vamos procurar fazer audiências públicas para podemos ver o que poderemos fazer efetivamente para a população negra.” Porque não dá mais para continuarmos nessa situação. Nós falamos com o DIEESE, que foi quem nos ajudou a fazermos, que bem da verdade foi quem realizou a pesquisa, fomos para o Dieese nessa semana da consciência negra. Propusemos, então, fazer uma atualização desse nosso mapa. É claro que não em uma grande escala, porque foi um ano de pesquisa, mas vamos tentar para a semana da consciência negra uma atualização dos dados para vermos se houve alguma melhora um ano depois. Prefiro, então, dizer para os senhores, os dados atualíssimos, até junho de 2000, feito pelo Dieese para a semana da consciência negra. Isso os senhores podem pegar. Está no site do Dieese, dia 20 de novembro, dia nacional da consciência negra. E vamos ver que a situação neste um ano, com todos os dados, com o Governo recebendo o mapa e sabendo da situação do trabalhador e da trabalhadora, da criança negra e da criança brasileira, de um modo geral, nada foi feito. E a situação piorou. A situação do trabalhador negro e da trabalhadora negra piorou. Então, isso é para os senhores terem uma idéia. Passarei, então, alguns dados. Está é a distribuição dos ocupados segundo a contribuição para o instituto da previdência. Contribuintes para o instituto da previdência. Por sexo primeiro: homem 44%; mulheres 41%. Quando vemos o recorte de raça, veremos que a população branca, 51%, contribui com o instituto de previdência. Ou seja, vemos que a população branca está em número maior coberta pela previdência social. Enquanto que os negros, 32% só. Isso tem um significado: que os negros estão nos trabalhos mais precários. Que os negros estão mais no mercado informal. Que os negros estão mais desprotegidos dos equipamentos sociais. Um outro dado, são as taxas de participação por raça. Aqui

em São Paulo, temos 72% dos homens negros da população economicamente ativa estão participando do mercado de trabalho. Enquanto, temos 55% das mulheres negras. Em contrapartida, 73% dos homens brancos encontra 51% das mulheres negras. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, a taxa de desemprego é maior entre os negros e entre as mulheres de ambos os grupos raciais. Aí, veremos aqui a taxa de desemprego em São Paulo. O homem negro: 19,6% são homens negros. Contra 26,4% de mulheres negras. Contra 13,7% de homens brancos e 20,2% de mulheres brancas. Pode-se ver, portanto, que a discriminação maior é por raça, embora a discriminação por gênero seja grande, porque as mulheres brancas também estão em maior número de desempregos que os homens brancos, mas, assim mesmo, a raça ainda influencia muito mais, porque as mulheres negras são as mais penalizadas. Temos aqui também nível de instrução, taxa de desemprego. vamos ver que, à medida que aumenta o grau de instrução, diminui, um pouco, a taxa de desemprego. mas, essa diminuição ainda não é muito significativa. Tanto para as mulheres brancas e negras como para o homem negro. E, agora, quanto ao rendimento anual dos copuados no trabalho principal, por raça, nesse ano de 2.000, aqui em São Paulo, temos que os homens recebem, em junho de 2.000, R\$612,00 , contra R\$393,00 , das mulheres negras. Contra R\$1178,00 , do homem branco, contra R\$714,00 , da mulher branca. Mais uma vez, podemos constatar que a mulher negra é a mais penalizada. E isso, na nossa pesquisa, que passamos o ano de 1998 inteirinho realizando essa pesquisa, já era constatado. E podemos perceber, inclusive, nesse período de 98 até junho de 2000, os rendimentos de todos os trabalhadores caíram. Mas, os rendimentos da mulher negra caíram muito mais. Um dado que achamos bastante interessante, foi quanto aos benefícios sociais. Podemos ver que na região sudeste, da qual o Estado de São Paulo faz parte, há uma participação maior dos brancos que têm direito ao vale refeição e às férias. Os negros encontram-se em maior proporção entre os que recebem benefícios como vale transporte e auxílio moradia. Ou seja, quando é para tirar férias, os trabalhadores brancos tiram muito mais férias do que os trabalhadores

negros. Agora, por que isso? Porque os trabalhadores negros precisam aumentar a sua renda. Portanto, eles vendem muito mais as suas férias, aqueles dez dias que temos o direito de vender, do que os trabalhadores brancos. E eles ficam muito mais tempo trabalhando mesmo porque precisam ampliar a sua renda. As mulheres negras são em número muito maior, chefes de família. Já o auxílio moradia também é mais usado intensamente pela população negra. E o que significa isso? Que o rendimento da população negra é muito mais inferior que o rendimento da população branca, portanto precisa buscar muito mais esse recurso de ajuda a pagarem o auxílio moradia do que a população branca. Em contrapartida, o vale refeição, que é um benefício dos trabalhadores, que é uma conquista dos trabalhadores, os trabalhadores brancos utilizam muito mais o vale refeição. Isso também tem um significado. Significa que o trabalhador negro, que a trabalhadora negra, não estão, em grande número, nesse mercado formal de trabalho que tem direito a esses benefícios. Então, são leituras que precisamos fazer para podermos ter um quadro geral de como o trabalhador negro e a trabalhadora negra, sejam adultos ou crianças, estão inseridos no mercado de trabalho. Então, foram esses dados que o Inspir levantou. E precisamos fazer algo. Essa situação que perdura desde a escravidão, e recomendo aos senhores que leiam uma matéria que saiu na Folha de São Paulo, sábado retrasado, bastante interessante, na parte de Opinião, digo bastante interessante porque não foi ninguém de esquerda que a escreveu. Foi um liberal assumido, foi o Marcos Maciel, vice-presidente da República. E, aí, vemos como que esse pessoal está capitalizando essa questão da diferença do mercado de trabalho para poder fazer política. Mas, política de discurso. E precisamos fazer a política da prática. E isso, com essa audiência pública, tenho certeza que sairemos hoje dessa audiência com propostas, aliás, trouxe inúmeras, de propostas concretas que serão encaminhadas. Então, o senhor Marcos Maciel diz assim: “É chegada a hora de resgatarmos esse terrível débito que não se escreve apenas no passivo da discriminação ética. Mas, sobretudo, da quimérica igualdade de oportunidades, virtualmente assegura por nossas constituições, aos

brasileiros e aos estrangeiros que vivem em nosso território.” E, por aí, ele vai dizendo da exclusão social. Ele faz um belíssimo discurso de reconhecimento do que a população negra sofre no país e que isso tem que mudar. Ele diz: “Temos que fazer ações para podermos tirar a população negra desse quadro, dessa situação.” Mas, como, particularmente, penso que isso seja apenas um discurso, uma retórica, até penso que eles irão fazer algo, mas da forma liberal, não espero nada de revolucionário, nada de consciência zumbi e de consciência negra de Marcos Maciel. Mas, espero essa revolução que tem que vir da própria população mesmo. Então, penso que podemos fazer algo. Porque existe condições de mudar. Essa é uma tarefa árdua, porque alguém está lucrando com isso. Alguém está explorando o trabalhador e a trabalhadora e está tendo lucro com isso. E como se faz para mudar isso? Tem que se mexer com corações e mentes e com atitudes. É isso que precisamos fazer. Por isso a nossa consciência negra, a nossa consciência revolucionária. Então, não darei muito mais dados, porque isso se tornaria uma tarefa muito maçante. Os senhores receberão a cartilha, o mapa. E poderão levá-los para casa e lerem com mais tranquilidade tudo isso. O que queremos passar para os senhores é o seguinte, esse país não é o país da democracia racial. Negros e brancos têm tratamento diferenciado nesse país. E esse é um tratamento diferenciado que prejudica metade da população. A população afro descendente. Que é a população negra, que é 47% da população do país. Então, essa população é excluída da sociedade. Ela foi tirada da escravidão e jogada na sociedade sem nenhum benefício. Ela foi jogada para a sociedade sem que nada fosse pago para ela, pelo trabalho que ela exerceu durante anos de escravidão. Nem o reconhecimento houve para essa população. Jogada na marginalidade, sem emprego, porque vieram os imigrantes e pegaram os empregos. Então, aonde essa população poderia ficar? Na rua. Por isso, é que a polícia, nessa época, e até hoje, ainda, a nossa querida ROTA, pega e prende aquele que não tem a carteira assinada. Porque, quem não tinha a carteira assinada era o trabalhador negro. E hoje, ainda, a grande maioria que continua sem carteira assinada é o trabalhador

negro. E isso sem nenhuma indenização. Jogado na marginalidade, não há como se falar que na Constituição está escrito que todos somos iguais e que discriminar é crime. Que racismo é crime. Não basta que isso esteja na Constituição. É preciso que se tenha uma ação afirmativa, uma ação positiva para se tirar essa população dessa situação. E é isso que esperamos hoje dessa audiência pública. Que atitudes positivas, que ações afirmativas sejam tomadas para que consigamos dar um passo, para que a população negra de São Paulo, que constitui 25% da população desse Estado, possa sair dessa situação, minimamente demonstrada agora. Muito obrigada. (palmas).

O SR. NIVALDO SANTANTA - Agradecemos à Neide. A Isabel irá nos falar sobre algumas presenças.

A SRA. ISABEL - Também estão presentes, o Sr. Lacerda, João Afonso de Oliveira, representante da Força Sindical no Conselho do Inspir, o Arimatéia também já está aqui. o diretor de finanças do Inspir, representantes da APEOESP. Também já passou por aqui o advogado Celso Fontana, que está sempre conosco nessa luta, a companheira Sonia Leite, do Fórum de Mulheres Negras, e alguns companheiros membros da comissão nacional contra a discriminação racial da CUT nacional, os companheiros do Rio de Janeiro. Muito obrigada pela presença. E quem ainda não assinou a lista de presença, por favor, assine, até para que possamos estar anunciando outras entidades.

O SR. NIVALDO SANTANA-A professora Márcia avisa que os alunos da escola de Campo Limpo terão que sair às dezesseis horas devido a uma atividade de formatura. Desde já agradecemos a presença dos estudantes. Queríamos, também, registrar a presença do Deputado Nelson Salomé, para compor a mesa. (palmas). O deputado Nelson Salomé promoveu uma sessão solene dia 20 aqui na Assembléia Legislativa. Agora, iremos ouvir o representante do Estado, na medida

em que estará falando em nome da Secretaria do Emprego e do Trabalho, para dizer do ponto de vista da Secretaria, como ele encara os problemas aqui levantados nesse debate e quais são as preocupações que estão sendo encaminhadas. Então, agradecemos, também, a presença do senhor Francisco Marsília, que nesse ato também representa o Secretário de Empregos e Relações do Trabalho, o Dr. Valter Barelli.

O SR. FRANCISCO MARSÍLIA -Muito boa tarde a todos. Gostaria de, inicialmente, saudar o deputado Nivaldo Santana, em nome do qual saúdo os demais deputados presentes, os componentes da Mesa, Vicentinho, Bel, Neide, vereador Vital Nolasco, meu professor Clóvis Moura, com quem tive o prazer de trabalhar junto no jornal Movimento. Para que possa iniciar a minha fala, sou obrigado a dizer que , tanto Vicentinho como Neide, praticamente esgotaram o assunto. Eles teceram considerações, principalmente o Vicentinho, em relação à necessidade da conscientização de todos para esse perverso quadro de preconceito e de discriminação existente nesse país. E a Neide colocou alguns dados sumamente relevantes e que comprovam que a discriminação da população negra não é só no trabalho. É na escola, no lazer. E vemos, até com tristeza, que até nas crianças vemos a discriminação entre a criança branca e a criança negra. Isso, de uma certa forma, não poderia acontecer num país que abriga a maior população negra de todo o mundo. Fora a África, evidentemente. Não há cabimento algum o país da nossa dimensão, que possui cerca de 45 a 50% da sua população negra. A nossa PEA, a População Economicamente Ativa, atinge a 45% dos trabalhadores. Isso significa um contingente de 30 milhões de trabalhadores representantes da população negra. E nós vemos, com absoluta perplexidade, consternação e tristeza que o salário médio entre o branco e o negro, pura e simplesmente, tem uma diferença de 5 para 2. O salário médio da população branca é de cerca de 5 salários mínimos. Enquanto que o da população negra, mal atinge os 2 salários mínimos. Esses dados são inquestionáveis. Infelizmente há necessidade, como disse o

Vicentinho, de uma conscientização de toda a nossa sociedade, para o combate frontal mesmo a essa situação, a esse quadro de tão perversidade. Temos na nossa Secretaria de Empregos, políticas públicas que caminham na direção de montagem de um sistema público em emprego, onde nosso principal objetivo é o de terminar a exclusão social. Então, os nossos programas são direcionados ao combate a essa discriminação, a esse preconceito. Creio eu, inclusive, que não basta só a conscientização da população. A população tem que se mobilizar, se organizar e com a sua união, exigir realmente os seus direitos. E nada melhor como um Fórum como esse. Essa audiência pública irá possibilitar o debate das questões, as reivindicações, os esclarecimentos, inclusive, necessários para que essa luta seja uma luta sem trégua. Não podemos, em absoluta, admitir que a discriminação e o preconceito continuem perdurando nesse país por toda a eternidade. Gostaria de destacar e, para fechar a minha fala, alguns programas que temos desenvolvido na Secretaria e que vêm ao encontro do nosso propósito principal dessa tarde. Temos um programa denominado Programa de Auto Emprego, onde ele é desenvolvido apenas em regiões carentes do Estado e em regiões da periferia das grandes cidades. Iniciamos esse programa no Pontal do Paranapanema, no Vale do Ribeira. Estamos desenvolvendo na periferia da grande São Paulo, Vila Natal, em locais absolutamente carentes, onde a população é organizada através de um método de capacitação maciça, e que foi desenvolvido através da ONU por um brasileiro emérito, Clodomir de Moraes, que desenvolveu essa atividade quando foi, inclusive, penalizado, com seus direitos cassados e exilado do país. Esse programa objetiva a mobilização da população mais carente em torno de cooperativas, em torno de associações de produção e de serviços para que se fuja das questões do emprego formal, do emprego em registro em carteira, e se combata frontalmente o desemprego estrutural, tão perverso quanto o conjuntural, mas muito mais difícil de ser resolvido e equacionado. E temos a grata satisfação de verificar que já cerca de dez mil pessoas passaram por esse programa. Já estamos acompanhando de perto cerca de 400 empresas, em sua grande maioria, de cooperativas, com já algumas

com 2 ou 3 anos de existência. Temos, também, um programa que combate frontalmente a discriminação, que se chama PADEF, relativo aos portadores de deficiência física. Temos um setor específico na Secretaria onde se faz a interlineação de mão de obra dessa população tão discriminada. Temos o prazer, inclusive, de verificar que, neste ano, colocamos cerca 55 mil trabalhadores, em sua maioria pertencentes à população negra, no mercado de trabalho formal. Também um trabalho gratuito e destinado, principalmente, à população que realmente está marginalizada no mercado de trabalho. Além desses programas e desenvolver um sistema que integra o seguro desemprego à intermediação de mão de obra, temos os cursos de qualificação profissional, feitos com recursos do FAT, Fundo de Apoio ao Trabalhador, onde procuramos direcionar esses recursos à associações, sindicatos, entidades parceiras neste propósito de qualificar e requalificar os trabalhadores. Existe, inclusive, entidades representativas da população negra, que são parceiras nossas, nesse empreendimento de formação e de reciclagem dos trabalhadores. Temos, também, as frentes de trabalho. Programa emergencial, que o Governo entendeu ser prioritário nessa gestão pelo agravamento das condições de desemprego no Estado e, em especial, na região metropolitana de São Paulo. São cerca de 56 mil trabalhadores que participam de atividades através da frente de trabalho, tendo um dia da semana para receber o treinamento, a qualificação, a requalificação para que, cumprida a etapa da frente de trabalho, ele tenha condições de empregabilidade e de conseguir uma ocupação mais permanente. Ele recebe para isso um salário de R\$150,00 e mais uma cesta básica. E, quando necessário também, o vale transporte, no caso em que o trabalhador resida muito distante do seu local de trabalho. Temos, também, um programa que objetiva a fornecer a experiência que, infelizmente, os empregadores pensam que todos têm no trabalho. Então, não contratam os jovens porque os jovens não têm experiência. E os jovens não têm experiência porque não são contratados. Então, esse círculo vicioso, perverso também, está sendo quebrado de forma gradativa. Este programa começou este ano e já conta com cinco mil estagiários, e que consiste numa bolsa-

estágio a um aluno de curso de ensino médio pertencente à rede estadual de ensino. Então, eles são também direcionados às empresas, para que cumpram um estágio de 6 meses e que possam, com isso, e recebendo uma bolsa-estágio de R\$130,00 adquirir a necessária experiência para que se rompa esse círculo vicioso. Enfim, não vou detalhar outros programas da Secretaria, não queria me estender muito. E queria, finalmente, parabenizar o deputado Nivaldo pela realização desse evento da semana, e em particular, dessa audiência pública, esperando que daqui saiam propostas efetivas e que nos auxiliem a direcionar melhor os nossos esforços para combater esse quadro tão ruim de discriminação e de preconceito. E agradecer, também, em nome do deputado Nivaldo Santana, o privilégio de ter, de contar, aliás, com o assento nesta tarde, de maneira especial, ao lado de uma figura ilustre, como o Vicentinho e tantos outros, Clóvis Moura, que não via há tantos anos. E agradecer, também, à atuação dos parlamentares que fizeram emendas ao orçamento da Secretaria de Emprego e relações do Trabalho, procurando dar mais condições financeiras ao desenvolvimento de nossas atividades. Muito obrigado. (palmas).

O SR. NIVALDO SANTANA -Vamos realizar uma série de atividades aqui neste painel sobre a discriminação no mercado de trabalho, mas achamos importante dizer o seguinte, tem um pensador, um intelectual, historiador, que é o professor Clóvis Moura, que tem dedicado boa parte da sua vida ao estudo do problema do negro do Brasil, ao problema do racismo e à saga dos negros desde os primórdios, no período da escravidão, até hoje, em diversos livros lançados. Inclusive, há pouco tempo, estive na casa da irmã dele, num coquetel comemorativo dos 40 anos de um livro que é um clássico, que é *Rebeliões da Senzala*. Tem uma vasta obra importante e gostaríamos, para simbolizar a importância desse instrumental teórico, que o professor Clóvis Moura, disponibiliza para todos que militam nessa causa anti racista, queria convidá-lo para fazer parte da mesa, lhe prestando uma pequena homenagem. Professor Clóvis Moura, por favor. (palmas).

Vamos convidar uma figura militante do movimento negro, que teve uma atividade muito grande também, é vereador na Câmara Municipal, e vai fazer, inclusive, em nome dos nossos trabalhos, vai fazer uma saudação ao nosso homenageado, que é o nosso companheiro Vital Nolasco. (palmas).

O SR. VITAL NOLASCO -Boa tarde a todos. Quero, inicialmente, agradecer ao deputado Nivaldo Santana e à Comissão de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa, por ter-me dado essa deferência, para que pudesse, em nome de todos nós prestar essa homenagem ao professor Clóvis Moura. Saudar, também, a mesa, nosso velho amigo Marsílio, Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores, nossa companheira presidente do Inspir, deputado Nelson Salomé, e a todos os nossos companheiros militantes e essa juventude, também, que nos honra na tarde de nosso para participar dessa audiência pública. estou vendo aqui os nossos dois grandes e velhos amigos sindicalistas, o Arimatéia e o Lacerda. Companheiros, acho que essa homenagem que prestamos hoje, nesse momento, a Clóvis Moura, não haveria, no meu modo de ver, momento mais propício para ocorrer. Porque é, justamente, numa audiência pública em que se apresenta as condições de vida no mercado de trabalho da população negra do Brasil. E esses dados que são apresentados no remetem a uma reflexão sobre a história do nosso país. E Clóvis Moura, além de ser um instrutor, um professor, é um intelectual e um militante do movimento negro. E, enquanto militante, ele nos dá uma grande contribuição, porque, às vezes, nós que militamos, que nos movimos, e, às vezes, no dia a dia, pensamos que militar é somente fazer greve, ou manifestação, ou passeata. Militar, também, é estudar a nossa realidade, é pesquisar a nossa realidade. E, também divulgar esse estudo para que, ao par desse conhecimento, possamos abalizar a nossa ação. E o Nivaldo se referiu a um trabalho de Clóvis Moura, que é justamente Rebelião nas Senzalas. Foi um marco importante na luta do negro e na luta do povo brasileiro. Porque até então, em nosso país, qual era a historiografia oficial, ou mesmo o pensamento de vários

estudiosos, entre aspas? Diziam até que o negro era acomodado. Que o Brasil, que essa era a índole do povo brasileiro. E mais ainda, diziam até, chegou até se afirmar que o nosso país era um país que tinha o seu pequeno feudalismo ou coisa que o valha. E com Rebelião nas Senzalas, Clóvis Moura demarca bem essa situação. Ele diz que no Brasil houve escravidão, que a escravidão fez parte do modo de produção do país, negando a tese de que nós aqui, tivemos o feudalismo. E, que também, nega aquela outras tese de que o negro era um acomodado. Então, ele mostra, nesse momento da história do nosso país, de exploração, de escravidão, houve a escravidão, mas também houve a resistência da escravidão. E, naquele momento, durante esse processo da história do Brasil, houve a luta de classes, em que se dava entre o negro escravo contra os senhores de escravos. A partir daí, ele demarca bem essa questão na sociedade brasileira. Porque ainda há por se aprofundar mais ainda. Por isso que esse trabalho e essa constatação, não foram ainda terminados. Mas, quero aqui dizer que Clóvis Moura dá uma grande contribuição, não só à luta do povo negro, como também à luta de todo povo brasileiro, à luta revolucionário do nosso país, porque é através do conhecimento da nossa realidade é que podemos lançar as condições para que tragamos o bom combate. E ele diz mais, que sem nós fazermos um combate radical ao capitalismo no Brasil e, também, hoje a esse projeto neo liberal, sem dúvida não vamos conseguir a emancipação do nosso povo e acabar com o racismo em nosso país. Então, aqui, em nome do nosso companheiro Nivaldo Santana, em nome de todos nós, quero fazer essa homenagem ao professor Clóvis Moura. Aqui tem um presente que me pediram para que entregasse a ele. Então, em nome de todos os senhores entregarei esse presente a Clóvis Moura. (palmas).

O SR. NIVALDO SANTANA-Vamos ouvir, aqui, as palavras do professor Clóvis Moura, um dos mais celebrados estudiosos do país da causa negra. O professor Clóvis Moura. (palmas).

O SR. CLÓVIS MOURA - Inicialmente quero agradecer a esta inesperada homenagem e às palavras que foram ditas a respeito do meu trabalho e da minha pessoa. penso que, de fato, tive, possivelmente, a intuição na época em que estava estudando o problema do negro academicamente, de romper com certas matrizes teóricas que dominavam as universidades. E procurar, através do trabalho de pesquisa de documentos, refazer um esquema que tenha sido montado através da obra de Gilberto Freire. A obra de Gilberto Freire surge logo depois da revolução de 30. Ela surge em 1933 e apresenta a escravidão do Brasil como uma escravidão suave e que tudo se ajustava de tal maneira, que não havia luta de classes. Havia uma empatia entre o senhor e os escravos. Entre a mucama e a senhora. E, com isto, ele estudou apenas a família. Não estudou exatamente o problema social da escravidão. Ele particularizou e, com isto, criou o modelo que até hoje ainda penetra em muitos setores, não apenas da academia, mas também do próprio movimento negro. E, agora, com o neo liberalismo, houve o quê? Um renascimento da obra de Gilberto Freire. A obra de Gilberto Freire, hoje, está sendo novamente reestudada para que, através do neo liberalismo e através da obra do Gilberto Freire, se crie uma simbologia nova sobre o que foi a escravidão no Brasil. E Gilberto Freire criou, também, o mito da democracia racial. E que foi através exatamente do meu diálogo com Gilberto Freire que me levou a procurar encontrar a realidade brasileira e que se multiplicou depois, mais ou menos, em quase 20 livros sobre o assunto. Além disso, gostaria de ressaltar que não é por acaso que esta obra renasce agora. É um acasalamento do neo liberalismo com a produção acadêmica, mais ou menos, justificadora do neo liberalismo. O neo liberalismo exige, precisa de uma linguagem democrática. Precisa de uma roupagem democrática. Precisa dizer que não é racista. Ter até mesmo um discurso contra o preconceito hoje. Porque o neo liberalismo não se manifesta através do discurso. Se manifesta através da sua prática. Uma prática criminosa contra o negro, porque a sua política econômica não precisa dizer que vai discriminar ninguém. Essa política leva que automaticamente o grande atingido seja a população praticamente não branca desse país. Ele pode até

se manifestar, de certa maneira, comovido. Mas, a prática social neo liberal é exatamente uma prática racista, sem precisar dizer que é. Ela tritura, ela machuca. Ela faz com que o cidadão um escravo do mercado. E esse mercado como é praticamente impedido para as populações negras. O negro brasileiro passa a ser automaticamente criminalizado, sem que os mecanismos oficiais tenham necessidade de dizer isso. Penso que nesse debate aqui, e já participei de milhares e milhares de debates, de qualquer maneira, é um diálogo sobre este problema que devemos discutir que é, exatamente, a necessidade de tomarmos consciência de que o problema do racismo, hoje em dia, como disse o Vicentinho, não é um problema dos brancos. Porque, antigamente, dizíamos que o racismo era uma ideologia da classe dominante. Podemos dizer, hoje, que o racismo está no subconsciente do brasileiro médio. Ele engendrou e interiorizou de tal maneira esse discurso racista, que ele começa a ouvir, praticamente, dentro de casa, logo depois de nascer. E, depois, ouve na escola. E, depois, ouve no Exército. Depois, ouve sempre dizer que se ele é pobre é porque é negro, porque é escuro. Então, o que acontece? Há uma tentativa do brasileiro de uma cor simbólica. Nos Estados Unidos, uma família negra é negra. Ela não diz que é morena, não diz que é mulata. Não diz que é cor de burro quando foge, etc., etc., etc.. Como há toda uma simbologia no Brasil para esconder a sua origem racial. Essa simbologia cria o quê? Cria uma neurose étnica do brasileiro. Ele foge de si mesmo. portanto, é um neurótico. Tanto os brancos, como os negros, têm que reanalisar as suas origens para dizer “Eu sou negro.” E não ter vergonha de dizer que é negro. O negro brasileiro, também está se envergonhando de dizer que é negro. E procurando um branqueamento simbólico, que vai desde os nomes, mais ou menos, escamoteados da sua cor, como também até a rejeição da língua portuguesa. Vai falar inglês para dizer que ele, praticamente, é um branco, pelo menos na língua. Porque há vários símbolos para a pessoa se identificar com algo. Ou fugir de algo. E a língua é uma delas. Então, me parece que se algo eu fiz e que ficou, se algo eu ainda posso fazer, foi e será, exatamente, procurando para esses enigmas étnicos que existem

no Brasil, e que vêm da escravidão, durante todo o sistema republicano e que agora se agrava, se multiplica através da política neo liberal, que tem hoje, na pessoa do Sr. Fernando Henrique Cardoso, o seu mais representativo elemento nocivo. Muito obrigado. (palmas).

O SR. NIVALDO SANTANA- A homenagem ao professor Clóvis é uma homenagem singela. A Soraia, que é filha do professor, vai carregar o presente, que é uma pequena escultura que guarda uma certa simbologia com a semana da consciência negra. A continuidade dos nossos trabalhos será coordenada pela Bel. Então, essa parte, passarei a coordenação à Bel. Vicentinho tem um compromisso em Santo André e já está em cima da hora. Então, gostaria de agradecer ao Vicentinho. (palmas). E a continuidade do nosso trabalho de divulgação da cartilha e os outros encaminhamentos com relação aos debates. Então, a Bel está na coordenação. Mas, antes disso, gostaríamos de anunciar mais algumas presenças.

A SRA. ISABEL - Companheiro Aldanir, nosso comandante da direção executiva nacional da CUT. Também os companheiros representando o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. A companheira Denise, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Seguridade Social da CUT, da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. Daqui a pouco iremos distribuir a todos os senhores a cartilha, mas antes de passarmos para essa parte, temos algumas propostas para estarmos apresentando nesta audiência pública, que é um dos objetivos que nos trouxe aqui. E uma das propostas que gostaria de fazer, companheiro Nivaldo, é que estudássemos que esta Casa de leis colocasse em discussão um projeto para que o próximo 20 de novembro seja feriado no Estado de São Paulo em homenagem ao dia Nacional de Consciência Negra. Então, esse é um pedido da Comissão Estadual contra a Discriminação Racial daqui de São Paulo, que gostaríamos de ver com o nobre Deputado, como poderíamos

encaminhar. Já temos o exemplo do Rio de Janeiro, que já é feriado estadual nessa data e, quem sabe, poderíamos estar pensando nisso para o Estado de São Paulo. (palmas). A Secretaria, nós queríamos, depois passarei para a Neide também, estar propondo, companheiro Francisco, e nos colocamos à disposição para sentarmos e pensarmos como implementar essas ações que agora vamos propor. Depois poderemos enviar por escrito, enfim, a partir do relatório dessa audiência, que seja discutido no âmbito da Secretaria e do Governo do Estado a exigência junto às empresas, se não todas, mas pelo menos as principais empresas sediadas no Estado de São Paulo, o perfil de seus empregados, levando em conta dados como gênero, salário, nível de escolaridade, raça, cor, função e a posição que ocupa na família. E que seja assegurado às organizações dos trabalhadores, durante todo o tempo que transcorrer esse levantamento, assegurado o acompanhamento pelas organizações sindicais. Que nós pensemos, e provavelmente terá que ser objeto de projeto de lei, que nas licitações e concorrências públicas, financiamentos, subsídios, funcionamento, licenças de exportação, nas atividades de licença do Governo, que haja um compromisso dessas empresas, dessas organizações. Compromisso explícito na contratação de mão de obra negra e ausência do trabalho infantil. Que pensemos no âmbito do Governo, criações de linha de crédito que assegurem o acesso dos pequenos e micro empresários negros e negras, que sabemos que os pequenos e micro empresários são os companheiros e companheiras que mais geram emprego nesse país. Temos feito um amplo debate no Interior da CUT e, agora, iniciamos esse debate no interior do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o papel das agências de formação dos profissionais do sistema Sesi, Senai, Senac, Sensarj, Senat. Que essas agências têm recursos públicos que não conseguimos discutir a utilização desses recursos através dos cursos ministrados por essas agências, via de regra, temos presenciado que a grande maioria do público que está frequentando esses cursos está longe de ser os nossos trabalhadores e trabalhadoras negros ou aquelas da população excluída. Então, gostaríamos de, através de conselhos tripartides, com o

objetivo de formular a política de formação ao profissional, acompanhar a implementação e fiscalizar a aplicação desses recursos. Então, gostaríamos de discutir o sistema com a criação desses conselhos tripartides, Governo, trabalhadores e empresários. Assegurar para a gestão das agências de formação profissional, que até já foi dito, seria nessa linha, um dos programas de Governo que está sendo implementado pela Secretaria são as agências de qualificação e de requalificação, gostaríamos de discutir que seja assegurado na gestão dessas agências a participação de educadores e educadoras negros e negras. Que possamos pensar, no âmbito do Governo, o desenvolvimento de programas de capacitação e atualização dos profissionais da educação, que os habilitem a tratar adequadamente as relações sociais. Temos absoluta certeza que através do sistema da rede de ensino, que através de mudarmos a forma como se trata a questão racial no currículo escolar, teremos essa nova sociedade que queremos. Uma sociedade sem preconceito, onde todos, de fato, sejam iguais. Que possamos desenvolver juntos, e aí é uma pena que o companheiro Funaro não pode ficar, porque no âmbito do Ministério do Trabalho foi baixada uma Portaria de que nas delegacias regionais do Trabalho devem ter um núcleo de igualdade de oportunidades que vai tratar da implementação da Convenção 111 da OIT no Estado de São Paulo. conversando em “off” com o Funaro, que esteve aqui, está previsto para fevereiro, um seminário onde vai ser discutida a composição desse núcleo. Mas, gostaria de registrar aqui nessa audiência pública que, é óbvio, para implementar a Convenção da 111 da OIT no nosso Estado, vamos, e muito, precisar da Secretaria de Governo, precisar dessa Casa de leis. Então, colocamos isso como ponto de pauta para o futuro discutirmos com a Delegacia Regional do Trabalho. Garantindo no sistema público de emprego um mecanismo que assegure a participação efetiva dos trabalhadores negros. Então, essas seriam, a princípio, as propostas da Central Única dos Trabalhadores, da nossa Comissão Estadual e Nacional contra a discriminação racial, que deixaríamos registrado aqui nessa audiência pública. E queremos, e nos colocamos à disposição do Secretário, do

companheiro Francisco para que possamos desencadear uma série de ações no próximo ano, nesse sentido. Passarei a palavra para a Sra. Neide, que quer complementar as propostas.

A SRA. NEIDE -Penso, tenho certeza que acabar com a discriminação é o maior desafio que temos nesse século. O professor Clóvis Moura lembrou da democracia racial do país, e recordamos que o Brasil foi palco de experiência da Unesco, por conta dessa tão propalada democracia racial. Cientistas vieram para cá para estudarem isso para implementarem no resto do mundo e qual não foi a decepção ao ver que aqui não existe a democracia racial. E isso há 50 anos. Na época até o Fernando Henrique fez parte desse trabalho.

O SR. NIVALDO SANTANA-O professor Clóvis Moura está precisando se retirar, então estamos interrompendo a Neide só por um minuto, para agradecer a presença do professor. Foi muito importante. (palmas).

A SRA. NEIDE -Continuando aqui, como ia dizendo, acabar com a discriminação é um grande desafio. Temos que fazer uma mudança radical em nós mesmos e na sociedade. Para isso, senhor representante do Secretário, não basta a igualdade jurídica escrita nas nossas leis, na nossa Constituição. É preciso, também, uma igualdade econômica que dê conta de acabar com essa discriminação. Nesse sentido, tenho acompanhado alguns programas da Secretaria do Estado do Trabalho, já fui em várias palestras com o Barelli, mas a nossa pretensão hoje aqui com essa audiência pública é que saíamos do discurso, que passemos para uma prática efetiva. E estou sugerindo que no ano que vem, na semana da consciência negra, façamos uma outra audiência de avaliação do que foi encaminhado daqui até o próximo 20 de novembro. (palmas). Porque, aí, começaremos a dar os primeiros passos para a prática definitiva, porque sabemos que consciência racial, conservadorismo e neo liberalismo, são como água e óleo.

Então, precisamos mudar um pouco isso. Então, para dizer definitivamente quais são as minhas propostas, falarei os tópicos para que os senhores possam sentir aonde estão baseadas as propostas que vou elencar. Segundo norma do artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal, os direitos e garantias expressas nesta Constituição, não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Digo dos tratados internacionais porque nós na Inspir como nas centrais sindicais, vemos trabalhando muito com a convenção 111 da OIT. O artigo 19, item VII da Constituição da OIT prevê que os direitos emanados dos tratados internacionais vinculam a União, mas também os Estados federados, portanto São Paulo está vinculado. Mais que isso, que a inércia, ou que a omissão do Governador do Estado em face das providências necessárias para a execução e para o cumprimento dos tratados internacionais, configura crime de responsabilidade, sujeitando o Governo ao impeachment. É claro que não vamos pedir o impeachment do Governador, mas é bom lembrar que o não cumprimento dos tratados em que o Brasil é signatário, podem implicar não só no impeachment do Governo Federal, Estadual ou Municipal, como disposto no artigo 8º, item 8, combinado com ao artigo 74 da Lei 1079/50, além do artigo 48 da Constituição Estadual. O artigo 124, § 3º da Constituição Estadual prevê a aplicação aos servidores públicos estaduais dos direitos enunciados no artigo 7º, inciso XXX, dentre outros, da Constituição Federal, o qual se refere à proibição da discriminação no trabalho. Isto posto, estamos propondo a criação de um comitê para a promoção da igualdade racial no trabalho, de caráter tripartite, trabalhadores/empregadores e Estado, com a finalidade de implementar a Convenção 111 da OIT no plano estadual. Isso é possível de se fazer. Proposição de um projeto de lei regulamentando o artigo 124, § 3º da Constituição Estadual. Encaminhamento de uma recomendação, pela Assembléia Legislativa, ao procurador geral da Justiça propondo uma alteração no artigo 103 da Lei Complementar nº 734/93, de modo que seja atribuída competência expressa para o Ministério Público atuar na defesa dos direitos e interesses das vítimas de

discriminação racial. Competência privada, então. a imediata revisão de todas as políticas da Secretaria Estadual do Trabalho, de modo a assegurar, de fato, a eficácia aos direitos previstos na Convenção 111. A criação de um grupo de atendimento e orientação às vítimas de discriminação racial no trabalho, junto à Secretaria Estadual do Trabalho com ampla divulgação e visibilidade. A imediata, e isso é muito importante que se faça, da reativação da Polícia de Crimes Raciais, que aqui em São Paulo foi fechada, porque o nosso secretário de Segurança disse que não há discriminação racial aqui em São Paulo, não há procura a essa delegacia, por isso ela foi fechada. Visto que 60% das queixas que chegaram a esse delegacia foi no âmbito do trabalho. A exigência do conhecimento dos tratados internacionais e da legislação anti racismo em todos os concursos públicos realizados pelo Estado, notadamente os que exigem bacharelado em Direito. E, aí, não sei se os senhores acompanharam pelo jornal, o último vestibular que a Unicamp fez, e como ela foi racista no seu vestibular. Teve uma pergunta altamente racista. Elaboração e farta distribuição de materiais educacionais junto às escolas e sindicatos com o apoio da Secretaria do Trabalho, sobre os direitos de igualdade racial na educação e no trabalho. E, também, o Governo no ano passado, fez um decreto lei, onde os trabalhadores têm que colocar a sua cor, a sua raça, de acordo com os critérios do IBGE. O Governo fez isso, e foi uma luta nossa do movimento negro de 30 anos. Nós conquistamos isso. Ocorre que o Governo não fez nenhuma campanha. E todo trabalhador negro sabe que alguém quando tinha que perguntar a sua cor, ou quando alguém tem que dizer a sua cor, é porque ele vai ser discriminado de forma negativa e não de forma positiva. Então, isso tem gerado muita confusão entre os trabalhadores. E, por sua vez, os empregadores têm se utilizado disso fazendo uma campanha contra essa conquista nossa. Então, entendemos que, embora no âmbito federal não tenha sido feita uma campanha, no âmbito estadual pode ser feita uma campanha de esclarecimento aos trabalhadores e trabalhadoras da importância do quesito cor para que, com isso, se gere políticas

públicas para que se dê conta de eliminar toda essa discriminação que colocamos logo no início. Muito obrigada. (palmas).

O SR. -Só gostaria de falar duas questões que acho relevantes. A primeira é a seguinte, seria interessante separar o que é responsabilidade do Governo Federal, o que é responsabilidade do Governo Estadual e do Municipal. É muito importante isso para que se saiba de quem é a responsabilidade. Precisamos ter um responsável pelas coisas. Não pode ser uma proposta extensa que abarque diferentes esferas de Governo. Então, seria interessante se isso pudéssemos separar. A outra questão seria a seguinte, temos no Governo do Estado, uma Comissão tripartite de emprego. Ela é tripartite paritária. Participam as centrais sindicais, participam empresários e Governo. Acho que seria, também, de todo positivo se a pauta onde surge a necessidade de estabelecer grupos tripartites, seja utilizada já essa estrutura existente. Para os senhores terem uma idéia, participam a CUT, a Força Sindical. Enfim, todas as grandes centrais estão presentes nessa comissão. Era esse esclarecimento que queria dar.

A SRA. ISABEL - Dando continuidade, essas propostas serão enviadas, depois de um relatório pronto, serão enviadas à Secretaria. Aquilo que for de âmbito da Delegacia Regional do Trabalho, para a Delegacia Regional do Trabalho e aquilo que for do âmbito da Casa, vamos estar com o Deputado Nivaldo dando os encaminhamentos. Então, antes de abrirmos a palavra, queríamos, primeiro, dar uma notícia. Creio que os senhores leram a programação, temos às dezessete horas, com o encerramento aqui, temos um grupo cultural afro brasileiro que vai se apresentar no hall. E, em seguida, temos um coquetel de encerramento, no qual o Deputado Nivaldo e toda a comissão nos convidam a todos nós para ficarmos e aguardamos, não só para vermos o grupo, mas que também, para que possamos participar do coquetel de encerramento das atividades. E, nesse momento, gostaríamos de pedir aos companheiros da comissão, à Sandra, à Clarice, ao

Joãozinho, ao Leleco, ao Mathias, para que os companheiros pudessem estar pwegando as cartilhas. Essa cartilha traz, então, de uma forma bem simpática, com figuras, com textos simples, esse mapa da população negra. Vamos estar distribuindo para os senhores. Então, vamos estar pedindo para os senhores que aqui vieram, pra os professores estarem discutindo nas suas escolas o assunto aqui abordado. Então, gostaríamos de estar passando aqui para os senhores esse documento maior, um por entidade, porque temos em número menor. Mas, os senhores poderão estar nos procurando na CUT. Façam bom uso desse material. Estamos à disposição para estarmos fazendo debates, para estarmos correndo o Estado e ajudarmos nesse debate para formar essa consciência negra que Neide tão bem falou no início da nossa audiência pública. também gostaríamos de nesse momento estarmos abrindo a palavra para algum companheiro ou companheira que queria fazer uso para alguma avaliação, mais propostas sobre o que aqui foi colocado. Como dar encaminhamento. Enfim está aberta a palavra para quem quiser fazer uso da mesma.

O SR. NIVALDO - Só gostaria de lembrar que está tendo plenária, está tendo reunião de comissões. Então, os deputados que integram aqui a comissão estão se dividindo aqui e na outra atividade. Os representantes dos deputados Vanderlei Siraque, do Hamilton Pereira, fizeram parte da reunião inteirinha, estão anotando tudo e depois, também, vão colaborar para os encaminhamentos das propostas. Esse mapa aqui que é maior, já entregamos para algumas escolas, inclusive para se deixar na biblioteca. E os senhores podem fazer uso da palavra.

A SRA. -Boa tarde a todos. Acho que a juventude tem que se expor sempre, tem que falar, porque é a juventude que é morta nos bairros. É a juventude que é perseguida pela Polícia. É a juventude que tem problemas para estudar. Então, quando comparecemos numa audiência pública como essa, é legal falarmos da gente mesmo. porque, na verdade o que falta no Brasil, além da vergonha na cara,

é o entendimento de que esse país foi formado por várias etnias. E quando se fala do negro no país, existe uma invisibilidade tão grande que até parece que não estivemos aqui, parece que não trabalhamos aqui e parece que não construímos nada nesse país. Então, uma audiência pública como essa tem uma importância muito grande para nós, negros. Porque é o momento de dialogar com o Governo e dizer que nós existimos, que estamos há 500 anos aqui nessa terra. Não ocupamos o cargo de presidência nunca. Não ocupamos cargo de Governadores com frequência e tanto menos de prefeitura. Então, acho que vocês que são jovens, já fui também, há muito tempo, não tenho medo de falar da minha idade, porque quanto mais se fica velho, não é que se fica melhor como vinho. Mas, mais você aprende que a juventude é importante para se conquistar algo. Vocês que estão aqui, quando voltarem para suas casas, ao seus bairros e perceberem que o racismo está na esquina, na sala de casa, no seu vizinho, todos irão perceber que foi importante estarem aqui e ter instrumentos para mostrar que se pode lutar contra o racismo. Então, a mensagem que gostaria de deixar aqui: lutem sempre contra o racismo. O racismo é a pior coisa que foi inventada pelo homem para matar o homem. Porque, na verdade, existe uma humanidade e essa humanidade é constituída de brancos, de amarelos, de vermelhos, negros, mulheres, e ninguém é melhor que ninguém porque tem o olho verde ou porque tem a pele branca. As pessoas são iguais e são únicas. Então, se eu sou único e eu sou igual, eu não sou pior que ninguém. Então, o princípio básico para qualquer um de vocês, ou miscigenados, ou pardos, temos que ter orgulho daquilo que somos. Eu tenho orgulho daquilo que sou. Eu tenho orgulho da minha mãe preta que trabalhou por mim. que trabalhou de empregada doméstica para poder me formar. Tenho orgulho dos meus ancestrais. Tenho orgulho de ser negra. E isso, em mim, não vai morrer nunca. Independente das risadinhas, ou das piadas, ou do racismo que me persegue dia a dia. O orgulho que tive, e nasci e fui formada é que mantém viva até hoje e é o que me fez vir até aqui e falar com vocês. E ver como a plenária se acalmou e estão me ouvindo e quando chegarem em casa irão ver que vieram aqui, não só para cumprir uma tarde de aula,

ou para saber sobre o que está se falando de racismo. Mas, vieram aqui para poderem entender que são humanos e que podem contribuir para melhorar a sociedade brasileira. (palmas).

A SRA MÁRCIA - Meu nome é Márcia. Trabalho numa escola de periferia, em Campo Limpo. 87% da clientela da minha escola mora na favela. Eu sou bolsista da FAPESP e há dois anos e meio, realizamos um trabalho sobre relações raciais na sala de aula. Eu considero que somos privilegiados por estarmos quebrando o silêncio na sala de aula e fazendo com que esses alunos negros tenham a oportunidade de falar das humilhações que eles têm sofrido durante a vida inteira. Então, a partir do momento que o professor dá um respaldo para o aluno, quebra o silêncio na sala de aula, é impressionante como a gente consegue mudar a postura das pessoas através desses depoimentos, como as piadinhas racistas, os apelidos ofensivos, os xingamentos vão diminuindo aos poucos. E a inspetora da escola percebe no intervalo, nos corredores, como os próprios alunos, que estão preparados, interferem nas práticas racistas, na escola como um todo. Então, isso é um começo. Se tem algum professor aqui que ainda não teve a oportunidade de quebrar o silêncio na sala de aula e trazer essa discussão, faça isso, porque a gente não conhece o poder que a gente tem nas mãos e como a gente pode usar esse poder de uma maneira muito positiva. Os meus alunos estão aí e não me deixam mentir e trazemos o rap para a sala de aula, trazemos os depoimentos, as discussões e isto faz crescer e os torna muito fortalecidos. Obrigada pela oportunidade. (palmas).

A SRA. ADJACI - Boa tarde. Meu nome é Adjaci. Sou conhecida como a baiana. Sou professora e sou a coordenadora de um projeto de prevenção em relação à Aids em escola pública. Através desse projeto conheci alguns professores e comecei a chamá-los, a convidá-los para participarem de algumas atividades. O projeto tem como preocupação discutir a questão do preconceito. Esse projeto de

prevenção em relação à Aids, através desse projeto, conhecemos o Educai, que é um Congresso que é realizado todo ano. É um congresso que se reúnem professores, funcionários da área da saúde, para se discutir a questão da Aids em nosso país e no mundo. A minha preocupação hoje nesse evento é para convidar a todos e sensibilizar da necessidade de todos participarem e sendo um agente multiplicador nessa questão de hoje que é preocupante para o mundo. A questão da Aids, é necessário trazer para essa discussão aqui, como uma questão muito política, porque a África está em jogo, a nossa identidade está em jogo. Mas, nas escolas, não se discute isso, porque existe uma certa vergonha, um certo preconceito em relação a isso. mas, isso é considerado um tema transversal. E, como tema transversal, é necessário que a escola, é obrigatório que a escola coloque essa discussão em pauta. A escola ainda está atrasada. Então, a experiência de hoje, aqui, tem que ficar registrada como a experiência mais avançada da Educação. A escola está muito atrasada com relação ao que vimos hoje. De manhã, a Mesa foi muito rica, como também à tarde. Quem teve o privilégio de participar hoje tem de sair daqui agradecendo por essa iniciativa. Quem disse que estamos atrasados? Não estamos, como disse para o Juarez. Segundo ele, estamos dando os primeiros passos; pode ser uma gota no oceano, mas não é isso.

Se a escola visse o que aconteceu hoje aqui, teria que fazer uma autocrítica, e autocrítica significa ser humilde em relação ao povo. A escola que temos é uma escola de exclusão. Se temos hoje aqui três professores, a meta é colocar 50, 100, 200, para tentar mudar a consciência de classe desses professores.

Agradeço.(Palmas.)

O SR. MAGNO - Sou companheiro de Neide, Isabel e de alguns outros companheiros que estão aqui no plenário. Fazemos parte da Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial da CUT, que tem coletivo em quase todos os Estados ligados às CUTs estaduais.

Em primeiro lugar, a minha saudação e meu orgulho por estar aqui em um evento como este. Há uma década, jamais imaginaríamos ocupar um espaço privilegiado como este. E estamos ocupando bem este espaço.

Sou do Rio de Janeiro, e tivemos, este ano, uma conquista imensa, um passo incalculável na derrocada desse que é, para mim, o maior mal de todos os tempos, ou seja, a discriminação e o racismo, em particular no nosso país.

Conquistamos, a partir de 1995, o feriado, só agora consolidado, numa luta ferrenha, jurídica e política. Tivemos de ir para as ruas, depois de aprovada uma lei na Câmara de Vereadores; o prefeito vetou a lei, que retornou e foi aprovada por unanimidade. O prefeito entrou na Justiça e perdemos em primeira instância. Houve toda uma luta, a partir de 1995, que culminou, no início deste ano, com a votação no Supremo por dez a zero, quando se decidiu pelo feriado do dia da Consciência Negra, em homenagem ao Zumbi dos Palmares, consolidando, assim, uma luta histórica do Movimento Negro no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo.

Estamos falando desta década, e gostaria de lembrar que esta foi a década que mais avançamos no combate ao racismo no Brasil. Essa luta se confunde um pouco com a luta no interior da Central, em que conseguimos, através da CUT, juntamente com as entidades negras de todo o país, fazer esse embate.

Em 1988, acompanhando o Adauni - presidente do Sindicato, que participou deste movimento desde o início -, realizamos uma passeata no Rio de Janeiro. Era uma coisa inédita o que pretendíamos fazer. Não sabíamos bem o resultado que teríamos, o número de pessoas que iriam, e, para nossa surpresa, foi uma massa humana para a rua; foi mobilizado todo o Batalhão de Polícia do centro da cidade. Cada cinco metros que andávamos, tinha um policial.

Isso marcou muito pelo desafio, pelo que demonstramos, pela quantidade de negros, e, obviamente, assustou o poder. A partir daí, nunca mais saímos das ruas do Rio de Janeiro. Eu lembro que uma das faixas dessa manifestação dizia mais ou menos o seguinte: “Nós iremos até onde o racismo deixar.” Com o passar do tempo, essa palavra de ordem passou a me incomodar

um pouco, mas era o que tínhamos na época; estávamos determinados a ir até onde o racismo nos deixasse ir.

Havendo passado mais de uma década, posso afirmar a vocês que essa frase está ultrapassada, e, depois de um evento como este, depois de tudo que temos visto de avanço nessa luta, digo que iremos, sim, até onde nossa consciência nos permitir.

Axé.

O SR. JOÃO PAULO - Sou ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Campinas e atual Coordenador de Administração e Finanças da Federação do Sindicato das Universidades Brasileiras, Fasubra.

Gostaria apenas de fazer uma saudação rápida ao plenário. Nós, sindicalistas, temos o estigma de microfone, de chegar, combater, mostrar ação - “vamos tentar derrubar este governo, vamos tentar fazer uma sociedade justa e igualitária onde todos tenham espaço” -, e esse é o nosso trabalho, hoje e sempre.

Eu me fiz presente nesta Mesa, com muito orgulho, justamente para mostrar nosso trabalho a essa nossa juventude aqui presente. A gente já é meio dinossauro, salvo, Neide, Almir Guerreiro, Aldanir, Magninho, Caboclinho e Bel, Joãozinho. Ajudamos a construir a Comissão Nacional de Luta de Combate ao Racismo da CUT e estamos aqui.

Eu, em especial, vim a este microfone - estava até falando com o companheiro Dani - apenas para saudar e pedir uma salva de palmas a um companheiro que me fez ficar algum tempo afastado do movimento sindical; nossa luta é incansável, diária e sem horário. Infelizmente, ele não está mais junto a nós, e, se estivesse vivo, estaria conosco nesta mesa, ajudando e construindo a nossa organização. Estou falando de Luiz Carlos Felipe, do Sintaema, um companheiro que ajudou, desde a criação, a inauguração, junto com o nosso companheiro Nivaldo desta legislatura.

Ele trabalhou conosco, e, por sua causa, eu me afastei, mas graças a ele estou de volta ao movimento sindical, combatendo e ressaltando que nunca saí

do movimento negro. Vale a pena lembrar o nome e a figura dessa pessoa guerreira e lutadora.

Obrigado.(Palmas.)

O SR. NIVALDO SANTANA - O professor e alunos de Campo Limpo estão pedindo licença para se retirar, pois têm um compromisso. Obrigado pela presença.

O SR. JOÃO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos os presentes nesta audiência pública. Sou bancário do Banespa, recém-privatizado, agora Santander, e estou ocupando a Secretaria Geral da CUT/São Paulo.

A CUT realizou, recentemente, um trabalho - estou-me referindo mais a São Paulo - que aponta a taxa de desemprego no município. Entre 97 a 99, na região central, a taxa de desemprego ficou na faixa de 9,4%; 12%, leste 1; sudoeste, 8,3%; 15,2%, sudoeste 2; norte, 15,9%; sudeste, 13,6%. Isso dá uma média de 12,9%.

O que podemos concluir desses números? Que o desemprego é maior nas regiões mais periféricas, onde moram majoritariamente negros e negras. É o pessoal que perde seu emprego ou vai para a informalidade, como foi apontado aqui nas constatações da Neide e da Bel.

A nossa presença nesta Casa, Assembléia Legislativa, para fazer alguns debates e uma audiência pública, na verdade, é uma aula de cidadania. É nesta Casa que se discutem os números do Estado de São Paulo, através de diversos projetos de lei, de diversas questões que passam por aqui e que determinam o que vai acontecer em nosso Estado.

É fundamental ocuparmos, sim, cada vez mais espaço, acompanharmos o orçamento. De um modo geral, falamos que não queremos nos envolver em política, porque isso é bobagem, que todos são iguais, que são todos ladrões. Na verdade, é isso que querem que pensemos. E, quanto mais pensamos

assim, mais nos afastamos desse mundo e deixamos os pilantras tomarem conta. Vimos que a nossa Câmara Municipal tem a pior quadrilha instalada lá; a maioria foi varrida. Daqueles trinta e poucos que apontamos, conseguimos tirar mais de vinte e dois, mas ainda têm muitos para tirarmos. Portanto, temos de ocupar cada vez mais este espaço, que é nosso.

Temos aqui o nosso Deputado, a quem estamos sempre incomodando, trazendo as questões dos trabalhadores, da CUT, do pessoal da Febem, agora do Banespa, enfim todas as demandas para se discutir. São Deputados que, realmente, dignificam a função de ser parlamentar. Temos de ter espelho nesse e em outros, para ocupar os espaços e fazer as devidas cobranças.

Quanto à questão da educação, tem de haver essa troca, ou seja, eles virem aqui e nós irmos até lá. Nós da CUT, através da Comissão Estadual e Nacional de Combate ao Racismo - aqui temos diversos representantes -, colocamo-nos à disposição para ir às escolas, aos locais, para debatermos essa questão do mundo do trabalho, da cidadania.

Além da Bel, aqui presente, Secretária de Políticas Sociais, da Neide, do Spire, temos lá vários coletivos para discutir as escolas em diversos locais e fazer esses debates, procurando trazer essa preocupação que está no coração de todos nós. Se alguém quiser informação, ligue para nós. Temos farto material e sempre há gente produzindo, pois procuramos trabalhar a partir dos dados de realidade. Isso possibilita trocarmos os nossos dados com os de quem mora na periferia ou qualquer lugar e quer fazer uma discussão mais estruturada.

Disponham da CUT, porque a Central é para lutar e nos colocamos à disposição de todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. NIVALDO SANTANA - Como precisarei me retirar, quero agradecer ao Francisco Marsilha, que colaborou conosco, representando a Secretaria de Relações do Trabalho, à Neide, ao Spire e à Bel, que vai coordenar a

parte final. Gostaria de deixar um abraço a todos, principalmente aos meus amigos do Jácomo Savoli, que é minha a escola.

Há um conjunto de propostas aprovadas, mas temos uma importante da Neide, que é, daqui a um ano, realizar um evento como este, para analisar tintim por tintim o que foi encaminhado. É importante o debate, a reflexão, a análise da realidade, mas não nos podemos limitar a analisá-las; temos também de lutar pela transformação dessa realidade.

Em nome da Comissão de Relações do Trabalho, do Deputado Hamilton Pereira, coordenador do Grupo Temático do Fórum Século 21, responsável pela realização deste evento, quero cumprimentar o Deputado Vanderlei Siraque e o Deputado Nelson Salomé, que estiveram aqui presentes, participando da nossa discussão.

Quero deixar um abraço a todos e pedir à Bel que continue, porque tenho de ir a uma reunião agora.

Muito obrigado.

A SRA. BEL - Enquanto o Deputado Nivaldo se retira, nós, da Central Única dos Trabalhadores e do Inspir, queremos agradecer ao Deputado por esta oportunidade, por ter somado conosco e nos dado um espaço para estar aqui.

Agora, passo a palavra para a companheira Neide, para se despedir, a não ser que alguém ainda queira fazer uso da palavra.

Vamos ouvir o que a companheira tem a dizer, porque senão ela seria cobrada mais tarde.

A SRA. SANDRA - Meus alunos reclamam que falo demais em sala de aula, e estou-me sentindo como se estivesse em uma. Gostaria de agradecer ao Deputado Nivaldo, a quem conheço há vinte anos - estivemos juntos em vários momentos -, pela oportunidade que tivemos aqui, o que é uma coisa rara, porque, infelizmente, na educação pública, as coisas são feitas como se fossem modismo.

Em 1995, lembro que desenvolvi um projeto, onde fizemos toda uma discussão em relação a isso, foi uma amostra, a Festa da Quizomba. Tudo aconteceu nos conformes, não só na minha escola, como em várias. Este ano, os 500 anos foram resgatados, mas, infelizmente, a maioria das escolas trabalhou os 500 anos do ponto de vista oficial.

Quero ressaltar que os alunos aqui vieram espontaneamente, sem uma atividade amarrada, e, quando os convidei, disse a eles que era muito importante pensarmos o 20 de Novembro sob a ótica dos explorados. E que bom que os explorados estão tendo espaço. Fico feliz por isso.

Sei que a maioria dos participantes aqui é engajada, mas esta plenária está rica pelo fato de também ter pessoas que nunca tiveram oportunidade de estar neste espaço nem refletindo sobre essas questões.

Fiquei mais feliz ainda pela presença do Clóvis Moura; se estivesse com meus livros, iria pedir que os autografasse. Fiquei surpresa e contente e tenho certeza de que muitos dos meus alunos sairão daqui lembrando-se dessa experiência.

Muito obrigada.

A SRA. BEL - Nós que agradecemos à Professora Sandra. São com profissionais como estes - a Sandra, a Márcia, a Baiana e outros tantos da rede de ensino, que estão levando com muita força e coragem essa discussão para a sala de aula - que vamos construir essa nova sociedade. Como disse, acreditamos no papel fundamental da educação pública de qualidade para discutirmos essas questões e mudar o nosso país.

Passo a palavra à Neide, ao Francisco, para suas considerações finais e despedidas. Depois, vamos para o hall, onde têm várias exposições e haverá a apresentação do Grupo Cultural Afro-Brasileiro. Em seguida, o coquetel.

A SRA. NEIDE - Uma das coisas que me deixaram mais triste, quando fizemos o mapa, foi constatar o problema da educação, da exclusão do jovem negro

no processo de educação. Por quê? Ele tem de trabalhar mais cedo; tendo de trabalhar, ele não pode estudar; não estudando, ele não arruma melhor colocação; não arranjando uma melhor colocação, ele perpetua a situação da família negra. Essa é uma constatação muito triste.

Portanto, é preciso investir na educação, pois o acesso à educação, com uma escola pública de qualidade - coisa rara atualmente -, é um privilégio no nosso país, na nossa cidade, no nosso Estado. Vocês que estão aqui hoje podem até nem ter essa sensação de privilégio, porque as coisas, às vezes, passam e só tomamos consciência depois.

Para todos nós que estamos aqui desde há muito tempo, digo que voltaremos daqui a um ano para cobrar. Temos agora um campo oficial para voltar e cobrar. Não é uma coisa que tenhamos vindo aqui, falado, que todos tenham ouvido, ido para casa e esquecido. Não. Daqui a um ano, estaremos aqui cobrando. Se foi possível realizar uma coisa das trezentas que apresentamos, ótimo. Foi apenas uma coisa, mas foi feita com vontade e algum dado da realidade mudou. Difícil é falar que não foi possível fazer nada, pois, se for assim, existe alguma coisa travando.

Outra coisa são vocês, jovens que estão aqui. Eu tenho uma filha de vinte anos e um filho de dez e sei o quanto é importante fazer com que eles tenham a consciência negra, a consciência racial, a consciência da cidadania, a consciência da revolução, porque vocês são os revolucionários do futuro. E é em vocês que eu aposto para mudar este país.

Estou fazendo a minha parte, mas não haverá a mudança da forma que eu gostaria. Assim, que vocês, os seus filhos, os meus netos, não tenham que vir a esta Casa para discutir isso, mas sim outro assunto, como cultura, lazer, e não que querem trabalho, que tenhamos essa dignidade !

Trabalho, em uma época da nossa história, era vergonhoso; só trabalhavam aqueles que não tinham classe social; pessoas ricas não trabalhavam. Agora, não. O trabalho, no nosso tempo, dignifica o homem, dignifica a mulher.

Portanto, sem o seu trabalho, o homem não tem honra, não tem vida. Precisamos do trabalho para ter a cidadania. Espero que vocês consigam esse trabalho e que não sejam discriminados nele; que lutem e que o dia de hoje tenha servido para vocês tomarem um pouco dessa consciência.

Obrigada.

O SR. FRANCISCO - Rapidamente, quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de participar de evento tão importante e ressaltar que, acima de tudo, presenciei aqui um ato de democracia. Estão presentes o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a sociedade, os sindicatos. Tenho a impressão de que os senhores todos levarão, assim como eu levo, para as suas casas, a consciência de ter vivido uma tarde exemplar.

Muito obrigado.

A SRA. BEL - Agradecemos à Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, através do Francisco, ao Inspir, ao Deputado Nivaldo Santana, ao Deputado Hamilton, e à equipe, aos assessores, desses deputados e de outros que ajudaram na realização deste evento.

Mas, em especial, quero agradecer a uma pessoa. Foi com ela que ficamos o tempo todo, deixando essa companheira praticamente louca com as correrias para organizar esta audiência. Na pessoa de Irene, quero agradecer a todos os assessores - também da Matis, da CUT - que nos ajudaram para que esta tarde acontecesse. Queria que vocês saudassem os nossos trabalhadores da Casa. (Palmas.) Agradeço, Irene, mas não fiquemos felizes, pois temos muito trabalho pela frente. A vocês um grande abraço.

Aqui temos um convite da comemoração do primeiro ano do Projeto Vida em Construção. A abertura é no dia 5 de dezembro, às 19h30; o Dia Mundial de Combate à Aids, Sexualidade e Adolescência em Tempo de Aids; Solidariedade; lançamento do livrete sobre o Projeto Vida em Construção. O local é Escola

Estadual Conde José Vicente de Azevedo, Rua Guararema, 365, Saúde. É mais um convite para formarmos a nossa consciência crítica.

Axé para todos vocês. Confesso que não estou com a mínima vontade de sair daqui, mas precisamos ir à luta. Vamos para o hall, ver as exposições, a dança e, em seguida, ao coquetel.

Obrigada.

**Presidente da Assembléia Legislativa do
Estado de São Paulo
*Deputado Vanderlei Macris***

**Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21
*Deputado Arnaldo Jardim***